

**Claudio Reis**

ANEXO AO PROCESSO Nº 246/2003

DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM: 11/03/05

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**Antonio Gramsci como tradutor da nação: uma análise sobre  
seus textos de 1910 - 1926**

**Marília/SP**  
**Março de 2005**



UNESP - Universidade Estadual Paulista  
FFC - Faculdade de Filosofia e Ciências  
Campus de Marília

Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Ciências Sociais

Claudio Reis

***Antonio Gramsci como tradutor da nação: uma análise sobre  
seus textos de 1910 - 1926***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
- Mestrado em Ciências Sociais da Faculdade de  
Filosofia e Ciências / UNESP, Campus de Marília,  
como requisito parcial de obtenção do título de Mestre  
em Ciências Sociais

Orientador: Marcos T. Del Roio

Marília/SP  
Março de 2005





UN 004419241

70903026

Nº cham. 3354

R375a

Nº Tombo 1816

Aquisição D

Preço R\$ 5.00

Data 10/02/06

Proced. autor

202 p.

- Gramsci, Antonio, 1891-1937 - Contribuições em educação
- Política - Educação
- Socialismo - Marxismo
- Comunismo

Reis, Claudio.

R375a Antonio Gramsci como tradutor da nação: uma análise sobre seus textos de 1910 - 1926/ Cláudio Reis. - Marília, 2005.  
211f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2005.

Bibliografia: f. 196-202

Orientador: Profº Marcos T. Del Roio

1. Antonio Gramsci. 2. Marxismo. 3. Comunismo. I. Autor. II. Título.

CDD 335.4



**Banca Examinadora**

Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, submetida à Comissão Julgadora nomeada pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília, como parte dos requisitos necessários a obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

**Título do Trabalho:** *Antonio Gramsci como tradutor da nação: uma análise sobre seus textos de 1910 - 1926*

Orientador: Marcos T. Del Roio

**Aprovado por:**

---

Dr. Álvaro Gabriel Bianchi Mendez (IFCH-UNICAMP)

---

Dr. José Luis Bendicho Beired (UNESP-Assis)

Marília/SP  
Março/2005



*Apesar de que alguns tenham dado alguns indícios de esperança, de modo a fazer pensar que fossem enviados por Deus para redimir a Itália, também viu-se, depois, no curso de suas empresas, que não eram ajudados pela sorte. De modo que, a Itália resta quase sem vida, esperando para ver quem poderá sanar suas feridas, pôr fim à devastação da Lombardia e aos impostos no reino de Nápolis e na Toscana, enfim, que cure suas chagas que já estão, há muito tempo infeccionadas. Veja como implora a Deus, para que lhe mande alguém que a redima destas crueldades e insolências bárbaras. Está pronta e disposta a seguir uma bandeira, basta que haja alguém que a empunhe.*

*(Maquiavel)*

## Agradecimentos

Este, sem dúvida, é um momento especial do trabalho, pois é quando o autor expõe parte de sua afetividade. Momento em que o trabalho deixa de ser individual e passa a reconhecer a presença e a influência exterior. No caso do presente autor, os agradecimentos podem ser iniciados com o reconhecimento de três pessoas muito importantes: Marluce Maria de Sousa Reis (*in memoriam*), José Alcino Reis e Carlos Reis. Todos fundamentais para o meu ingresso e permanência na Universidade.

Em seguida devo agradecer a própria Universidade, representada pela FFC/UNESP que, apesar de todos os seus problemas, possibilitou-me uma consistente formação acadêmica, política, cultural, etc.

E é por meio dela que agora posso citar outras pessoas. Como, por exemplo, o pessoal de 1998, da casa 2 da moradia estudantil que recebeu em Marília. Este foi um ano de muito aprendizado. Pessoas como Marcelo Francisco de Almeida (o "sonho") que infelizmente nos deixou muito cedo e Rodrigo Barbosa Ribeiro, foram muito importantes na minha formação política inicial. Desse grupo gostaria de destacar ainda os nomes: Antonio Guedes de Lima e Andréia Pântano, grandes companheiros.

Em minha turma de graduação, grandes amizades fiz. Pessoas como Patrícia Queiroz, Graziella Reis, Aislan Vieira de Mello, André Oda, Heline de Castro, Tiarajü, Alexandro Paixão, Anderson Trevisan, entre outros, foram e são muito queridos.

Além da turma de graduação, outras pessoas também passaram a fazer parte de minhas amizades, como Ricardo Rodrigues A. de Lima, Edilene Cruz, Aparecido Betoch, Hércules, etc.

Todas essas pessoas contribuíram direta ou indiretamente para o surgimento e o desenvolvimento desse trabalho. A todos muito obrigado !

Gostaria de lembrar também o Grupo de Pesquisa *Cultura e Política do Mundo do Trabalho*, principalmente seu líder e meu orientador Marcos Del Roio, por ter me impulsionado na pesquisa. À professora, e minha iniciadora acadêmica, Maria Orlanda Pinassi e ao professor Paulo Cunha, também mando um grande abraço.





Agradeço também os professores da presente banca examinadora, composta por Dr. Álvaro Gabriel Bianchi Mendez (IFCH/UNICAMP), Dr. José Luis Bendicho Beired (UNESP/Assis), além do próprio orientador.

Quero cumprimentar ainda a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo auxílio prestado de fundamental importância para a viabilização dessa pesquisa: que continue a financiar e cada vez em maior quantidade a Pós-Graduação brasileira.

Por último, quero agradecer a minha grande companheira Jáima Pinheiro de Oliveira. Sua presença foi e é uma das maiores conquistas da minha vida. Um beijo carinhoso...

Saudações a todos!  
Claudio Reis  
Carnaval de 2005



## Sumário

|                                                                                   |      |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------|
| <b>Resumo</b> .....                                                               | VIII |
| <b>Abstract</b> .....                                                             | IX   |
| <b>Apresentação</b> .....                                                         | 1    |
| <b>Introdução</b> .....                                                           | 4    |
| <b>Cap. 1 O marxismo diante da questão nacional</b> .....                         | 7    |
| 1.1 O nacional em Marx e Engels .....                                             | 7    |
| 1.2 Lassalle em oposição ao internacionalismo de Marx e Engels .....              | 13   |
| 1.3 Lenin e a síntese entre o nacional e o internacional .....                    | 20   |
| 1.4 Debate soviético sobre o socialismo num só país: retorno à dicotomia .....    | 34   |
| <b>Cap. 2 Gramsci e a questão da <i>herança histórico-nacional</i></b> .....      | 76   |
| 2.1 Passado como movimento a-nacional .....                                       | 76   |
| 2.2 Passado como negação do <i>novo</i> .....                                     | 80   |
| 2.3 Nação como questões nacionais .....                                           | 82   |
| <b>Cap. 3 Gramsci e a questão da <i>herança histórico-internacional</i></b> ..... | 105  |
| 3.1 Tradução como dialética entre nação-mundo .....                               | 105  |
| 3.2 Cultura comunista como elemento nacional .....                                | 111  |
| 3.3 Tradução como luta ideológica .....                                           | 113  |
| 3.4 Revolução de Outubro como tradutora de Marx .....                             | 115  |
| 3.5 Traduzindo a Rússia na Itália .....                                           | 118  |
| <b>Cap. 4 Gramsci e a nação sob a <i>dinâmica histórica do presente</i></b> ..... | 138  |
| 4.1 Nação como fragmento não diluído .....                                        | 138  |
| 4.2 Ação e reação na <i>vida nacional</i> .....                                   | 142  |
| <b>Considerações finais</b> .....                                                 | 188  |
| <b>Bibliografia</b> .....                                                         | 196  |

### Resumo

O objeto da presente pesquisa se refere à obra pré-carcerária de Antonio Gramsci, da qual o tema da nação é destacado. Após uma determinada leitura dessa obra, aqui recortada entre os anos de 1910-1926, tentou-se expor as principais contribuições do autor italiano para o estudo da nação contemporânea. Para o desenvolvimento da pesquisa, foi necessário implementar um *procedimento* específico de análise. Em outras palavras, foram utilizadas categorias como *herança histórico-nacional*, *herança histórico-internacional* e *dinâmica histórica do presente*, como recursos para se alcançar as reflexões contidas em Gramsci. A partir disso a pesquisa revelou um profundo e complexo entendimento do autor italiano sobre a "questão nacional". No entanto, antes mesmo de destacar as contribuições específicas de Antonio Gramsci, buscou-se inserir o seu pensamento no interior do marxismo, tendo em vista o amplo debate impulsionado pela "questão nacional" entre os diversos autores dessa corrente político-filosófica. Gramsci, revelou-se um autor bastante importante para se compreender a nação contemporânea, pois, a partir da análise do caso italiano, ele fornece uma "tradução" bastante criativa e "universal" da *vida nacional*. Segundo sua visão, a nação contemporânea deve ser entendida a partir da sua pluralidade, na tentativa de expor suas mais variadas questões. No caso da Itália, Gramsci identifica na nação diversas questões fundamentais: os intelectuais, a religião e a igreja, a distinção entre Norte e Sul, a importância da luta operária e das suas instituições político-partidárias, a importância da imprensa, entre outros. Todos esses elementos eram fundamentais para se pensar um projeto nacional de novo tipo. Em seu projeto nacional, Gramsci também alerta para a importância do movimento internacional, com destaque para as experiências progressistas. E a Revolução Russa foi o seu principal ponto de referência. Para Gramsci, o internacional também deve fazer parte da "questão nacional". Por esses e outros elementos que Gramsci se coloca como atual no debate sobre a nação.

**Palavras-chave:** Antonio Gramsci; nação contemporânea; marxismo; comunismo



### Abstract

The object of the present research if relates to the workmanship of Antonio Gramsci before the arrest, in which the subject of the nation is detached. After one determined reading of this workmanship, in the period of 1910-1926, was tried to display the main contributions of the Italian author for the study of the nation contemporary. For the development of the research, it was necessary to implement one specific procedure of analysis. In other words, categories had been used as description-national inheritance, inheritance the description-International and historical dynamics of the gift, as resources to reach the reflections contained in Gramsci. To break of this the research it disclosed a deep and complex agreement of the Italian author on the "national question". However, before exactly to detach the specific contributions of Antonio Gramsci, one searched to insert its thought in the marxism, in view of the ample debate stimulated for the "national question" enters the diverse authors of this politician-philosophical chain. Gramsci, showed an author sufficiently important to understand the nation contemporary, therefore, from the analysis of the Italian case, it it supplies a "sufficiently creative and" universal "translation" of the national life. According to its vision, the nation contemporary must be understood from its plurality, in the attempt to display its varied questions more. In the case of Italy, Gramsci identifies in the nation diverse basic questions: the intellectuals, the religion and the church, the distinction between North and South, the importance of the laboring fight and its institutions politician-partisans, the importance of the press, among others. All these elements were basic to think a national project of new type. In its national project, also alert Gramsci for the importance of the international movement, with prominence for the progressive experiences. Russian Revolution was its main support point. The element International, for Gramsci, also must be part of the "national question". Gramsci if places as current in the debate on the nation, because for these and other elements.

**Key-words:** Antonio Gramsci; contemporary nation; marxism; communism

## Apresentação

Desenvolver um trabalho sobre o significado de nação, não sugere uma tarefa simples. Até porque, este, como qualquer outro tema das ciências humanas, não se apresenta de modo consensual. Diversos autores, de variadas tendências teóricas, buscam explicá-lo a partir de determinados pressupostos conceituais, ou seja, discutir a nação significa inserir-se numa ampla produção teórico-filosófica que nem sempre revela vitoriosos. Talvez a única forma de se quebrar essa relatividade, que existe no plano das idéias, seja visualizada justamente no momento da sua concretização, ou seja, quando tais explicações ganham a materialidade da luta político-social. Somente assim os conceitos podem de fato ganhar vida e conteúdo, passando da interlocução filosófica para o dinâmico e conflituoso mundo das correlações de forças políticas existentes numa determinada sociedade. Entretanto, o momento da reflexão teórico-filosófica é de fundamental importância para se ter conhecimento das forças políticas em disputa nos *espaços* de uma determinada realidade social, aqui no caso marcada pelos contornos de uma nação. E é dentro dessa perspectiva relacional entre filosofia e política que se pretende inserir a obra pré-carcerária de Antonio Gramsci, produzida entre os anos de 1910-26.

Assim, antes de iniciar a análise sobre a relação Gramsci-nação é importante ressaltar alguns pontos mediadores, tendo em vista o que acabou de ser exposto. 1) Como procedimento de investigação será priorizado, neste texto, a compreensão do significado de nação para Gramsci tendo em vista a relação entre o momento conceitual e o da ação. Desse modo, será possível visualizar com mais profundidade os principais aspectos do





entendimento gramsciano sobre a questão aqui em destaque, interligando o momento analítico com as lutas políticas e com os acontecimentos históricos de sua época. 2) Também será ponto central a tentativa de encaminhar as reflexões gramscianas como importantes ferramentas de entendimento da nação contemporânea, tendo obviamente, como exemplo histórico-concreto, a Itália. A intenção é contribuir para que as idéias do autor italiano também sejam vistas como importante instrumento de análise sobre a natureza das nações do período do capitalismo avançado. 3) Mesmo reconhecendo a existência de um amplo debate sobre o tema aqui destacado, envolvendo diversos autores de diferentes vertentes teóricas, o recorte de discussão estabelecido no texto será a interlocução entre Gramsci e alguns dos principais nomes da “filosofia da práxis”. Assim, tanto os autores que o antecederam, e aqui os principais exemplos são Marx e Engels, quanto aqueles contemporâneos como Rosa Luxemburg, Lenin, Trotski, Stalin, Otto Bauer, entre outros, poderão ser importantes pontes de diálogo. O único autor não marxista mas analisado aqui será Ferdinand Lassalle, importante socialista alemão da época de Marx e Engels. Assim, será possível estabelecer pontos de divergências e convergências, senão com todos que já escreveram sobre o tema, pelo menos com uma parte fundamental.

Claro que esses pontos servem apenas como procedimento e parâmetro de análise, necessários para o desenvolvimento da pesquisa, mas que de modo algum teve a pretensão de condicionar o objeto, ou seja, toda a processualidade apresentada pelo tema fora respeitada.

Com tal posicionamento, pretende-se chegar aos seguintes apontamentos: 1) Delinear qual é a concepção de nação que Gramsci desenvolve em suas reflexões, tendo como propósito uma possível definição conceitual. 2) Expor as principais características do



seu projeto nacional. 3) Demonstrar quais as conseqüências práticas do pensamento gramsciano para a sociedade italiana, ou seja, como o autor buscava inserir suas idéias no movimento histórico concreto. 4) Tentar visualizar em que medida Gramsci desvenda o novo movimento apresentado pelas nações contemporâneas, tendo em mente as classes subalternas. Como ele determina a existência de novas correlações de forças político-sociais tanto no interior das nações quanto na relação nação-mundo.



## Introdução

Ao se analisar o tema da nação na obra gramsciana pode ser percebido, como em muitos outros assuntos por ele abordados, a existência de duas formas de reflexão distintas em consequência da própria condição histórica da Itália. Didaticamente, pode-se separá-las em pré-carcerária e carcerária.

No primeiro momento, Gramsci se insere com relativa liberdade no *tempo-espço* das lutas político-sociais da sociedade italiana. De certa forma é um período em que ele vive a nação, interage com ela por meio de diversos elementos sociais, isto é, pela militância política, pelo debate cultural, etc. Entra em contato com os principais problemas da classe operária, com seus representantes, com suas organizações partidárias e sindicais, com seus movimentos “espontâneos”, com seus preconceitos culturais, com seu potencial revolucionário, enfim, com o complexo movimento de uma parte humana significativa do seu país. Além disso, Gramsci, nesse período, também entrou em contato com os principais intelectuais da época, com os debates acadêmicos, com a situação dos camponeses do Sul, com o poder da Igreja Católica, com a Revolução Russa, com a Primeira Guerra Mundial, etc.

Num período de 16 anos, que vai de 1910 a 1926, Gramsci buscou captar os principais elementos econômicos, políticos, culturais, filosóficos, etc, da sua Itália. E essa ligação com a vida nacional, fez o autor nascido na Sardenha, refletir e atuar sobre a sua conflituosa realidade. Assim, contribui de forma jornalística em diversos periódicos da





época, lançando ao debate político-cultural suas primeiras interpretações referentes à sociedade italiana, e a relação que ela estava estabelecendo com o restante do mundo. Mesmo não sendo textos de grandes análises, pois na verdade eram escritos que deveriam “morrer ao anoitecer”, eram, de qualquer forma, tentativas de intervenção no tumultuado movimento nacional daquele período histórico da Itália. Em seus textos pré-carcerários, notam-se preocupações com a cultura comunista, com os partidos, com a classe operária, com os camponeses, com a Igreja Católica, com os intelectuais, com a questão meridional, entre outros, revelando o interesse de Gramsci em entender, em amplo sentido, a sua nação. Aqui, já pode ser percebido que para ele a vida nacional não se entende a partir de um elemento apenas, mas de vários, ou seja, a nação italiana se formava por várias *questões nacionais*.

A compreensão deste momento pode ser fundamental para um nítido entendimento dos posteriores *Cadernos do cárcere*, sua principal obra. Em certo sentido, o instante pré-carcerário somente inicia teoricamente temas mais tarde detalhados. E será sobre este início, principalmente referente à questão nacional, que o presente texto buscará se centrar. Assim, alguns conceitos citados aqui, como o de “hegemonia” e “sociedade civil” não serão aprofundados. Do mesmo modo, temas como “Estado”, entre outros, não serão analisados na presente reflexão, pois tanto aqueles quanto este somente serão aprofundados no momento dos *Cadernos*. Entretanto, algumas categorias como “tradução”, “filologia viva” e “nacional-popular” desenvolvidas no momento da prisão, mas já sugeridas anteriormente, servirão como instrumentos de análise.

Um outro ponto importante a ser ressaltado corresponde ao fato de mesmo Gramsci não possuir neste período, uma reflexão homogênea e linear, quer dizer, suas opiniões em



1910 não são as mesmas de 1926, o tema da nação, assim como outros, pode ser tido como um fio condutor de sua obra. Todavia sobre esse tema, Gramsci neste período, estava dando suas primeiras contribuições, não possibilitando ainda uma análise suficientemente “fechada” ou definida para possíveis alterações. Por isso, que neste texto não será respeitada a ordem cronológica de desenvolvimento de seu pensamento. Na verdade, o período entre 1910-26 será entendido como um grande bloco de idéias em construção sobre a nação. Talvez essa seja uma das razões pelas quais o seu entendimento de nação no período pré-carcerário apareça “escondido” ou mesmo entrelinhas. O importante é saber como Gramsci entendeu e, de certo modo, definiu a nação italiana dessa época, ou seja, como ela aparecia em seus sentidos. E, em consequência disso, de que forma poderia se construir um movimento realmente nacional italiano. De início, pode-se apontar a existência de um *procedimento* para se compreender o significado de *nação* segundo o autor. Uma forma de abordá-lo e entendê-lo, tendo como subdivisões três momentos diferenciados, mas complementares. Não obedecendo nenhuma ordem de importância, poderiam ser citados da seguinte maneira: *herança histórico-nacional*, *herança histórico-internacional* e *dinâmica histórica do presente*. Claro todas essas noções serão devidamente detalhadas a seguir. A partir desses três aspectos, têm-se algumas hipóteses sobre a relação Gramsci-nação. A primeira está centrada na possibilidade de confirmação de que em Gramsci existe uma latente preocupação com a questão nacional e, desse modo, uma importante contribuição do autor para o tema. A segunda está relacionada à possibilidade de se afirmar o grau de universalização que tal contribuição pode conter. No entanto, antes de expor as concepções de Gramsci sobre a nação é importante verificar, ainda que resumidamente, como essa temática se devolveu no interior do marxismo.

## Cap.1 O marxismo diante da questão nacional

### 1.1 O nacional em Marx e Engels

A configuração de classe dos trabalhadores industriais que surge das revoluções burguesas inglesa e francesa, em pouco tempo passou a fazer parte do mundo social e político de outras localidades nacionais. À medida que o capitalismo ultrapassa as barreiras nacionais, conquistando novos mercados, percebe-se também o crescimento do seu elemento antagônico, ou seja, o proletariado. Assim, o mundo para Marx e também para Engels estava cada vez mais cindido em duas classes sociais, o que abria possibilidades para uma revolução mundial, guiada pelos trabalhadores de todos os países. Segundo Marx, não apenas as nações, mas também os Estados e as cidades exigem avaliações que devem partir de um contexto global, para com isso ser possível alcançar toda extensão da luta de classes.

Sua opinião era de que o Estado-Nação representava basicamente os interesses da burguesia. Aliás, em sua época, movimento nacional e movimento liberal, pró-burguesia, eram bastante semelhantes. As manifestações nacionais apareciam normalmente confundidas com o liberalismo, especialmente em povos que forjavam novas nacionalidades como a Alemanha e a Itália. Aqui talvez esteja presente um dos motivos que levaram Marx e também Engels a não escreverem algo sistematizado, ou a não proporem nenhum estudo aprofundado, sobre a questão nacional, pois, para eles, ela estava ligada aos velhos anseios da burguesia e assim seriamente comprometida à extinção.



Portanto o princípio nacional foi interpretado por esses autores como algo ultrapassado que não representava a nova tendência histórica. Com a ampliação da economia capitalista a níveis mundiais, articulada de forma contraditória e antagônica pela burguesia, os trabalhadores dos diferentes países passavam a vislumbrar um novo rumo para a emancipação: o internacionalismo.

Com isso, pode-se dizer que tanto para Marx quanto para Engels, a organização nacional refletia basicamente os velhos e intrínsecos interesses da burguesia, enquanto que o internacionalismo, as novas perspectivas sociais do proletariado.

Ainda dentro dessa discussão, um outro tema da época pouco explorado por Marx e Engels está relacionado à questão da autodeterminação das nações. De acordo com a análise histórica destes dois, tal questão assumia uma configuração claramente contrarrevolucionária, quer dizer, a idéia que Marx e Engels possuía sobre a autodeterminação nacional não refletia outra coisa senão a própria condição de burguês dada por eles aos movimentos nacionais. As duas principais exceções apontadas por eles, nas quais revelaram claro apoio, correspondiam aos casos da Irlanda e da Polônia.

A defesa da autonomia irlandesa em relação à Inglaterra se justificava pelo fato de naquele país, mesmo sendo bastante forte, a classe operária ainda estava impedida de se unir ao proletariado inglês, devido aos preconceitos nacionais impostos pela sua burguesia. Isto significa que o internacionalismo, neste caso, dependia da autodeterminação nacional.

Sobre a Polônia, Marx e Engels apoiavam a sua independência em relação à Rússia imperial, devido ao caráter anti-tzarista que a mesma apresentava. Para eles, o império russo representava a força mais reacionária da Europa, e por isso deveria ser combatido de todas as maneiras.



Na maioria dos casos, suas formulações, com grande destaque para Engels, demonstraram uma forte rejeição às políticas de autodeterminação. Na visão de Engels os gaélicos da Escócia, os bretões, os bascos, os judeus das comunidades da Europa Oriental que falam o ídiche e, em especial, os escravos do sul, encontravam-se todos da seguinte forma:

não existe país na Europa que não possua, num canto ou noutro, um ou vários escombros de povos, traços de uma antiga população riscada do mapa e mantida como escrava pela nação que, mais tarde, se torna o principal veículo do desenvolvimento histórico. Essas relíquias de uma nação pisoteada sem piedade pelo curso da História, como Hegel qualificava esses resíduos de povos, tomam-se sempre os porta-estandartes fanáticos da contra-revolução e assim subsistem até a sua completa obliteração ou a perda de seu caráter nacional, de modo que sua existência inteira constitui um insulto contra uma grande revolução histórica. (Engels, in: Löwy, 2000, p.42)

Em outras palavras, para Engels, esses povos não tinham condições de se autodeterminarem enquanto nações. E aqui a questão dos "povos sem história" está lançada. Sobre os mexicanos, ele afirmava que a conquista de parte do território do México pelos norte-americanos se justificava pelos ganhos civilizatórios ali levados. (Engels: in Pinsky, 1980) Com essas declarações, a polêmica foi lançada, e o movimento socialista seguinte ficou encarregado de debatê-la.

Para Marx e Engels, os comunistas poderiam abolir as nacionalidades pelo fato do proletariado não ter nenhum país, ou seja, não se pode tirar deles o que eles não têm.

No decorrer da história tal ponto de vista demonstrou-se bastante frágil, pois como mostram as experiências, a questão nacional não é apenas uma questão burguesa. A classe operária também deve ser vista sob o ponto de vista das nacionalidades. Lenin, por

exemplo, um dos principais defensores da filosofia marxiana, elegeu o problema nacional como um dos mais importantes a serem resolvidos pelo movimento comunista mundial.

Para Marx e Engels, o fundamental era de fato o movimento internacional. E na tentativa de unir mundialmente e de modo organizado os trabalhadores, participam com todo vigor na Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), também conhecida como I Internacional, criada em 1864. Essa organização foi o resultado de um lento e progressivo processo de aproximação entre os operários ingleses, franceses e exilados dos demais países europeus.

A participação de Marx nessa organização foi indispensável para o amplo reconhecimento do órgão no cenário político europeu. Sua contribuição teórica na formulação dos estatutos e da constituição deu a I Internacional um caráter audacioso e militante, destinado a moldar um corpo bastante disciplinado, cujos membros se empenhariam em promover assistência mútua não apenas para melhorar a condição de vida comum dos trabalhadores, mas também para subverter sistematicamente e se possível pôr fim ao sistema capitalista existente, mediante insistente ação política.

Mesmo com diversos problemas, de cunho operacional, a AIT conseguiu reunir um número considerável de associados, sendo da Inglaterra a maior delegação.

O discurso inaugural da I Internacional configura-se como sendo, depois do *Manifesto Comunista*, um dos mais notáveis documentos do movimento socialista. No trecho seguinte, vê-se o seguinte:

...Que a emancipação da classe trabalhadora deve ser conquistada pela própria classe trabalhadora ... que a submissão econômica do trabalhador pelo monopolizador dos meios de trabalho ... constitui a base da escravidão em todas as suas formas de miséria social, degradação mental e dependência política. Que a emancipação econômica da classe operária



é, portanto, a grande finalidade a qual deve estar subordinado, como meio, qualquer movimento político. Que os esforços dirigidos a este grande objetivo falharam até então por falta de solidariedade entre as divisões múltiplas do trabalho de cada país, e da ausência de um fraterno vínculo entre as classes operárias de diferentes países ... motivos pelos quais os abaixo-assinados ... tornaram as necessárias medidas para fundar a Primeira Internacional. (Berlin, 1991, p. 207)

Nesse trecho do documento surge como um dos pontos fundamentais para a vitória do movimento operário a questão já posta em evidência no *Manifesto* de 1848, referente à união dos trabalhadores em escala mundial. Os operários se quisessem escapar dos abusos dos capitalistas, deveriam despojar de seus preconceitos nacionais e religiosos que visam apenas os interesses pessoais ou locais.

Fundada a Internacional, seus objetivos caminharam no sentido de estabelecer relações próximas entre os trabalhadores dos vários países e sindicatos; reunir estatísticas relevantes; informar os trabalhadores de um país sobre as condições, necessidades e planos dos trabalhadores de outro país; discutir questões de interesse comum; assegurar ação simultânea coordenada em todos os países, na ocorrência de crises internacionais; publicar relatos regulares sobre o trabalho das associações, etc.

Mesmo apresentando tal disposição, a AIT não penetrou o suficiente em certos países, como foi o caso da Alemanha. Sob influência da supervalorização nacional de Lassalle, a AIT não conseguiu alterar a postura política dos operários alemães, na qual, segundo o pensamento lassalleano, deveriam ficar restritos às fronteiras do país, preocupados, acima de tudo, com os problemas de organização interna.

O principal fato histórico ocorrido na época da AIT foi a revolução dos operários franceses de 1871, também conhecida como a Comuna da Paris, que pode ser entendida como uma resposta do proletariado francês à derrota da França na guerra franco-prussiana.





Neste episódio a Internacional teve uma participação bastante ativa. No entanto, Marx não teve um envolvimento direto, da mesma forma que suas idéias também não tiveram uma ampla penetração no movimento. Na verdade a Comuna de Paris proclamada em março de 1871, se forma espontaneamente, sem uma preparação estruturada, nem ideologicamente coesa. Com uma representação importante da pequena burguesia em suas direções, sem o predomínio dos setores revolucionários.

Com o fracasso dos revoltosos, na implantação de um Estado proletário, a Internacional passou a ser responsabilizada pelos governos da Europa como a principal liderança do movimento francês, sofrendo em seguida uma violenta repressão. Entretanto seu fim não foi imediato, pois somente em 1876, situada já em Nova York é que foi decretado seu fechamento.

Como podemos perceber, a atuação de Marx na AIT esteve voltada diretamente para o fim dos preconceitos nacionais e, por conseguinte, para uma união entre os trabalhadores em âmbitos mundiais.

Justamente neste sentido, é que em 1869, Marx direciona uma carta ao seu interlocutor Kugelmann, na qual manifesta sua opinião sobre a questão irlandesa. Suas palavras são as seguintes:

Pouco a pouco cheguei à convicção, falta apenas inculcá-la na classe operária inglesa, de que ela nada poderá fazer de decisivo, aqui na Inglaterra, enquanto não romper da maneira mais clara, em sua política irlandesa, com a política das classes dominantes; enquanto não associar seus interesses aos dos irlandeses... (Marx, in: Pinsky, 1980, p. 20)

Assim, a Associação Internacional dos Trabalhadores deveria, antes de tudo, acelerar a revolução social na Inglaterra. E o único meio de alcançá-la era tornando a Irlanda independente. A principal tarefa do Conselho Central em Londres era despertar na

classe operária inglesa a consciência de que a emancipação nacional da Irlanda não era para ela uma abstrata questão de justiça e de humanitarismo, mas a fundamental condição de sua própria emancipação social. (Marx, in: Pinsky, 1980)

Como para Marx a Inglaterra representava a principal potência do mundo capitalista, uma vez eclodida a revolução social em seu território, derrubando a classe burguesa do poder, o princípio da mais-valia, presente nos principais países da Europa, também estaria condenado ao fim.

Após a exposição de algumas das principais idéias de Marx e de Engels sobre a importância que eles davam ao internacionalismo da revolução operária e também aos movimentos nacionais, será discutido agora um outro expressivo membro do movimento socialista europeu do século XIX que, no entanto, tinha como perspectiva de luta somente o território alemão, estamos falando de Ferdinand Lassalle.

## 1.2 Lassalle em oposição ao internacionalismo de Marx e Engels

Lassalle representou uma vertente do movimento socialista do século XIX oposta àquela defendida por Marx e Engels. Ao contrário destes, Lassalle argumentava em favor do "socialismo nacional". Em sua opinião o que realmente interessava para os trabalhadores da Alemanha, condizia com as leis internas do Estado alemão. Portanto, toda sua organização deveria possuir como horizonte de luta os marcos territoriais desse país.

Um fato importante de se notar é que na época de Lassalle o espaço territorial alemão ainda não obtinha a unidade. A fragmentação, em diversas regiões, ainda era a sua principal característica. Lassalle demonstrava-se bastante incomodado com tal situação,



para ele a unificação da Alemanha se assegurava como um dos principais objetivos do movimento socialista alemão. E em sua opinião, a Prússia, região mais desenvolvida economicamente, apresentava-se como protagonista nessa tarefa.

Toda a importância dada por ele sobre a necessidade de se unir a Alemanha, na verdade, refletia a profunda marca que a supervalorização nacional estabelecia em seu modo de pensar. Para Lassalle, o movimento nacional assumia tanta importância quanto o próprio socialismo. Para alcançar êxito em tal empreitada, aceitava alianças até mesmo com os setores dominantes e conservadores de seu país,

Se Lassalle, em 1859, pensava ser a Prússia a única força que poderia efetivamente unificar a Alemanha, seria lógico que mais tarde considerasse possível persuadir Bismarck a introduzir as mudanças sociais que as classes médias pareciam incapazes de realizar. O grau no qual o movimento dos trabalhadores alemães foi influenciado por sentimentos nacionalistas deve ser ressaltado nesse estágio. (Mackenzie, 1967, p.65)

Anos mais tarde, após sua morte, descobriu-se que Lassalle de fato possuía um canal de contato direto com Bismarck.

Muito do que era defendido por ele, tinha como origem filosófica as idéias do grande pensador alemão Fichte. Este filósofo defendia um socialismo moral, carregado de misticismo. Para ele o homem é inteira e divinamente livre, no entanto, como não consegue concretizar tal aspiração acaba permanecendo escravo da natureza. A única solução seria então possuir certa propriedade, ou como ele diria um determinado campo de ação, e isto somente poderia ser possibilitado pelo socialismo.

Em Fichte não se percebe uma maior preocupação com a história, ou ainda, com o seu movimento. A presença do idealismo era bastante evidente.





A figura do Estado também era central nas idéias desse alemão. A função social que o poder estatal deveria desempenhar, convergia para a centralização e o controle das relações entre os indivíduos. Segundo dizia, o Estado deveria “determinar a qualidade e o preço dos produtos, do que se deduz que o Estado supervisiona constantemente a produção e que os cidadãos, em parte patrões, estão igualmente em parte a serviço da administração pública.” (Jaurès, 1967, p.83)

Contudo, no momento, o que mais interessa no pensamento fichteano se refere à perspectiva espacial apontada por ele para o socialismo. Em sua visão, o sistema que promove a emancipação dos indivíduos, deveria conter-se em âmbitos nacionais, ou seja, o internacionalismo não desempenhava uma importância central.

Neste ponto, é que se convergem as idéias de Fichte e Lassalle. Este último absorveu amplamente os pressupostos teóricos do mestre do socialismo moral. Lassalle espera “como Fichte, que o Estado fixe a medida do valor dos preços; como Fichte, não preconiza o socialismo internacional, senão o socialismo nacional, para que se instaure a justiça na Alemanha...” (Jaurès, 1967, p.87)

Tanto um quanto o outro estava preocupado, antes de tudo, com a realidade alemã. Mesmo cada um a seu modo – Fichte ainda restrito ao idealismo, Lassalle já demonstrando contato com o materialismo histórico – todas as suas atenções restringiam-se aos problemas da Alemanha.

Para Ferdinand Lassalle, uma das principais reivindicações colocada para o movimento progressista da Alemanha, referia-se a implantação de uma Constituição democrática.



Durante o período das revoluções européias das décadas de 1830 e 40, em especial na Alemanha, boa parte das insurreições possuía como meta prioritária a instalação de uma Constituição que contemplasse a maioria dos cidadãos.

Em seu livro *Que é uma constituição?*, Lassalle tenta além de explicar conceitualmente o significado desse conjunto de leis e normas de uma determinada nação, também demonstra quais são as suas verdadeiras conseqüências para a vida prática dos homens. Neste texto, o autor propõe que a Constituição não se funda somente sob uma simples formulação jurídica, pois, na verdade, a sua real sustentação reside também nas relações de poder, ou como o próprio diz, nos “fatores reais de poder”.

Segundo afirmava, essas relações de poder possuíam como matriz a existência e, ao mesmo tempo, o choque de diferentes classes sociais. Contudo, ele acreditava ser a Constituição um fundamental instrumento para a contenção desses conflitos numa nação: a “Constituição não é uma lei como as outras, é uma lei fundamental da Nação.” (Lassalle, 1969, p. 20)

Em outros momentos ele ainda diz:

Da mesma forma, e pela mesma lei da necessidade que todo corpo tem uma constituição própria, boa ou má, estruturada de uma ou de outra forma, todo país tem, necessariamente, uma constituição real e efetiva, pois não é possível imaginar uma nação onde não existam os fatores reais do poder, quaisquer que eles sejam. (Lassalle, 1969, p. 77)

A luta de classes, portanto, no pensamento desse autor não adquiri uma perspectiva de fim, pois ao que tudo indica a disputa pelo poder sempre existirá. Por isso, o Estado e a Constituição são tão importantes para os trabalhadores, pois garantem um importante equilíbrio social e político.

Como já foi destacada, a unificação da Alemanha caracterizou-se como sendo um dos problemas centrais para o movimento socialista liderado por Lassalle. Mesmo possuindo uma burguesia bastante desenvolvida, principalmente na região prussiana, os andamentos da economia e da política ainda sofriam amplos obstáculos devido aos resquícios feudais que habitavam o território alemão. A explicação para isso, reside na debilidade revolucionária da própria burguesia alemã que era tímida e indecisa, disposta a lutar junto com os latifundiários contra as massas populares.

Parte desse aspecto vacilante da burguesia alemã tinha como origem a grande força que o movimento operário desse país adquirira durante a primeira metade do século XIX. Assim, com medo de pôr em risco os seus privilégios, a burguesia preferiu não se comprometer em nenhuma ação mais radical. As insurreições – de 1844 na Silésia, de 1848 em praticamente todo território alemão, de 1849 em Dresden, etc. – da classe operária, denunciava com clareza não apenas a sua força, mas também o alto grau de independência que seu movimento de luta havia alcançado.

Mesmo não vitorioso em tais lutas, o proletariado alemão não cessou de crescer, principalmente no campo da participação política. Em finais do século XIX, o partido da classe operária alemã já era considerado o maior do país. Esse crescimento está intimamente ligado com as idéias de Lassalle que mesmo depois de sua morte em 1864, continuou influenciando os trabalhadores. Sob suas idéias, o proletariado alemão acreditava na via pacífica para a conquista do Estado, quer dizer, por meio da maioria dos votos.

Em certos momentos Lassalle também soube se opor aos grupos liberais que havia se associado. Nesse sentido, em 1862, dirige sua famosa *Carta Aberta*, propondo a construção de um partido operário independente, indispensável para os trabalhadores





conquistarem uma melhor condição social no sistema em que vivia. Isto porque a “lei de ferro dos salários” impedia o desenvolvimento igualitário da classe trabalhadora, quer dizer, enquanto que para alguns os salários aumentam, para outros inevitavelmente reduzem.

Por isso Lassalle propôs como solução a criação de associações cooperativas sob controle de um Estado fundado no sufrágio universal, no qual todos os trabalhadores receberiam o produto integral de seu trabalho. Tais idéias foram inteiramente aceitas por grande parte do movimento socialista alemão que, em maio de 1863, cria a Associação Universal de Trabalhadores Alemães, sendo a principal reivindicação o sufrágio universal.

Até agosto de 1864, ano de sua morte, Lassalle viajou por toda Alemanha, realizando grandes palestras aos operários e consolidando as bases do movimento socialista nacional.

Marx não aceitava o pensamento de que apenas com o sufrágio universal, os trabalhadores alemães conseguiriam transformar o sistema desse país. Da mesma forma, Marx também não apoiava a idéia de uma possível aliança com Bismarck, defendida por Lassalle. Quando necessário os trabalhadores alemães deveriam, ao contrário, apoiar os liberais, contra Bismarck e a reação prussiana.

Com a publicação dos contatos entre Lassalle e Bismarck, nos quais se afirmavam trocas de favores, a ruptura das duas tendências explicitou-se, pois para Marx e Engels, isto era extremamente prejudicial ao socialismo na Alemanha.

Na passagem das décadas de 1860-70, o movimento socialista alemão já concentrava duas forças opostas, claramente percebidas: de um lado os lassalleanos, liderados por Schweitzer, de outro, os marxistas, representados por Liebknecht e August

Bebel – sendo estes últimos, as principais figuras fundadoras do Partido Social-Democrata Alemão, criado em 1875.

Durante a primeira metade da década de 1870, as duas correntes cresceram bastante, principalmente a de inspiração marxiana. Em decorrência, instaura-se um intenso movimento de perseguições políticas, por parte das autoridades alemãs, forçando uma possível aliança entre as duas vertentes.

Marx e Engels, entretanto, demonstravam sérias reservas a tal união. Devido a essa postura, os dois ficaram excluídos do processo de unificação. A tendência marxista preferiu ocultá-los. Somente as vésperas do congresso sediado em Gotha – que selaria o trabalho conjunto entre lassalleanos e marxistas – Marx e Engels tomaram conhecimento dos documentos formulados pelos interessados. Nesse momento se descobriu o quanto os marxistas tinham feito concessões aos lassalleanos. Um dos pontos criticados por Marx, em relação a este programa, dizia respeito à débil perspectiva de luta conjunta e efetiva entre os trabalhadores de diferentes países.

Tal desagrado por parte de Marx, resultou na publicação de seu texto *Crítica ao Programa de Gotha*, no qual reforça ainda mais as fragilidades do movimento socialista seguidor de Lassalle. Marx expõe o seguinte, neste texto: “Contrariando ao Manifesto Comunista e a todo o socialismo anterior, Lassalle tinha concebido o movimento operário do ponto de vista mais estreitamente nacional.” (Marx, In: [www.culturabrasil.pro.br/gotha.htm](http://www.culturabrasil.pro.br/gotha.htm).) A luta política lassalleana, segundo os olhos de Marx, ainda estava limitada ao campo das nacionalidades, quer dizer, ainda estava presa às perspectivas burguesas.



Como é possível notar, a corrente socialista européia vivenciou boa parte do século XIX uma divergência teórica sem dúvida decisiva na organização do movimento operário dos diversos países. De um lado Marx e Engels firmes representantes do socialismo internacional, do outro, Lassalle defensor do socialismo nacional.

Como o processo histórico do século XIX ainda não oferecia elementos percebíveis, para o seu melhor entendimento, esta questão penetrou no século XX sem resposta. O socialismo nacional representado por Lassalle e o internacionalismo de Marx e Engels, dividiram, de certa forma, o movimento operário da Europa, revelando assim que o dilema entre nacional e internacional não se apresentava resolvido entre os socialistas.

Lenin, sem dúvida, foi uma das principais figuras do movimento operário internacional do início do século XX que levou às últimas consequências essa questão. Este autor, na verdade, pode ser entendido como uma referência sobre a relação nacional-internacional, pois suas idéias superaram a dicotomia posta por Marx e Lassalle.

No entanto, Lenin presenciara um outro estágio do capitalismo – que certamente o beneficiará na tradução dessa questão – mais elevado, não mais aquele concorrencial, mas sim o monopolista, ou melhor, o imperialista.

### 1.3 Lenin e a síntese entre o nacional e o internacional

Diferentemente de Marx e Lassalle, Lenin não subestimou nem a questão nacional, como foi o caso das interpretações marxianas, e nem o internacionalismo, como ficou caracterizada a análise lassalleana. Mesmo se intitulando um internacionalista convicto,



Lenin buscou entender com profundidade os principais aspectos dos problemas nacionais que brotavam entre as sociedades da Europa centro-oriental.

Se de acordo com Marx, em sua leitura da realidade social do século XIX, o problema nacional situava-se em terreno burguês, ou seja, ultrapassado, para Lenin tal questão aparecia de forma bastante vigorosa e mal resolvida. Isto significa que enquanto para Marx a nação vivenciava um processo de decadência, devido ao desenvolvimento mundial do capitalismo que subtraía as nacionalidades; para o autor russo, a questão nacional em vários casos ainda estava atual, graças a sua importância na constituição dos imperialismos.

A análise feita por Lenin dessa época em seu texto *Imperialismo fase superior do capitalismo*, revela com clareza, pelo menos em relação à economia, o alto grau de complexidade que o capital estava adquirindo na passagem do século XIX para o XX. O surgimento dos grandes monopólios; a junção dos capitais bancário e industrial, transformando-se em capital financeiro; a partilha do mundo entre grandes potências nacionais e entre grandes indústrias; entre outros aspectos, deram a Lenin uma melhor perspectiva sobre as nações, justificando a importância dada por ele para essa questão.

Mesmo com a "mundialização do capital", excessivamente elevada na época do imperialismo, a compreensão das realidades particulares de cada país era indispensável. Até porque, segundo diz em 1916 "...o desenvolvimento desigual, e por saltos, das diferentes empresas, dos diferentes países é inevitável em regime capitalista." (Lenin, 1979, p.60)

Portanto, se o capitalismo não surge de forma homogênea entre os diversos países, certamente a classe operária que nasce em uma determinada nação não será igual à outra de um outro país. Daí a necessidade de se entender as especificidades sociais de cada espaço

nacional, para assim ser possível indicar formas de organização e luta do proletariado, condizentes com cada realidade particular.

Como será visto adiante, com mais precisão, esse foi um ponto que Rosa Luxemburg não percebeu. A sua análise do sistema capitalista, da fase imperialista, não possibilitou o entendimento da real importância dos anseios nacionais para o movimento operário, dissolvendo-os assim, num internacionalismo extremado.

Lenin percebeu a importância de se estudar com mais profundidade as questões características das nações já nos primeiros anos do século XX. Sua preocupação com o problema nacional foi fundamental para que o Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR), surgido em 1903, o incorporasse em seu programa de luta. (Aqui o termo “social-democracia” ainda não assumia a configuração anos depois consolidada em torno da conciliação entre capital-trabalho, mas tinha como projeção a luta revolucionária dos trabalhadores pelo fim do sistema capitalista.) A principal palavra de ordem lançada por Lenin e pelo POSDR, na tentativa de expor a questão nacional dos povos da Rússia, tinha a seguinte forma: “A todas nações do Estado (russo) o direito de autodeterminação”. Tal proposta foi detalhada por Lenin em 1914 no *O direito das nações à autodeterminação*. (Lenin, 1984, V.25)

Como o Império russo era fruto do expansionismo – que em média, ao longo de 300 anos, registrou um avanço diário de  $140 \text{ km}^2$  – e pela multinacionalidade, Lenin decidiu propor como forma de luta o reconhecimento de cada nação que integrava a Rússia ao direito de exercer uma língua própria, uma educação própria e, fundamentalmente, um sistema político próprio.



Tais intenções renderam-lhe várias críticas originadas de vários lugares e partidos, inclusive do próprio movimento socialista. Um dos partidos que mais se opôs a estas idéias de Lenin foi o Partido Socialista Polaco (PSP).

Segundo as percepções dos socialistas poloneses, a autodeterminação nacional não se mostrava suficientemente clara, portanto, a sua importância para o movimento operário não era visível. Além disso, a reivindicação por um idioma, uma nação, uma cultura, etc, autônomos, era interpretada como essencialmente burguesa.

Por sua vez, Lenin sempre fez questão de explicitar a sua leitura classista da história. O fato de ele propor o reconhecimento das nações a autodeterminação, não significava o apoio a toda e qualquer espécie de movimentação nacional, pois sendo a social-democracia um partido do proletariado, toda sua perspectiva de luta deveria estar centrada nos interesses dessa classe. Assim, a autodeterminação se relaciona com a autonomia dos operários de cada país, e não com a autonomia dos povos e nações como tais, em sentido genérico.

O grande objetivo dessa forma de luta era estreitar o máximo possível a união dos trabalhadores de todas as nações. Aqui parece estar a dialética do pensamento leniniano sobre esse tema, quer dizer, Lenin percebeu que a união internacional dos trabalhadores do Império russo somente se concretizaria se a simpatia de uns pelos outros fosse aprofundada. Sem o respeito pelas particularidades nacionais, o internacionalismo dos operários ficava praticamente impossível de se realizar. E o contrário também é verdade, ou seja, sem um ponto de vista internacionalista, a questão nacional não se torna clara para a classe trabalhadora, quer dizer, a nação não se mostra para o proletariado como um momento fundamental da luta de classes.



Já a visão de Rosa Luxemburg sobre o problema nacional não conseguiu se desvincular da idéia de que no capitalismo do estágio imperialista, no qual a unificação mundial passava a ser uma realidade cada vez mais palpável, as brechas para a luta em torno da bandeira nacional eram praticamente impossíveis. Rosa, de certa forma, recupera o raciocínio de Marx sobre o papel histórico das nações como sendo essencialmente burguês.

A confirmação disso vem em suas palavras de 1908-09:

O direito das nações à autodeterminação parece (...) uma paráfrase da velha palavra de ordem do nacionalismo burguês de todos os países em todos os tempos: o direito das nações à liberdade e à independência. (Luxemburg, 1988, p.10)

Para ela a classe operária consciente não luta pela construção de um Estado moderno, fundado na autodeterminação nacional, mas sim pelo fim do sistema capitalista e pelo internacionalismo. Portanto a idéia de que o proletariado poderia erguer um Estado moderno era tão falsa quanto à idéia de propor à burguesia a restauração do feudalismo.

Na distinção feita por Lenin não muito aprofundada entre Estados nacionais modernos e Estados de nacionalidades – atrasados e marcados pelo feudalismo – a luta do proletariado assume duas formas distintas, que é preciso dizer *não são leis gerais*.

No caso dos Estados de nacionalidades, cuja Rússia poderia ser tida como exemplo, o proletariado pode, num primeiro instante, estabelecer uma aliança com a burguesia, tendo em vista a conquista dos direitos civis e políticos – aqui a consciência nacional é a que predomina - entretanto, no caso dos Estados nacionais modernos já consolidados, a classe operária não deve lutar apenas por um sistema democrático-burguês, no qual a opressão da minoria burguesa sobre a maioria já prevalece. Neste caso, a classe trabalhadora consciente



deve lutar pelo domínio do Estado nacional e pela construção do socialismo – aqui o que nasce é a consciência internacional.

Esta é precisamente uma distinção que, segundo Lenin, Rosa Luxemburg não faz. Ela, aos olhos leninianos, não desvenda qual época histórica atravessa a Rússia, quais são as particularidades concretas do problema nacional e dos movimentos nacionais deste país, durante o princípio do século XX.

Dentro das teses sobre a questão nacional, Lenin elege a autodeterminação política como o fundamento básico da reivindicação da autodeterminação nacional. Tal posição, sem dúvida, estabelecia um decisivo combate contra a opressão do Império czarista sobre as demais nações oprimidas da Rússia. Para ilustrar melhor essa questão, o próprio diz em 1913:

A Rússia é na atualidade o país de regime estatal mais atrasado e reacionário em comparação com todos os países que a rodeiam, desde a Áustria, em que se consolidaram a partir de 1867 as bases da liberdade política e do regime constitucional e se implantou agora o sufrágio universal, até a República da China. Por isso, os social-democratas da Rússia devem insistir em sua propaganda no direito das distintas nações a formar um Estado aparte ou escolher livremente o Estado que deseja pertencer. (Lenin, 1984, V.23, p. 332-33)

Na verdade, essa foi uma das várias teses defendidas por Lenin, em 1913, em que o objetivo era firmar como necessário o processo de transformação político-social da Rússia, abolindo as marcas feudais, seguindo na direção da construção da democracia burguesa.

Além de uma economia moderna fundada no capitalismo, essa região deveria também construir, no aspecto cultural, idéias novas e modernas que substituíssem as velhas formas sobrenaturais de entender o mundo, patrocinadas pela Igreja Ortodoxa russa.



Cada nação do Império deveria lutar pela autogestão administrativa e pelas instituições baseadas no sufrágio universal, igual e secreto, bem como pelos direitos civil e penal, pelos princípios gerais que determinam o domínio escolar – por exemplo, as leis que assegura o laicismo absoluto da escola e a organização democrática do regime escolar, entre outros pontos –, pelas leis sobre a proteção do trabalho e pelas liberdades políticas.

Sem o estabelecimento dessa transformação político-social, a questão nacional não se resolveria. Pontos como o idioma, o território, o mercado interno, entre outros, também eram indispensáveis para o êxito dessas mudanças. As nações do Império necessitavam desses elementos para se concretizarem.

O aspecto cultural, da mesma forma, coloca-se como indispensável, todavia ele não deve ser um aspecto estático da sociedade. Para Lenin, com a ampliação mundial do capitalismo, as relações humanas passaram a ser cada vez mais dinâmicas e internacionalizadas, assim, a cultura, como também o idioma, a economia, o território, etc, deveriam, do mesmo modo, ir além dos princípios nacionais, distanciando-se do isolamento. E para esse autor, somente no socialismo tal processo poderia ser complementado.

Diante dessas possibilidades, a classe operária não deveria lutar por uma cultura puramente nacional, já que é sua a tarefa histórica de unir os países e acabar com o capital. De acordo com Lenin, a reivindicação cultural única e exclusivamente nacional “contradiz de modo absoluto o internacionalismo da luta de classe do proletariado; facilita a incorporação do proletariado e das massas trabalhadoras à esfera de influência das idéias do nacionalismo burguês...” (Lenin, 1984, V.23, pp.335-36)





Acima de qualquer projeto de luta nacional, o Partido Social-Democrata Russo deveria promover a fusão dos operários de todas as nações da Rússia seja no campo político, econômico, cultural, educacional, etc. Para isso, o POSDR teve à frente diversos obstáculos, entre os quais o nacionalismo russo se apresentava como um dos mais acentuados.

Tanto os representantes do tzarismo quanto os da burguesia proclamavam em suas lutas políticas a manutenção do Estado multinacional, cujo poder central partia de Moscou. A idéia era que o Império russo deveria permanecer centralizado, mantendo sua característica de múltiplas nações. Em nome dessa união tentou-se difundir o sentimento nacionalista de defesa da “Grande Rússia”.

Segundo Lenin, esse espírito nacionalista estava intimamente ligado com o objetivo de dividir e corromper a classe operária, que do seu lado deveria defender a plena igualdade de direitos e a verdadeira unidade do proletariado dessas nações.

Os operários conscientes – dizia Lenin em 1914 – não propõem a separação;

conhecem as vantagens dos Estados grandes e da união de grandes massas operárias. Porém, os Estados grandes só podem ser democráticos se as nações gozam da igualdade de direitos mais absoluta, e essa igualdade implica também o direito à separação. A luta contra a opressão nacional e contra os privilégios nacionais está indissoluvelmente unida à defesa desse direito. (Lenin, 1984, V.24, p. 344)

Um dos elementos que provavam a existência de um movimento nacionalista russo, disposto a defender o aspecto centralizador do Império, está ligado à questão da língua oficial. Para as classes sociais representantes da defesa incondicional da indivisibilidade da Rússia, a existência de um idioma oficial obrigatório era indispensável. Tanto os liberais

quanto os reacionários apoiavam, mesmo que com algumas diferenças, a implantação da língua falada pelos russos sobre todas as demais populações da multinação.

De acordo com o ponto de vista leniniano, os representantes do tzarismo se orientavam da seguinte forma: “A Rússia deve ser indivisível e todos os povos devem subordinar-se ao princípio russo, pois os russos têm sido os construtores e unificadores da terra russa”. (Lenin, 1984, V24, p.309) Em outras palavras estavam dispostos a proibir o exercício de dialetos em que falavam cerca de 60% da população não russa da Rússia. Diziam que a língua oficial não beneficiaria apenas a unidade, a indivisibilidade e a coesão territorial da Rússia, mas também a continuidade da “grande cultura” russa.

Sobre a importância da língua e da cultura russas para os povos da Rússia, Lenin estava inteiramente de acordo. Para ele o conhecimento de escritores russos como, por exemplo, Turguenev e Tolstoi, entre outros, deveria ser ampliado para todas as populações da Rússia. Lenin defendia, portanto, que a língua russa fosse expandida entre as diversas nações.

No entanto, não por meio da coerção e da obrigatoriedade. Segundo demonstrava, o desenvolvimento do capitalismo na Rússia estava aumentando a movimentação migratória dos povos desse país, com isso favorecendo para o fim do estreito particularismo regional e ao mesmo tempo, colocando em contato dos vários povos a língua russa. Por meio da força e da imposição esse processo seria profundamente marcado pela hostilidade e pela irritação em relação a grande língua.

A partir disso Lenin, ainda em 1914, nega a obrigatoriedade da língua oficial, aclamando que se assegure à população escolar o ensino “em todos os idiomas locais e que se inclua na Constituição uma lei fundamental declarando abolidos todos os



privilégios de uma nação, quaisquer que seja, e todas as infrações dos direitos de uma minoria nacional.” (Lenin, 1984, V.24, p.311)

Entretanto, sobre a questão nacional, além das divergências internas à Rússia, Lenin e o POSDR enfrentaram politicamente também outros movimentos externos. E, da mesma forma que Lenin criticou os partidos liberais e reacionários da Rússia, ele também se opôs ao “pseudo-marxismo”, muitas vezes localizado fora da multinação. Um claro exemplo disso é a consistente denúncia feita por ele sobre os rumos políticos da II Internacional e ao movimento socialista europeu em geral, das primeiras décadas do século XX.

Em seu texto de 1915, intitulado *A bancarrota da II Internacional*, Lenin se concentra inteiramente não só para criticar, mas também para entender as razões que levaram o movimento socialista, de praticamente todos grandes países da Europa, a caminharem para o reformismo, para o nacionalismo e conseqüentemente para o apoio à guerra imperialista (1914-18).

Os dois termos mais utilizados pelo o autor para qualificar o movimento da II Internacional são: “socialchovinismo” e “oportunismo”.

Por socialchovinismo – diz Lenin – entendemos a acepção da idéia de defesa da prática na presente guerra imperialista, a justificação da aliança dos socialistas com a burguesia e com os governos de ‘seus’ países nesta guerra, a renúncia a propugnar e apoiar as ações revolucionárias do proletariado contra a ‘sua’ burguesia, etc. (Lenin, 1985, V.27, p.256)

Já o “oportunismo” é o “...sacrifício dos interesses vitais das massas em favor dos interesses momentâneos de uma minoria insignificante de operários ou dito em outros termos, aliança entre uma parte dos operários e burguesia contra a massa proletária.” (Lenin, 1985, V.27, p.257)





Na verdade, tanto o "socialchovinismo" quanto o "oportunismo" possuem as mesmas bases político-ideológicas e os mesmos interesses econômicos. Na brochura *Imperialismo fase superior do capitalismo* - escrita em 1916, em plena guerra - o autor desenvolve com mais profundidade o conceito de "aristocracia operária", justamente para se referir a esses grupos da classe operária que acabaram se integrando à lógica do capitalismo e aos interesses da burguesia.

Sua conclusão a partir do campo econômico, é que essa *aburguesada* classe operária realmente se consolidou num momento específico do capitalismo, o imperialismo, quando as principais nações da Europa atingiram um grande desenvolvimento da economia, possibilitando a melhora das condições de vida de uma pequena parte do proletariado. Os capitais nacionais ofereciam, em troca da aliança, o fim das privações e dos sofrimentos da vida, tudo para que os ânimos revolucionários esfriassem.

Completando o entendimento de Lenin, pode-se dizer que no plano político-ideológico, as raízes do socialchovinismo e do oportunismo – da II Internacional, com destaque para o Partido Social-Democrata Alemão – estão situadas na visão política de Ferdinand Lassalle.

Como já foi proposto, Lassalle, com sua convicção no socialismo nacional e na luta política via reformas, influenciou decisivamente boa parte da corrente socialista alemã. A Social-Democracia Alemã – que na virada do século XIX para o XX já se afirmava como o maior partido político do seu país e um dos maiores do mundo – absorveu consideravelmente os pressupostos lassalleanos. Assim como Lassalle, desenvolveu uma política de subordinação das aspirações socialistas e de classe aos interesses da pátria unida.



A mistura em Lassalle de chauvinismo e progresso social tornou-se uma fórmula atraente, embora perigosa (...) Foi aplicada com sucesso dentro da Alemanha em todos os momentos críticos, desde o tempo de Bismarck ... (Mackenzie, 1967, p.65)

Sem dúvida, a Primeira Guerra Mundial (1914-18) foi um desses períodos de crise social, no qual através do discurso nacionalista a burguesia alemã disseminou, com ajuda da “aristocracia operária”, a idéia abstrata de que a luta pela nação era dever de todos. Portanto, à medida que Lenin combate a II Internacional, condenando a sua política nacionalista e contra-revolucionária, automaticamente se faz também a crítica ao pensador alemão Ferdinand Lassalle.

Na Rússia, a postura internacional estava concentrada nas mãos do *pravdismo* – expressão relacionada aos revolucionários que contribuíam com o periódico russo *Pravda* – e também em torno de uma minoria operária da social-democracia.

No geral, boa parte dos principais países da Europa – Inglaterra, Itália, Holanda, Suíça, Suécia e Bulgária – tiveram em suas correntes socialistas presenças marcantes do oportunismo e do chovinismo.

Como será visto mais adiante, Gramsci, comprovando as denúncias de Lenin, também aponta a presença do reformismo e do nacionalismo entre os militantes do Partido Socialista Italiano (PSI).

Avançando ainda mais na discussão, Lenin diz que

O oportunismo não é fruto do azar, não é um pecado, um deslize, uma traição de uns indivíduos isolados, senão o produto social de toda uma época histórica. Porém nem todos se detêm a pensar no significado desta verdade. O oportunismo foi cultivado pelo legalismo. (Lenin, 1985, V.27, p.262)



Diante dessas palavras, mais uma vez retorna a idéia de que a influência do pensamento de Lassalle foi decisiva entre os social-democratas da Alemanha, pois o legalismo foi um dos principais pontos defendidos por ele. O voto era por excelência a luta política. O sufrágio universal, a conquista pacífica do Estado e a união com setores dirigentes significavam para Lassalle formas indispensáveis de luta para a classe operária.

Devido a tudo isso, Lenin sustentou a posição de ruptura com os elementos da II Internacional, francamente ligados com as burguesias nacionais e seus Estados. Ao invés de lutar na guerra imperialista, o proletariado dos países envolvidos deveria sim erguer suas armas contra seus próprios governos e contra suas burguesias, numa difícil, mas necessária, guerra civil.

Como foi possível acompanhar, Lenin se revelou um autor bastante preocupado com a questão nacional, mas não apenas. Ele na verdade tentou solucionar um ponto muito caro ao movimento socialista, seja ele de caráter marxista ou não, que foi a relação entre o nacional e o internacional.

Para o autor russo, a importância do internacionalismo não poderia subestimar a relevância do problema nacional. Tanto um quanto o outro era indispensável para o avanço das forças revolucionárias dos trabalhadores. Em outras palavras,

o ponto de partida de Lenin para elaborar sua estratégia em relação à questão nacional é o internacionalismo proletário; (...) ele percebe uma relação dialética entre este e o direito à autodeterminação nacional. Em primeiro lugar, porque somente a liberdade de separação torna possível uma livre e voluntária união, associação, reconciliação e, a longo prazo, fusão entre as nações; em segundo, porque só o reconhecimento do direito de autodeterminação da nação dominante, permite eliminar o ódio e a desconfiança dos oprimidos e unir os proletários das duas nações no combate comum contra a burguesia. (Löwy, 2000, p.57)



Por outro lado, existem pontos da teoria de Lenin, sobre esse tema, que são passíveis de críticas. Um bom exemplo, segundo Löwy, é "...a total recusa da problemática austro-marxista relativa à autonomia cultural..." (Löwy, 2000, p.58)

Lenin não poupou críticas aos austro-marxistas, sobretudo Otto Bauer, em relação à idéia de autonomia cultural. Mas isso não deixa escapar a imensa importância de suas reflexões para os pesquisadores dos problemas que envolvem a questão nacional e o internacionalismo para os operários.

A absorção, no entanto, do trabalho leniniano pelos comunistas, em particular soviéticos, não se deu, como será visto, de modo coerente com o autor.

Após a sua morte, em 1924, a questão da sucessão pelo comando político movimentou toda a organização partidária soviética. O PCUS (Partido Comunista da União Soviética), entre os anos de 1925 a 1930, atravessou um momento de intensos debates internos, entre os quais, a questão da possibilidade ou não de se construir o socialismo numa única nação, verificou-se um dos principais.

Aqui, o problema da dicotomia nacional *versus* internacional é retomado. De um lado, tinha-se Trotski, neste momento, defendendo um certo internacionalismo extremado, afirmando ser impossível manter o socialismo somente na URSS, mesmo provisoriamente; de outro Stalin liderando os que acreditavam no potencial da grande nação revolucionária para, sozinha, manter-se em regime socialista, até a sua consolidação definitiva.

Portanto, a continuidade da dialética leniniana sobre o nacional e o internacional, não teve entre os soviéticos a devida materialização, mas sim na Itália - com Antonio Gramsci.

#### 1.4 Debate soviético sobre o socialismo num só país: retorno à dicotomia

Após a conquista do Estado russo pelos bolcheviques, subtraindo da vida dos povos que compunham o império czarista, um longo período histórico guiado pelos monarcas e pela igreja, vários obstáculos internos e externos se fizeram presentes para os novos agentes da vida político-social desse país.

Aliás, o próprio surgimento da Revolução de 1917 esteve intimamente ligado aos conflitos não apenas internos, mas também, e fundamentalmente, de fora de suas fronteiras. Apesar de toda destruição causada pelo conflito mundial de 1914-1918, a entrada da Rússia na Primeira Guerra Mundial foi um dos maiores presentes, dizia Lenin, que o czarismo dera à revolução.

O posicionamento político-social da Rússia pós 1917, em relação aos demais países, principalmente da Europa, ganhou novas considerações. Nações, como a França, que tinham amplas relações com a Rússia absolutista, em sua grande maioria demonstraram fortes rejeições ao governo de cunho socialista que nascia.

O choque entre o novo governo soviético na Rússia e o mundo capitalista desenvolvido, surgiu, além de outros aspectos, devido às pretensões proclamadas pelos bolcheviques de que a revolução social no território russo não era o bastante. Na verdade eles alertavam, a partir da Rússia, a revolução em todo o mundo, convocando os operários de toda a parte para se unirem com os objetivos de derrubar o sistema capitalista e fundar o socialismo em seus países. Essas declarações despertaram intensas reações dos governos anti-socialistas do estrangeiro.



As potências ocidentais boicotaram amplamente as decisões e as idéias vindas da Rússia subversiva. Os governos da França e da Inglaterra promoveram o auxílio a todas as forças antagônicas aos bolcheviques, isto tanto dentro quanto fora do território russo.

Grande parte da imprensa européia saiu numa campanha de desmoralização dos revolucionários bastante explícita. A propaganda anti-socialista apresentou os soviéticos, em especial os bolcheviques, como homens abomináveis, afirmando que somente o fim do regime poderia restaurar a felicidade na Rússia. O mundo capitalista pregou algo como uma cruzada contra os vitoriosos de Outubro.

Em agosto de 1918, desembarcaram em Arckagel forças britânicas e francesas, sendo, no entanto, obrigadas a retirarem-se em setembro de 1919. De 1918 em diante, os japoneses fizeram esforços extremos para se estabelecerem na Sibéria oriental. Em 1919, os russos achavam-se em luta não apenas contra os britânicos em Arckagel e contra os japoneses, mas ainda contra uma força reacionária sob o comando do general Koltchak, contra romenos no sul auxiliados por contingentes franceses e gregos; e contra o general russo Denikin na Criméia com um exército de reacionários russos. (Wells, 1939)

Em princípios de 1920 todo esse movimento contra-revolucionário, incluindo também forças da Estônia, fora derrotado pelo exército vermelho. Entretanto, a guerra não tinha terminado. Os poloneses incitados pelos franceses abriram uma nova campanha em abril de 1920; e um novo invasor reacionário, o general Wrangel, retomou a tarefa de Denikin de invadir e devastar o próprio país. Os poloneses, depois de serem rechaçados até Varsóvia, restabeleceram-se com auxílio e recursos da França e fizeram um avanço vitorioso até o interior do território russo. Em consequência, um tratado de paz foi assinado em Riga, em outubro de 1920, com grandes vantagens territoriais para a Polônia.





O fato da Polônia se tornar contra-revolucionária mostra que a sua autodeterminação nacional em relação ao poder da Rússia, tão defendida por Lenin, não foi acompanhada pelo fortalecimento da classe operária – ou seja, sem um salto na sua aquisição da consciência de classe –, revelando nestes casos grave problema.

Somente no início de 1921 a Rússia soviética estabelece contatos comerciais com a Itália e Inglaterra. A NEP (Nova Política Econômica) dá seus primeiros passos. Sobre a NEP inúmeros pontos poderiam ser ditos, no entanto, em poucas palavras, ela objetivou a retomada do crescimento econômico da Rússia, tendo em vista um longo prazo. Enfim, o mundo passa a “reconhecer” o poder bolchevique como um governo de Estado.

Assim, portanto, foi como a Rússia revolucionária sobreviveu de outubro de 1917 a 1921. Com uma revolução que nasceu em meio a uma guerra mundial, seguida de uma contra-revolução interna e externa – com milhares de homens tentando destruí-la. E que tinha uma população mergulhada na miséria absoluta, cercada pela fome, bastando lembrar a grande falta de alimentos de 1921. Mesmo com tudo isso, o poder soviético se manteve vitorioso. A agressão estrangeira acabou fortalecendo a união interna da nova sociedade que surgia. O mundo capitalista mesmo diante de uma sociedade arrasada não se demonstrava preocupado. Tanto é que seus ataques não cessaram. Com o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, o Ocidente lançou-se numa nova contra-revolução sobre a já então União Soviética, desta vez com um novo rosto: nascia a Guerra Fria.

Mesmo reconhecendo a existência de focos de auxílio à Revolução de Outubro, o movimento operário internacional não se demonstrou forte o suficiente para fazer frente ao capital e às burguesias européias. Como exemplos de tentativas revolucionárias, pode-se lembrar os movimentos do norte da Itália, da Hungria e, especialmente, da Alemanha.



Com esse desfecho internacional, os revolucionários russos ficaram como uma ilha, cercados por todos os lados por inimigos. A possibilidade de se construir uma corrente socialista na Europa ficava cada vez mais distante.

Sob tal situação, os bolcheviques foram obrigados a debater sobre as dimensões por essência do socialismo. Com a interrogação: "é possível o socialismo numa só nação?", os soviéticos se enfrentaram e expressaram suas teses. Novamente, surge o dilema entre nacional e internacional no interior do movimento socialista. Só que desta vez, entre os soviéticos, tendo em jogo não apenas uma reflexão teórica, mas um Estado, fruto de uma revolução.

Os principais agentes do debate sobre a construção do socialismo num só país, estiveram nas figuras de Trotski e Stalin que, direta ou indiretamente, acabaram conduzindo as discussões.

De acordo com a literatura sobre esse assunto, o ano de 1924 pode ser considerado o início do debate, pois foi quando Stalin expôs, pela primeira vez, a sua tese do socialismo num só país.

De modo geral, Stalin sempre esteve em contato com os problemas referentes à questão nacional. Um dos primeiros textos que escreveu, sobre esse tema, tem como data o ano de 1913. Nesse escrito intitulado *No caminho do nacionalismo – carta do Cáucaso*, Stalin responde, de forma bastante crítica, às posturas nacionalistas assumidas pelos “oportunistas e liquidaçãoistas” caucasianos.

O núcleo da discordância expressado por Stalin, em relação aos caucasianos, diz respeito à confusão que estes estabeleceram ao igualar o princípio de “autodeterminação nacional”, defendida pelo social-democratas russos, com a questão da “autonomia cultural





nacional”. Para ele, estes, são dois pontos distintos que podem, até mesmo, estarem em contraste. Por isso, questiona:

...a nacionalidade decide dos seus destinos: mas isso significará talvez que o Partido não deve exercer uma influência sobre a vontade da nacionalidade, a fim de que a decisão corresponda o mais possível aos interesses do proletariado? O Partido é pela liberdade de crença, pelo direito de professar qualquer religião. Mas pode-se deduzir disso que o Partido seja na Polônia pelo catolicismo, pela religião ortodoxa na Geórgia, pela gregoriana na Armênia e não lute ao invés contra essas formas de concepção do mundo? (Stalin, 1952, p.274)

Nestas palavras, Stalin afirma que o fato do POSDR defender a autodeterminação nacional dos povos da Rússia, não implica, de modo algum, a defesa da autonomia cultural nacional. Para o autor, estar a favor da autonomia cultural das nações, significava apoiar a fragmentação da classe operária, como por exemplo, através de manifestações religiosas. Agindo assim, diversas barreiras seriam levantadas para a união do proletariado.

Ainda em 1913, Stalin escreve um outro texto sobre a questão nacional: *O marxismo e a questão nacional*, que será um dos trabalhos mais difundidos do autor.

Stalin inicia seu texto alertando que a contra-revolução instaurada contra a classe operária, durante as jornadas de 1905, não trouxe para a Rússia apenas “raios e trovões”, pois estimulou também o surgimento do nacionalismo nas nações russas. Partidos políticos que antes das greves gerais lutavam pelo bem comum, sem restrições referentes à nacionalidade, com a repressão imperial russa passaram a se dividir em compartimentos nacionais: “cada qual conte somente consigo! O ‘problema nacional’ antes de qualquer coisa.” (Stalin, 1952, p.278)



No entanto, esse movimento de caráter nacional emergente entre os membros do socialismo russo, na verdade, não estava dissociado dos acontecimentos históricos do território.

No campo econômico, constatava-se um importante avanço das indústrias e do comércio. Na agricultura, o regime feudal perdia cada vez mais a sua força. Isto indicava uma aceleração crescente do processo de consolidação econômica das nacionalidades da Rússia.

No plano político, também se deu o mesmo, quer dizer, a partir de 1905, com a instauração do regime constitucional, as nações passaram a se despertar. O desenvolvimento dos jornais e em geral da atividade editorial, acompanhado de certa liberdade de imprensa e das organizações culturais e o desenvolvimento dos teatros populares, etc, contribuíram para o reforço dos “sentimentos nacionais”. A Duma, nome dado ao Parlamento russo, com sua campanha eleitoral e com seus grupos políticos, ofereceu novas possibilidades à animação das nações isoladas, uma nova e vasta arena para a sua movimentação. (Stalin, 1952)

Segundo Stalin, o nacionalismo desenvolvido na Rússia, estava presente em várias regiões e grupos: entre os judeus, os islâmicos, na Polônia, na Geórgia, na Armênia, na Ucrânia, etc.

Em meio a tal ambiente, a classe operária se tornava alvo fácil para os “oportunistas”. Com intuito de apoiá-la, a social-democracia se posicionava com todo o vigor. Para Stalin, “de fato a social-democracia, e somente ela, podia fazer isso, opondo ao nacionalismo as armas provadas do internacionalismo, a unidade e a indivisibilidade da luta de classes.” (Stalin, 1952, p.279)

Ao que tudo indica, o autor não se propõe negar o surgimento das modernas identidades nacionais na Rússia, mas sim denunciar os sentimentos conservadores do nacionalismo.

Após desenvolver tais reflexões sobre as crescentes manifestações nacionais, que surgiam no território russo, Stalin, em *O marxismo e a questão nacional* de 1913, lança-se à tentativa de definir conceitualmente a nação em sentido universal.

Para ele, uma nacionalidade se forma a partir dos seguintes traços: comunidade de pessoas, língua comum, território comum, vida econômica coesa e uma comum formação psíquica (cultura). Em suas palavras, “a nação é uma comunidade estável, historicamente formada, que tem sua origem na comunidade de língua, de território, de vida econômica e de conformação psíquica que se manifesta na cultura comum.” (Stalin, 1952, p.284)

Antes, porém, de alcançar tal conclusão, o autor desenvolve o significado de cada um desses conceitos. Quando ele afirma, por exemplo, que uma nação é antes de tudo, uma comunidade. A sua intenção aqui é se contrapor à idéia de que as nações são formadas por raças ou tribos. A Itália, a França, a Alemanha e a Inglaterra, segundo seus exemplos, são nações que se constituíram, cada uma a seu jeito, a partir de vários povos diferentes, tanto em relação à raça quanto à estirpe. Portanto, a nação se constrói por meio de uma comunidade de pessoas historicamente definida, não por laços de sangue ou coisa do tipo. Entretanto, esta comunidade não pode ser inconstante, vacilante, como foram os casos de alguns Estados da Antigüidade que, mesmo tendo se formado por diversas raças e historicamente, não eram estáveis.

Para o autor, a língua também é um importante elemento para uma nação. Sem uma comunicação comum entre os indivíduos, não adiantaria para solidificação de uma

nacionalidade a existência dos traços acima levantados. A língua, neste sentido, é indispensável, porém não significa que uma língua não possa ser falada por mais de uma nação. Os americanos e os ingleses, os noruegueses e os dinamarqueses, os ingleses e irlandeses, etc, todos em cada caso falam a mesma língua, apesar de não compartilharem a mesma nação. Isto ocorre, porque entre eles existe uma diferenciação bastante evidente: eles não vivem no mesmo território. Os norte-americanos e os ingleses, mesmo falando uma língua única não vivem numa nação. E assim, ocorre com os outros.

Assim, o território também é bastante importante na formação de uma nação. Todavia, além de uma comunidade estável, historicamente definida, com uma língua e um território comum, as nações para se concretizarem, necessitam de um outro traço característico: um vínculo econômico interno que unifique suas partes isoladas. Ainda que fale uma língua comum, etc, um território fragmentado em diversos regimes econômicos não pode ser caracterizado como uma nação.

Os georgianos anteriormente à reforma (...) viviam num território comum e falavam a mesma língua, contudo não constituíam, a rigor, uma só nação, porque, divididos em toda uma série de principados desligados um dos outros, não podiam viver uma vida econômica comum, há séculos guerreavam-se e prejudicavam-se reciprocamente, açulando uns contra os outros... (Stalin, 1952, pp.282-83)

Para o autor, a Geórgia, somente se transformou em nação a partir da segunda metade do século XIX, quando o capitalismo começou a ser introduzido. Portanto, o desenvolvimento capitalista é um fundamental impulsionador da moderna formação nacional, pois a sua dinâmica rompe com a fragmentação econômica para unificar o mercado.



O último fator que uma nação precisaria para se firmar como tal, relaciona-se com uma comum formação psíquica dos indivíduos (cultura). Esse elemento, segundo afirmava, é um dos mais importantes para se estabelecer as diferenças entre os países. Stalin evita utilizar o termo “caráter nacional”, para definir a sua idéia de psicologia comum, pelo fato desse conceito ser bastante usado pelos defensores da “autonomia cultural”. Preferia se expressar através do termo “cultura original”, pois segundo pensava, exprime melhor a realidade de uma realidade nacional.

Com estas características, Stalin buscava esgotar o estudo sobre a formação da moderna nação. Aliás, como foi possível perceber, todos os conceitos utilizados estão intimamente ligados uns aos outros. E isso, a tal ponto que, de acordo com o autor, somente com a existência de todos esses elementos se pode haver uma concreta nacionalidade. Nem mesmo um desses traços pode faltar, caso contrário não existe nação.

Essa forma de entender o processo de construção das nações gerou contra ele algumas críticas vindas do próprio movimento marxista. Para dar um exemplo, vejamos o que o autor contemporâneo Michael Löwy diz:

... a célebre brochura de Stalin, com a definição em quatro pontos (língua, território, economia, formação psíquica) estava destinada a tornar-se uma verdadeira cama de Procusto e um poderoso obstáculo a toda reflexão concreta. (Löwy, 2000, p.70)

Antes de tudo é importante ressaltar que a teoria de Stalin sobre a nação, apontava cinco elementos fundamentais para sua formação e não quatro, como afirma o autor acima. A comunidade estável, historicamente formada também era indispensável para o autor russo.

De qualquer forma, ele realmente estabelece um esquema extremamente fechado, que acaba dificultando as tentativas de entender o processo de construção das nações como algo aberto, passível de mudanças ao longo da história.

No momento em que escreve *O marxismo e questão nacional*, um dos principais interlocutores de Stalin corresponde ao austro-marxista Otto Bauer. E um dos pontos mais polêmicos entre os dois girou em torno da relação nação-território.

Em 1907, Bauer escreve um texto intitulado *Die Nationalitätenfrage und die Sozialdemokratie*, no qual tenta definir conceitualmente o seu entendimento sobre a nação. A ênfase dada, em tal trabalho, corresponde aos aspectos filosóficos, culturais, e psicológicos, presentes numa nacionalidade.

Diversas categorias são criadas para explicar o universo superestrutural da nação. Contudo, os conceitos de “comunidade de destino” e de “comunidade de caráter”, encontram-se entre os principais. Sobre o primeiro, o autor, em outras palavras, define como sendo a experiência comum de diferentes povos da mesma sorte, numa troca constante de influência e numa interação contínua. Como exemplo, ele cita o seguinte caso:

Inglese e alemães viveram o desenvolvimento capitalista: mas em momentos diferentes, em locais diferentes e mantendo relações distantes. As mesmas forças motrizes talvez os tenham feito mais semelhante que no passado, mas elas nunca conseguiram fazer deles um único povo. (Bauer, In: Pinsky, 1980, p.80)

A base que sustenta a “comunidade de destino” está vinculada à idéia de vontade, responsável pelo caráter heterogêneo das nações. Segundo Bauer, a vontade se “manifesta em todo ato de conhecimento como atenção que, na massa dos fenômenos, seleciona apenas certos fenômenos precisos e só deles faz apreensão.” (Bauer, In: Pinsky, 1980, p.78)



Se, por exemplo, dois indivíduos, de dois países diferentes, fazem a mesma viagem, eles certamente voltarão a seu país com conhecimentos diferentes. Para o autor se

um alemão e um inglês se comportam diferentemente na mesma situação, efetuando o mesmo trabalho de formas diferentes, escolhem divertimentos diferentes para lazer, seus respectivos modos de vida são diferentes ainda que igualmente cômodos, têm satisfações diferentes; sem dúvida alguma é isto que detém a essência do caráter nacional. (Bauer, In: Pinsky, 1980, p. 78)

Em relação à “comunidade de caráter”, pode-se dizer, seguindo o raciocínio do autor, que, diferentemente da “comunidade de destino”, ela está muito mais relacionada com a vida material. A evidência disso está em ser a classe social *uma* das principais representantes da “comunidade de caráter”.

Mesmo com consideráveis diferenças, a condição de classe idêntica imprimiu no caráter do “trabalhador alemão, inglês, francês e russo, americanos e australianos, os mesmos traços: mesmo ardor combativo, mesma disposição revolucionária, mesma moral de classe, mesma vontade política.” (Bauer, In: Pinsky, p.80) E esta definição não pode ser confundida com a “comunidade de destino”, pois quem fundamenta a “comunidade de caráter” é a semelhança da sorte vivida. A “comunidade de destino”, não reconhece a distinção entre diferentes classes e grupos, ela identifica apenas as particularidades nacionais. O local vivido, a informação recebida, a língua falada e a cultura geral praticada, é que fornecem os elementos para a “comunidade de destino”. Portanto, pensando em termos desta última, a relação existente entre o proletariado e a burguesia de uma mesma nação é mais forte e próxima do que a interação entre classes operárias de países vizinhos.

Já sobre a “comunidade de caráter”, pode-se dizer o seguinte: os trabalhadores das diversas nações são condicionados de modo mais comparável pelas influências presentes na





forma de viver e no destino comum, do que em relação às outras classes presentes no interior de uma mesma nação, existindo, por isso, mais semelhanças de caráter entre os proletariados das várias nações, do que entre burguesia e trabalhadores do mesmo país.

Assim, a distinção entre “a comunidade de caráter da nação da comunidade de caráter de classe é que a primeira nasceu da comunidade de destino e não somente, como a segunda, de uma semelhança da sorte.” (Bauer, In: Pinsky, 1980, p.81) Então, em outras palavras, pode-se afirmar que a nação se define como “comunidade de caráter” que se constitui a partir de uma “comunidade de destino” e não a partir de uma semelhança da sorte.

Outros conceitos como o de “comunidade de origem”, expressando a herança natural dos ancestrais nas demais gerações, e o conceito de “comunidade cultural”, correspondente ao direito, à moral, à educação, à religião, à filosofia, à ciência, à arte, à política, etc, também são importantes na obra do austro-marxista.

Como se pode notar, Bauer, em nenhum de seus conceitos discute explicitamente a importância do território, da língua, da economia, etc, para a formação da nação, tal como faz Stalin.

Para o autor russo, isto abria brechas para inúmeras críticas. Como forma de sustentar suas idéias, Stalin destacou, na obra de Bauer, o ponto referente à questão judaica. Para o austro-marxista, os judeus formam uma nação, pois estão unidos por uma característica comum à base do destino comum, quer dizer, em “comunidade de caráter”. Portanto, independentemente da língua, do território, etc, o judaísmo é uma nação.

Assim, como se pode confirmar, indaga Stalin, a existência

dessa nação judaica, que se compõe de judeus georgianos, daguestanos, russos, americanos, e outros, dessa nação cujos membros não se compreendem uns aos outros (falam línguas diversas), vivem em diversas partes do globo, não se vêem nunca entre si, não agem nunca conjuntamente, nem em tempo de paz, nem em tempo de guerra? (Stalin, 1952, p.288)

No entanto, apesar de toda crítica lançada contra Otto Bauer, não apenas por Stalin, mas também por Lenin, a sua obra é de grande importância para a reflexão sobre a nação. É “útil poder revisitar um pensamento que reconhece o papel e a importância capital da nação e da cultura nacional, mas que recusa os derivados mistificadores.” (Löwy, 2000, p.74)

Em *O marxismo e a questão nacional* de Stalin, também existem questões como: a trajetória histórica dos movimentos nacionais, estabelecendo as diferenças entre as nações do Ocidente e do Oriente; a questão da autodeterminação nacional, tão defendida pelos social-democratas russos; a questão da autonomia cultural nacional, defendida pelos austríacos, etc. Além disso, aborda a postura nacionalista do *Bund* – União Geral dos Operários Judeus da Lituânia, Polônia e Rússia.

Fundado em Vilna, na Lituânia em 1897, o *Bund* representava a principal força do movimento operário judeu do império tzarsita e um dos componentes do Partido Operário Social-Democrata Russo (POS DR), no qual reivindicava uma estrutura organizacional federalista, dando ampla autonomia às diferentes organizações nacionais. Uma vez recusado esse princípio, o *Bund* retirou-se do POS DR.

Com esse texto, Stalin ganhou certo prestígio entre os revolucionários da Rússia. Lenin, por exemplo, num determinado momento, chega a fazer referência a tal trabalho. Em seu texto *Acerca do programa nacional do POS DR*, escrito em dezembro de 1913, diz o seguinte: “na literatura teórica marxista, esta questão (nacional) e as bases do programa



nacional social-democrata têm sido esclarecidas nos últimos tempos (aqui destaca, sobretudo, o artigo de Stalin).” (Lenin, 1984, V.24, p.239)

Coincidência ou não Stalin, em novembro de 1917, assume a chefia do Comissário para as Nacionalidades, permanecendo até 1923. Curiosamente, Trotski também, na mesma época, encarrega-se do Comissário para os Negócios Estrangeiros. Diferenças aparentemente normais, mas que no futuro serão levadas às últimas conseqüências.

Stalin como representante dos aspectos nacionais e Trotski dos internacionais serão, no debate sobre o socialismo num só país, as duas figuras condutoras das discussões. Se por um lado, Stalin sempre esteve de uma forma ou de outra, ligado às questões voltadas para a nação; por outro, Trotski não colocou o problema nacional em seus temas prioritários de estudos.

Desde a infância, Trotski, ou Liova para seus familiares, já entrara em contato com lugares cosmopolitas. Quando do seu ingresso à escola, em 1888, na cidade de Odessa que se parecia com Marselha, devido ao seu ritmo cultural, o pequeno Trotski em sala de aula passou a se relacionar com pessoas de várias nacionalidades e de diferentes línguas. Trotski como judeu conviveu com ortodoxos, católicos e luteranos. Nesta época, a língua russa era obrigatória para todas as outras nacionalidades. Esse fato, no entanto, não despertava preconceito aberto entre os russos e os não russos, isto, pelo menos, na instituição em que estudava. Além disso, apesar das restrições ao ingresso de judeus, uma vez admitido, era tratado com justiça. De qualquer forma, “São Paulo (escola) proporcionou a Liova sua primeira experiência de cosmopolitismo.” (Deutscher, 1968, p.24)

Terminado seus estudos primários, o jovem Trotski, para continuá-los, muda-se para outra cidade: Nikolaiev. Este local foi o palco dos seus primeiros contatos com o



pensamento socialista. Entretanto, o jovem estudante ainda não demonstrava afinidades com o marxismo, a matemática era o seu principal gosto e não a política. Para ele, o marxismo se apresentava como estreito e seco que reduzia e aprisionava os homens às circunstâncias sociais e econômicas. Na virada dos anos de 1896-97, numa reunião na casa do jardineiro Franz Shvigovski, o já destacado estudante expressa o seguinte sobre os adeptos do marxismo: “Maldição a todos os marxistas, e a todos os que querem trazer a secura e a dureza para as relações da vida”. (Trotski, In: Deutscher, 1968, p.39-40)

A filosofia marxista só foi aceita pelo jovem revolucionário quando da sua prisão por atividades subversivas. Na cadeia entrou em contato com alguns trabalhos importantes de Lenin.

Já nessa fase, a sua relação com a cultura européia era bastante forte. Era totalmente avesso ao

nacionalismo egoísta da Rússia oficial e, em parte, também da Rússia *narodnik*. Ridicularizava a pretensão dos eslavófilos de nada terem a aprender com o Ocidente e que os próprios russos haviam feito todas as grandes descobertas e invenções – a terra russa pode criar seus próprios Platão e Newton. (Deutscher, 1968, p.68)

Em 1903, no Congresso de Bruxelas, Trotski ataca com firmeza a penetração do nacionalismo no marxismo. Aliás, esse Congresso ficou marcado na história pelas suas divergências, principalmente sobre o caráter do Partido. Naquela época Plekanov, futuro inimigo da revolução bolchevique, foi um grande aliado de Lenin, enquanto Trotski era um de seus adversários. Este acusou Lenin de tentar construir uma organização fechada de conspiradores, não um Partido da classe operária.



Para Trotski o socialismo baseava-se na confiança, no instinto de classe dos trabalhadores e na sua capacidade de compreender a missão histórica que tinham. Portanto, porque não abrir as portas do Partido a eles, como defendia Martov?

Lenin, por sua vez, argumentava que no proletariado também havia confusão, hesitação e oportunismo, assim se o Partido abrisse suas portas tão amplamente quanto Martov queria, seriam absorvidos em suas fileiras todos aqueles traços de fraquezas. O Partido deveria, antes de tudo, liderar a classe operária, ou seja, não poderia ser tão amplo quanto ela.

Em detrimento dessas discussões, Trotski dirigiu inúmeras críticas aos nacionalistas. Seu alvo foi o *Bund* que reivindicava uma nação judaica. Assim como Stalin, Trotski também não apoiava tal luta. Para ele, o judaísmo não tinha futuro enquanto nação, pois a sua sustentação era a religião. Para Trotski a solução do problema judeu não estava na formação de um Estado, menos ainda na construção de Estados judeus dentro de outros não judeus, mas numa reformulação coerentemente internacionalista da sociedade.

Dois anos depois, em 1905, desenvolve a teoria da “revolução permanente”, contendo toda a aspiração que Trotski tinha pelo internacionalismo. Este ano foi fundamental não apenas para a vida política da Rússia, mas também para Trotski, pois foi quando pela primeira vez se colocou como uma figura indispensável para a revolução russa, presidindo o primeiro Soviet da Rússia, em Petersburg.

Inspirado em Marx, Trotski define a “revolução permanente” como uma revolução que não tolera nenhuma forma de dominação de classe, que não cessa no estágio democrático-burguês, mas passa às formas socialistas e à guerra contra a reação exterior, num processo “em que cada etapa está contida em germe a etapa precedente, uma





revolução que não termina senão com a liquidação total da sociedade de classe.” (Trotski, 1981, p.187)

Para ele, a “revolução permanente” se forma a partir de três aspectos diferentes, mas interligados.

1) Corresponde à passagem da revolução democrático-burguesa para a revolução socialista. Para Trotski a “revolução permanente” se confronta com a ideologia burguesa que coloca o Estado democrático no mais alto patamar de desenvolvimento humano e com a idéia de que uma vez conquistada a democracia, todos os problemas posteriores poderiam ser resolvidos por meio pacífico e através de reformas.

Trotski tenta romper com os esquemas universais e evolutivos que os “marxistas vulgares” estavam difundindo. Ele não concorda com a idéia de cedo ou tarde toda sociedade adquirir o regime democrático, e nem com a hipótese de que o socialismo pudesse ser alcançado da mesma forma. Estes afirmavam, de modo linear e sem contradições, que primeiro surgiria a democracia e depois o socialismo.

A teoria da “revolução permanente”, para o autor, é inteiramente oposta a esta maneira de pensar. Na opinião de Trotski tal revolução demonstra que, “em nossa época, a conquista dos objetivos democráticos a que se propõem os países burgueses atrasados leva-os diretamente à ditadura do proletariado, o que coloca as tarefas socialistas na ordem do dia.” (Trotski, 1981, p.188) Em outros termos, o processo histórico não obedece aos impulsos de leis naturais e evolutivas, como se não existissem contradições e particularidades.

Portanto, enquanto muitos afirmavam que o percurso para a ditadura do proletariado passava por uma longa e pacífica fase de democracia, a “revolução permanente” declarava



que para as nações atrasadas, por exemplo, o caminho para a democracia passava pela ditadura do proletariado. Em consequência, a democracia passava a não ser um fim em si mesmo, mas o prólogo imediato da revolução socialista, à qual se ligava por um vínculo indissociável. Assim, tornava-se permanente a luta revolucionária, partindo da revolução democrático-burguesa até a transformação socialista da sociedade. Aqui é interessante notar a presença de duas questões internas a esse primeiro aspecto da “revolução permanente”.

A primeira condiz com a idéia de que nos países atrasados a democracia burguesa passa pela ditadura do proletariado. Obviamente, Trotski estava, antes de tudo, preocupado com a realidade russa. Aliás, muitos militantes bolcheviques, incluindo Stalin, também estavam voltados para essa questão. Como diziam: o fato de ter iniciado, em 1905, a revolução burguesa na Rússia, não significava que a classe condutora do processo seria de modo *sine qua non* a burguesia. A idéia de revolução burguesa clássica – aquela ocorrida na França do século XVIII, conduzida pela revolucionária burguesia – deveria ser superada. Na Rússia, por exemplo, a classe operária era a única capaz de radicalizar o processo de superação do atraso, por isso deveria guiar o caminho.

A segunda corresponde à ditadura do proletariado, a qual envolveu, numa incrível divergência, Trotski e Lenin. De maneira geral, Trotski acreditava que a revolução socialista somente poderia se realizar pelo proletariado. Eram nas cidades urbanas os locais onde a velha ordem deveria ser destruída. “Muitas camadas das massas trabalhadoras, especialmente no campo, só serão atraídas para a revolução e pela primeira vez conseguirão organização política depois (...) que o proletariado urbano tiver tomado o leme do governo.” (Trotski, In: Deutscher, 1968, p.171)



Mesmo reconhecendo a necessidade de uma aliança com os camponeses, para Trotski, o processo revolucionário deveria se iniciar somente sob a força do proletariado urbano. Desse modo, “o proletariado no poder surgirá ante o camponês como seu libertador.” (Trotski, In: Deutscher, 1968, p.171) Da mesma forma que o camponês francês seguira Napoleão, o russo também apoiaria o governo proletário. O proletariado russo estava comprometido a confiscar as grandes terras, em nome dos camponeses. O governo de uma minoria operária representaria os interesses da esmagadora maioria.

Lenin, ao contrário disso, defendia a ditadura democrática do proletariado e dos camponeses que, além de expressar melhor a realidade de classe da Rússia, também ganhava simpatias com os socialistas revolucionários (SRs).

Esta questão retornará no debate sucessório de meados da década de 1920. Stalin se utilizará de Trotski para desenvolver um discurso completamente oposto, lembrando até mesmo as idéias de Lenin.

2) A “revolução permanente” é a contínua transformação que se estabelece no interior da luta revolucionária, ou seja, é a própria revolução socialista. Durante um período, cuja duração é indeterminada, a sociedade altera ininterruptamente de face.

As transformações econômicas, técnicas, científicas, na família, nos modos e costumes formam, ao se completarem, combinações e relações recíprocas tão complexas que a sociedade não pode chegar a um estado de equilíbrio. Nisso se revela o caráter permanente da própria revolução socialista. (Trotski, 1981, p.189)

3) Essa teoria revolucionária aperfeiçoada por Trotski está intrinsecamente ligada ao internacionalismo. Para o autor, o aspecto internacionalista da “revolução permanente”, resulta do estágio econômico e da estrutura social da humanidade encontrados na fase imperialista do capitalismo. “O internacionalismo não é um princípio abstrato: constitui um



reflexo político e teórico do caráter mundial da economia, do desenvolvimento mundial das forças produtivas e do impulso mundial da luta de classes.” (Trotsky, 1981, p.189) Isto leva a crer que a revolução do proletariado inicia em terreno nacional, mas tem seu fim na arena mundial.

Segundo dizia a revolução socialista só pode se sustentar em níveis nacionais de forma provisória, mesmo que dure algum tempo. Tais declarações serão decisivas no debate da União Soviética. Para ele, quando existe um Estado proletário isolado do mundo, as contradições internas e externas sucedem-se e aumentam inevitavelmente. Assim, uma vez permanecendo isolada, a ditadura do proletariado se compromete ao fim, como fruto dessas contradições.

Aqui pode ser estabelecida uma interessante analogia com Engels, quando olha para a Europa de seu tempo:

Poderá esta revolução (comunista) acontecer somente num país? Não. A grande indústria, criando o mercado mundial, já ligou todos os povos da Terra, especialmente os civilizados, a tal ponto que cada povo depende do que ocorre com o outro. Além disto, ela nivelou o desenvolvimento social em todos os países civilizados, de sorte que em todos estes países burguesia e proletariado tornaram-se as duas classes decisivas da sociedade, e a luta entre estas duas classes tornou-se a luta principal de nossos dias. Assim, a revolução comunista não será uma revolução nacional, será uma revolução que ocorrerá (...) em todos os países civilizados, ou seja, pelos menos na Inglaterra, Estados Unidos, França e Alemanha. (Engels, In: Medvedev, 1986, p.46)

Para Trotsky, a solução para uma revolução operária isolada nacionalmente consiste na vitória do proletariado dos países adiantados. A revolução nacional representa o rompimento de um elo apenas da corrente internacional imperialista. Como disse Engels, analisando a situação européia, “a emancipação proletária só pode ser um fato



internacional, e se quiserem fazer dela um fato simplesmente francês os senhores a tornarão impossível.” (Engels, In: Medvedev, 1986, pp.47-8)

Como foi possível perceber Trotski e Stalin, num momento anterior ao debate relacionado aos caminhos do socialismo soviético, expressaram em alguns pontos discutidos pelo movimento revolucionário da Rússia, certas afinidades, como foram os casos da questão judaica, com sua autonomia cultural nacional, e também da questão do caráter da revolução burguesa russa, destacando a força da classe operária.

Contudo, em outros momentos, como no polêmico acordo de paz com a Alemanha em 1918, conhecido como Tratado de Brest-Litovsk, os dois se distanciaram consideravelmente. Stalin, ao lado de Zinoviev e Lenin, assumia a defesa do cessar fogo imediato com os alemães. Trotski demonstrava simpatias com ala liderada por Bukarin, defensora da continuidade da luta armada contra a Alemanha.

A cisão definitiva entre eles ocorrerá, todavia, anos mais tarde, isto é, no debate da década de 1920, no qual haverá o rompimento político-ideológico explícito. Com a morte de Lenin, em 1924, o Partido Comunista da União Soviética, foi estremecido por essas duas personalidades. E, dentre as várias polêmicas, destaca-se o tema do socialismo num só país.

Em maio de 1924, Stalin expõe em seu panfleto *Sobre os fundamentos do leninismo* duas formulações sobre o tema do triunfo do socialismo nacional. A primeira se coloca da seguinte forma:

Antes se supunha impossível a vitória da revolução em um só país; acreditava-se que, para alcançar a vitória sobre a burguesia, era necessária a ação conjunta dos proletários de todos os países adiantados ou, no mínimo, da maioria deles. Agora, este ponto de vista já não corresponde à realidade. Agora, há que partir da possibilidade deste triunfo, pois o desenvolvimento desigual e aos saltos dos diferentes países capitalistas sob o imperialismo, o desenvolvimento, no interior do imperialismo, de

contradições catastróficas que conduzem à guerras inevitáveis, o crescimento do movimento revolucionário em todos os países do mundo, tudo isto não só leva à possibilidade, mas também à necessidade do triunfo do socialismo em um ou outro país. (Stalin, 1982, p.115)

Portanto, a nova realidade histórica que o mundo passava a viver com o imperialismo abria as janelas, segundo Stalin, para a possibilidade, ou até mesmo a necessidade, da construção do socialismo numa só nação. Aqui, ele estabelece o combate à idéia de que o socialismo só se concretiza à medida que outros países também o conquistem.

Entretanto, no panfleto acima sublinhado, Stalin estabelece que acabar com o poder da burguesia e instaurar o poder da classe operária num único país, não significava porém garantir o triunfo completo do socialismo. Para o autor, restava ~~per~~ cumprir a missão principal do socialismo: a organização da produção socialista. Segundo ele, não era possível cumpri-la, nem alcançar o triunfo definitivo do socialismo num só país, sem o esforço conjunto dos proletários de alguns países adiantados. Para derrubar a burguesia sim, bastam apenas os esforços de um só país, como atesta a experiência da Revolução de Outubro. Agora, para o triunfo definitivo do socialismo, ou melhor, para a organização da produção socialista, o que os revolucionários obtinham não era suficiente uma vez isolados num só país, especialmente num país tão camponês e atrasado como a Rússia.

Para Stalin, eram “necessários os esforços dos proletários de alguns países adiantados.” (Stalin, 1982, p.116) Todavia, pouco tempo depois, Stalin negará essa segunda declaração, dizendo que o seu conteúdo não condizia mais com a realidade histórica. Aquela “segunda formulação mostrou-se insuficiente e, portanto, inexata.” (Stalin, 1982, p.116)





O autor abre mão de suas próprias palavras porque percebe nelas a existência de duas questões distintas. Olhando para sua formulação de maio, Stalin coloca que ali existe de um lado, a questão da possibilidade de levar a cabo a edificação do socialismo com as forças de um só país que, por sua vez, a conclusão deve ser afirmativa; e do outro, a questão de um país, sob a ditadura do proletariado, não poder sozinho se considerar completamente garantido contra a intervenção contra-revolucionária do antigo sistema, sem uma revolução vitoriosa em âmbitos mundiais. Posta desta maneira, a questão, segundo Stalin, corria o risco de ser mal interpretada, sugerindo a impossibilidade de se formar uma sociedade socialista com os esforços somente de uma nação. Para ele, isso era inteiramente falso.

O resultado das alterações que fez de seu próprio texto foi a público em dezembro de 1924, propondo a permanência das duas questões, só que agora com um conteúdo diferente. Se antes, elas demonstravam um caráter de incompatibilidade, agora elas passavam a ser vistas como dois pontos complementares. Na nova versão via-se “a vitória completa do socialismo como garantia completa contra a restauração da antiga ordem de coisas...” (Stalin, 1982, p.117) Com isso, Stalin opõe-se radicalmente ao internacionalismo da revolução permanente, já que para esta, o isolamento de um país revolucionário o levaria a tal contradição interna e externa que acabaria sendo destruído.

Stalin tenta buscar uma saída para o isolamento da União Soviética, dando ênfase não para as forças externas, mas para as internas. O internacionalismo em seu entendimento era muito importante, porém não indispensável.

Na XIV Conferência do Partido, em abril de 1925, essa foi uma das principais questões a ser discutida. Em maio do mesmo ano, Stalin publica seu panfleto *Balanço dos*



trabalhos da XIV Conferência do PC (b) da Rússia, dizendo, sobre o triunfo do socialismo num só país, que:

Nosso país nos apresenta dois grupos de tradições. Um deles é constituído pelas contradições internas, entre o proletariado e o campesinato (aqui se trata da edificação do socialismo num só país – J. Stalin). O outro é formado pelas contradições externas, entre o nosso país, como o país do socialismo, e todos os países, como países do capitalismo (aqui se trata do triunfo definitivo do socialismo – J. Stalin). Quem confunde o primeiro grupo de contradições, que é perfeitamente superável com os esforços de um só país, com o segundo, para cuja superação exigem-se os esforços dos proletários de alguns países, comete um gravíssimo erro contra o leninismo...” (Stalin, 1982, p.117)

Portanto, na opinião de Stalin, pelo menos é o que se nota, a *edificação* do socialismo numa só nação é possível, mesmo isolada do resto do mundo, enquanto que a sua *vitória definitiva* se concretizaria com a explosão da revolução em outros países.

Como é percebível esta é uma distinção conceitual bastante sutil, podendo em alguns momentos ser facilmente eliminada. Sobre a *vitória* do socialismo nacional, o autor diz:

Podemos levar a cabo a edificação do socialismo, e vamos fazê-lo juntamente com o campesinato, sob a direção da classe operária (...) já que sob a ditadura do proletariado, estão dadas em nosso país (...) todas as premissas necessárias para edificar a sociedade socialista completa. (Stalin, 1982, p.118)

Entretanto, Stalin em outras ocasiões diz que para ser definitivo o triunfo do socialismo num único país, é necessário, ou melhor, indispensável a existência de uma mobilização internacional dos trabalhadores. A questão levantada é qual a diferença entre *sociedade socialista completa* e *triunfo definitivo do socialismo*? Quanto a isso, o autor não deixa claro.

De qualquer forma, Stalin parece querer demonstrar que resolvidas as contradições internas da União Soviética, a ajuda externa do proletariado deixaria de assumir tanta importância.

Para o futuro líder da União Soviética, a possibilidade de construir o socialismo nacional, significava resolver as contradições entre classe operária e campesinato com as próprias forças internas. Além disso, significava também que tomado o poder, o proletariado poderia utilizá-lo para edificar a *sociedade socialista completa* na URSS, contando com a simpatia dos proletários de outros países, mas sem haver a necessidade do triunfo da revolução nesses locais.

A distinção feita entre *edificação completa do socialismo e triunfo definitivo da sociedade socialista*, fica ainda mais obscura quando se diz: “não se pode edificar o socialismo sem ter a segurança de que é possível concluir a obra...” (Stalin, 1982, p.119)

Dentro de seus propósitos esta frase, na verdade, significa que o fato de estar isolada não impedia a revolução de se desenvolvesse até o fim, ou ainda, o fato de não ter se desenvolvido em termos quantitativos (vários países), não implicava que a ditadura do proletariado de um país apenas não pudesse se elevar aos mais altos níveis de qualidade.

O internacionalismo de Stalin limita-se ao apoio que o proletariado de outros países pode dar contra a reação de sua burguesia sobre os soviéticos. Seria como se Stalin propusesse a nacionalização do internacionalismo, ou seja, o papel da classe operária de um país seria o de não permitir que a sua burguesia atacasse os proletários de outra nação, além do mais, as contradições internas não significavam a ajuda do proletariado externo. Pelo menos foi isso o que ele buscou demonstrar. Esta, na verdade, parece ser a relação entre nacional-internacional defendida por Stalin.





Neste período, um dos personagens que mais debateu com Stalin, sobre as dimensões do socialismo soviético, foi Zinoviev, um grande agente da revolução de 1917. Para ele, contrariando Stalin, a idéia de construção completa do socialismo num só país tinha como essência a mais pura estreiteza nacional. De acordo com Zinoviev, Stalin estava confundindo as questões, pois o fato de existir a possibilidade de *edificação* do socialismo numa só nação, não significava o mesmo que *consolidar* o socialismo, ou seja, criar o regime socialista.

Em resposta aos ataques, Stalin expressa que Zinoviev manteve no

Bureau Político o ponto de vista segundo o qual, em virtude do nosso atraso técnico e econômico, não poderemos superar as dificuldades internas, exceto se nos vier salvar a revolução internacional. Nós, com a maioria do Comitê Central, entendemos que podemos edificar o socialismo, que o estamos edificando e que concluiremos essa edificação, com e apesar do nosso atraso técnico... (Stalin, 1982, p.125)

Como é de se notar, Stalin tinha a maioria dos membros do Partido e por isso venceu o debate. Em inúmeras ocasiões, para combater seus adversários retomava o “leninismo”, como sendo seu guia de reflexão. Aliás, o constante retorno à obra de Lenin se tornou a “metodologia científica” de Stalin, seu dogma para interpretar a realidade. Sua pretensão em relação à obra leniniana, conduzia a algo bastante improvável: transformá-la, no caso aqui em destaque, em uma teoria do socialismo nacional.

Ao se analisar os inúmeros textos de Lenin, os quais denunciavam o nacional-chovinismo e o nacionalismo em geral, aliando-os com a sua ampla produção a favor do internacionalismo, certamente será concluído que Stalin não tinha legitimidade para se colocar representante dos textos do líder da Revolução de Outubro.



Em certos momentos a argumentação de Stalin argumentar, tendo em mãos a obra de Lenin, foi tão desesperada que algumas de suas citações, na verdade, acabaram o complicando. Vejamos:

Com efeito – dizia Lenin – todos os grandes meios de produção em poder do Estado, e o poder do Estado nas mãos do proletariado; a aliança deste proletariado com milhões e milhões de camponeses pobres e paupérrimos; a garantia da direção do campesinato assegurada pelo proletariado, etc – por acaso disto não é que se necessita para edificar a sociedade socialista completa partindo da cooperação, e apenas dela, cooperação que antes considerávamos mercantilista e que, agora sob a NEP, em certo sentido, deve ser igualmente, por acaso não é disto que necessitamos para levar a cabo a construção de uma sociedade socialista completa? Esta não é, ainda, a construção da sociedade socialista...” (Lenin, In: Stalin, 1982, p.122)

Portanto, mesmo que na Rússia revolucionária houvesse a consolidação da ditadura do proletariado e dos camponeses, para Lenin, não tinha como construir isoladamente uma sociedade socialista e, assim, alcançar a emancipação humana.

Entretanto, já com o poder do Partido em suas mãos, Stalin encontrou uma maneira bastante simples para colocar Lenin ao seu lado:

Todas as frases e declarações (de Lenin) que punham em dúvida as possibilidades de vitória da revolução russa, sem o auxílio direto da revolução mundial, e da construção do socialismo na Rússia, sem a ajuda de países socialmente mais evoluídos foram simplesmente suprimidas... (Medvedev, 1986, p. 53)

Um outro ponto a ser lembrado é que Stalin não situa historicamente as idéias de Lenin. Assim, nunca se sabe se o que Lenin está vivendo é um momento favorável ou não para o proletariado russo. Por exemplo, quando ele diz que a Rússia da NEP se transformará na Rússia socialista, não se tinha em mente descartar a chance de vitória da revolução operária na Europa, mas sim construir um programa socialista percebendo a possibilidade de um atraso até considerável da revolução proletária mundial.

Mesmo tendo entrado em conflito com Zinoviev e outros, como Kamenev, o grande oponente político-ideológico de Stalin fora Trotski. Recuperando as divergências do passado entre Lenin e Trotski, Stalin, durante este debate, passou a criar uma mitologia negativa sobre o trotskismo bastante aprofundada.

Assim como na Idade Média, Trotski foi considerado um herético, seu pensamento, da mesma forma, excomungado. “Os tribunais da GPU, versão moderna dos tribunais da inquisição, se encarregaram desta tarefa, assim como extorquir dos acusados confissões de culpa, autocríticas e retratações.” (Löwy, In: Coggiola, 1994, p.75)

A “revolução permanente” durante o debate, foi por Stalin, amplamente criticada. Como já foi pontuado, para Trotski, a revolução socialista na Rússia deveria ser conduzida pela classe operária urbana. Stalin não admitia tal interpretação, pois para ele, a ditadura mais próxima da realidade histórica de seu país era a que visava a união entre classe operária e campesinato.

De acordo com os apontamentos stalinianos, a “revolução permanente” descartava o papel revolucionário dos camponeses da Rússia. Ao invés disto, para Trotski o principal aliado da Revolução Russa, o que realmente garantiria o sucesso do socialismo russo, era a classe operária europeia, em especial, da Alemanha. A consequência lógica desse pensamento é o seguinte: se Trotski, com sua “revolução permanente”, nega a ditadura do proletariado e dos camponeses da Rússia, e se essa ditadura é uma das condições indispensáveis para a consolidação do socialismo soviético que vive num mundo isolado, carente de um movimento revolucionário mundial, consequentemente, nega também a possibilidade de uma vitória do socialismo num só país.





Para combater a lógica interna das idéias de Trotski, Stalin se utiliza de Lenin na seguinte passagem: “Trotski, de fato, auxilia os politiqueiros operários liberais da Rússia, para os quais a ‘negação’ do papel dos camponeses significa a recusa de sublevá-los para a revolução.” (Lenin, In: Stalin, 1982, p.104)

De forma alguma, poderia se admitir a hipótese de que as contradições e o atraso internos da Rússia, somente se resolveriam na arena da revolução mundial.

Mas o que fazer – dizia Stalin – se a revolução mundial se atrasar? Restará algum raio de esperança à nossa revolução? Trotski não nos deixa nenhum raio de esperança, porque ‘as contradições da situação do governo operário (...) somente poderão ser resolvidas (...) na arena da revolução mundial do proletariado.’ De acordo com esta perspectiva, só nos restará uma alternativa: vegetar nas próprias contradições e apodrecer em vida, à espera da revolução mundial (...) a ‘revolução permanente’ não é uma mera subestimação das possibilidades revolucionárias do movimento camponês – é uma tal subestimação dele que condiz à *negação* da teoria leninista da ditadura do proletariado. (Stalin, 1982, p.105-06)

Quando Stalin expõe seu pensamento, nota-se a intenção não apenas de sublinhas as suas divergências em relação a Trotski, mas sobretudo o objetivo de desqualificá-lo, pois o “trotskismo” não respeita o “leninismo”.

Stalin dogmatizou de tal forma o pensamento de Lenin que ele se intitulou o principal representante de Lenin “na terra”, isto é, o “Deus Lenin” falava por sua boca. Suas leis divinas deveriam ser eternas. A idéia de embalsamar o corpo de Lenin demonstra o quanto Stalin quis “endeusificar” o principal autor marxista da Rússia.

Com esse espírito, Stalin recordou a teoria do “desenvolvimento desigual dos países” da época imperialista, proposta pelo líder da revolução bolchevique. Como as nações da época imperialista formavam uma corrente, na qual cada elo tinha sua particularidade, a revolução socialista poderia inicialmente estourar isoladamente,



principalmente nos mais fracos, “por isto, a vitória do socialismo num só país – mesmo que este seja menos desenvolvido do ponto de vista capitalista e mesmo que o capitalismo continue a se manter em outros países, mais desenvolvidos (...) – é perfeitamente possível e provável.” (Stalin, 1982, p.107)

Toda a crítica lançada por Lenin, contra os que confiavam a vitória da revolução somente aos países industrializados, será retomada por Stalin contra Trotski. Assim para combater a visão - na qual sem um apoio estatal direto dos operários da Europa, o proletariado da Rússia não poderia se sustentar no poder nem transformar o seu domínio provisório numa ditadura socialista duradoura - Stalin se utiliza dos argumentos de Lenin da época da NEP:

Permitam-me que termine manifestando a certeza de que, por mais difícil que seja esta tarefa e por mais nova que seja em relação às nossas tarefas anteriores, e por mais numerosas que sejam as dificuldades que nos traga, todos nós, juntos, não amanhã, mas em alguns anos, todos nós cumprimos esta tarefa a qualquer custo, de modo que a Rússia da NEP se torne a Rússia socialista. (Lenin, In: Stalin, 1982, p.112)

A passagem mostra que, ao contrário das afirmações de Stalin, Lenin não era um defensor da construção do socialismo num só país. Assim, quando ele diz que a sociedade socialista não será uma realidade “amanhã, mas em alguns anos”, está, na verdade, expondo não apenas o seu conhecimento sobre a miséria interna da Rússia, mas também a sua preocupação com o movimento operário mundial, momentaneamente em refluxo. Portanto, a sua tentativa de manter vivo o Estado soviético, não deixa escapar a sua confiança na revolução em outros países.

De qualquer forma, Stalin não poupou palavras ao concluir que Trotski e sua teoria representavam uma variedade do menchevismo.

É importante, agora, ver o outro lado do debate: a visão do ex-comandante do Exército Vermelho.

Como foi visto até aqui, os principais ataques de Stalin sobre a “revolução permanente” de Trotski, dirigiram-se principalmente à sua descrença no socialismo num só país. Todavia, chegou o momento de visualizar esse debate de um outro ângulo, ou seja, a partir da crítica de Trotski sobre Stalin e a sua estreiteza nacional.

Já em suas divergências com Lenin – cuja tese do desenvolvimento desigual entre os países capitalistas poderia abrir brechas para interpretações excessivamente nacionais – Trotski se demonstrava confiante ao afirmar que

Com o objetivo de defender a palavra de ordem dos Estados Unidos soviéticos da Europa, havíamos assinalado, em 1915, que a lei do desenvolvimento desigual não constitui por si só um argumento contra essa palavra de ordem, porque a desigualdade do desenvolvimento histórico é, por sua vez, desigual para os diversos Estados e os diversos continentes. (Trotski, 1981, p.191)

Segundo esse entendimento, o fato de existir desigualdade no desenvolvimento capitalista dos países da Europa, não implicava dizer que eles não poderiam, de forma conjunta, forçar a revolução operária e o socialismo, tudo porque, em comparação com a Ásia e a África, a Europa já estava madura o suficiente para tal revolução. Portanto, foi por meio desta relatividade que Trotski procurou sustentar o seu internacionalismo.

Entretanto, para Trotski “a discordância com Lenin em 1915 era de natureza tática e tinha um caráter provisório.” (Trotski, 1981, p.192) Em sua opinião Lenin era um internacionalista, diferentemente de Stalin que mesmo se dizendo um leninista, recuperando constantemente seus escritos, não passava de um “nacional-reformista”.

Existe agora uma ‘teoria’, segundo a qual a construção integral do socialismo é possível em um só país e as relações entre este país e o



mundo capitalista podem basear-se na 'neutralização' da burguesia mundial (Stalin). Se adotarmos este ponto de vista, que é fundamentalmente nacional-reformista e não revolucionário e internacionalista, a necessidade da palavra de ordem dos Estados Unidos da Europa desaparece ou, pelo menos, se atenua. (Trotski, 1981, p.192)

Ao contrário dessa idéia, a palavra de ordem dos Estados Unidos da Europa, segundo o autor, deveria ser confirmada como uma palavra de ordem vital e necessária, pois continha a condenação do princípio de desenvolvimento socialista circunscrito a um só país. Ao mesmo tempo em que para os operários das nações da Europa a extensão da Revolução Russa era fundamental, para os soviéticos a intervenção européia também era indiscutível para a sua sobrevivência. Sobre este ponto de vista, segundo Trotski o seu pensamento não estava em oposição ao de Lenin, já que para este a Rússia soviética não poderia "agüentar sem a ajuda tempestiva da revolução internacional." (Lênin, In: Trotski, 1981, p.193)

Para Trotski, o fato da revolução socialista no continente europeu ter entrado em refluxo – principalmente a partir do final de 1923, com a derrota do movimento operário na Alemanha – não significava que os programas políticos da União Soviética deveriam se render a tal situação histórica.

Em sua opinião, o Partido internacional do proletariado, não poderia aceitar as premissas do nacional-patriotismo, pois o seu programa só pode ser estabelecido a partir da economia mundial. Na verdade, o desenvolvimento do capitalismo em escala global, penetrando em diversas regiões, vencendo diferenças econômicas e transformando as economias provincianas e nacionais em mundiais, constatou-se como sendo as próprias bases do movimento operário.





No caso da Rússia, Trotski defendia em 1922-23, a abertura econômica, estabelecendo, laços estreitos e multilaterais entre a indústria socialista e a economia mundial. Os conflitos e as pressões que, obviamente, a economia socialista da Rússia iria enfrentar, deveriam ser tratados com ousadia.

Os perigos a que a Rússia estava exposta pelo contato com a economia capitalista mais avançada seriam compensados pelas vantagens decisivas a serem obtidas pela divisão internacional do trabalho e pela assimilação da tecnologia superior do Ocidente. Isolada, a Rússia teria seu desenvolvimento econômico deformado e retardado. Argumentando dessa forma, Trotski coloca-se novamente num conflito implícito com o pensamento econômico oficial que já se estava fixando nas concepções da auto-suficiência nacional: o socialismo num único país pressupunha uma economia soviética fechada. (Deutscher, 1968, p.230)

Em outras palavras, antes mesmo de iniciar o debate sobre o socialismo num só país, Trotski já contrariava as premissas fundamentais da doutrina staliniana. E Lenin defendia essa idéia proposta por Trotski.

A análise que Stalin fez da tese leniniana da desigualdade dos países, para Trotski segue o raciocínio unilateral e mecânico, pois para este, o movimento do capitalismo tem por natureza duas formas contraditórias: uma opera no sentido de unir as nações equiparando os níveis de seu desenvolvimento; a outra inversamente mina esse seu trabalho, opondo um país ao outro e um setor da indústria a outro, favorecendo o desenvolvimento de certas partes da economia mundial, freando e fazendo regredir outras. Com o imperialismo esta contradição aumenta.

O imperialismo liga bem mais rapidamente e bem mais profundamente em uma única entidade todas as unidades nacionais e continentais particulares, cria entre essas a mais íntima e vital dependência, aproxima os seus métodos econômicos, as suas formas sociais e os níveis de sua evolução. Ao mesmo tempo, persegue este 'fim' com métodos tão contraditórios, fazendo tais saltos à frente, abandonando-se a tais saques nos países e nas regiões atrasadas, que a unificação e o nivelamento da economia mundial que ele realiza são por sua própria obra desarranjados

de maneira mais violenta e convulsa que em qualquer período precedente.  
(Trotsky, 1981, p.195)

Em sua opinião, Stalin não captou essa dialética do imperialismo, também presente na obra de Lenin. Stalin utilizou-se apenas do aspecto que pontuava a desigualdade das nações, deixando de lado uma característica nunca antes vista na história humana: o alto grau de unificação dos povos.

Quando Stalin declara que a revolução mundial da classe operária não pode ser considerada como um ato simultâneo entre os diversos países, na verdade está afirmando a possibilidade da vitória do socialismo primeiro em algum país capitalista isolado ou mesmo em um único país.

Trotsky o responde, em primeiro lugar, reconhecendo que a hipótese de uma revolução internacional simultânea do proletariado já estava completamente descartada, no entanto, isto não implicava concluir com a possibilidade da vitória do socialismo numa única nação isolada. De acordo com Trotsky, o erro cometido por Stalin era o de tentar extrair da tese do “desenvolvimento desigual” àquilo que ela não contém e não pode conter. E para ele a defesa do socialismo num só país se deu sobre este erro.

Além do mais, Trotsky, contrariando Stalin, demonstra que a teoria do “desenvolvimento desigual” não tem origem na obra de Lenin, pois muito antes, com Marx e Engels, esta questão já era denunciada. Lenin, na verdade, apenas tornou mais concreta a tese marxiana. Trotsky lembra ainda que Marx excluía completamente a possibilidade de construir o socialismo restrito a um só país. A nação para Marx, segundo dizia é a semente, o germe da revolução socialista, mas de forma alguma o seu local definitivo. Assim,





olhando para a Revolução de Outubro, Trotski conclui que a edificação do socialismo na União Soviética está condicionada pela situação internacional.

Como bem recorda este autor, Lenin, mais ou menos no período do VIII Congresso do Partido, em 19 de março de 1919, “propunha denominar nosso partido não mais Partido Comunista Russo, mas Partido Comunista, para melhor destacar que era o partido da revolução internacional.” (Trotski, 1981, p.197)

Afinal de contas estava sendo fundada a III Internacional Comunista, portanto, a idéia do socialismo numa só nação não era nem debatida, mas automaticamente excluída. Porém, mesmo Trotski estando correto é importante lembrar que o contexto mundial neste período era bem mais favorável para a revolução mundial dos trabalhadores, ao contrário de alguns anos mais tarde.

A saída dada por Stalin para o problema soviético, segundo Trotski, está marcada pelo reformismo e pelo revisionismo. Sobre a obra de Lenin, fez-se um abuso desapiedoso, na tentativa de rever e encontrar algum sentido para a vitória do socialismo em um único país. Ignorou tudo aquilo que Lenin escreveu, disse e fez, deixou de lado o programa do Partido e da juventude comunista, mascarou o que todos os dirigentes do Partido haviam dito na época da Revolução de Outubro, quando a questão surgiu. Stalin ocultou até mesmo o que tinha dito até 1924. Em troca são apresentadas algumas citações de Lenin, uma sobre os Estados Unidos da Europa, de 1915, a outra de uma obra póstuma incompleta sobre a cooperação, tudo para auxiliar a teoria do socialismo nacional, surgida em 1924-25, contra o assim chamado trotskismo. Qualquer tentativa de contradizer essas citações de poucas linhas era considerada não marxista e não leninista. Citações artificiais, isoladas do contexto, interpretadas erroneamente e de cunho revisionista. (Trotski, 1981)





É muito interessante quando Trotski afirma que Stalin, ao recorrer à idéia de construção de um socialismo nacional, na verdade, não está retomando a clássica tradição marxista, já que nela essa idéia fora totalmente descartada. Assim, o ponto defendido por Stalin de construção definitiva do socialismo somente na União Soviética, na verdade, está fora do marxismo.

Segundo Trotski, não se pode enquadrar a obra de Lenin nesses pressupostos apresentados por Stalin. Por vitória do socialismo num só país, o principal fundador do Partido Bolchevique não entendia uma sociedade socialista auto-suficiente, longe disto, ainda mais num país tão atrasado como a Rússia, mas sim aquilo que a Revolução de Outubro realizou na primeira fase de sua existência, ou seja, a consolidação da ditadura do proletariado e dos camponeses.

O fato de Lenin, durante o processo de negociação de Brest-Litovsk de 1918, ter revisto alguns pontos de suas afirmações anteriores (1915), compreendendo a fragilidade da Rússia soviética frente à Europa, e negando que a revolução poderia enfrentar o mundo capitalista, intervindo se preciso até com a força armada contra as classes exploradoras, não o colocou como defensor do isolamento e do fechamento da Rússia. Em muitas declarações daquele momento, várias foram as vezes em que declarou a não possibilidade da revolução soviética vencer sem o apoio da revolução socialista européia. (Medvedev, 1986)

Reclamando mais coerência para com a obra de Lenin, Trotski, contra Stalin, lembra que aquele, durante o período imediatamente precedente a Outubro, quando estava para deixar a Suíça, falava ao proletariado suíço nos seguintes termos:

A Rússia é um país camponês, um dos países mais atrasados da Europa. Nela o socialismo não pode alcançar imediatamente a vitória. Mas o caráter camponês do país, dada a imensidão das propriedades agrárias

conservadas pelos nobres e pelos grandes proprietários, pode, com base na experiência de 1905, conferir à revolução burguesa e democrática russa uma consequência imensa; pode fazer de nossa revolução o prólogo da revolução socialista mundial, constituindo um passo em direção a ela. O proletariado russo não pode apenas com suas forças levar a termo vitoriosamente a revolução socialista. Mas pode assegurar à revolução russa uma amplitude tal que possa criar melhores condições para a revolução socialista e, em um certo sentido, iniciá-la. Ele pode, de fato, fazer com que a situação torne-se mais favorável para a entrada em cena, nas batalhas decisivas, de seu colaborador principal e mais seguro o proletariado socialista europeu e americano. (Lenin, In: Trotski, 1981, p.203)

Se Lenin defendia, já em 1915, o socialismo numa só nação, como explicar essa sua fala de 1917? Na verdade, para Trotski era inútil demonstrar o compromisso de Lenin com o internacionalismo, devido a sua extensão. Aliás, para abordar o tema do internacional em Lenin, segundo dizia, seria necessário desenvolver um estudo específico e profundo, devido à sua imensidão, ao contrário do ignorado tema da edificação de uma sociedade socialista auto-suficiente em um só país. (Trotski, 1981)

Na visão de Trotski era praticamente impossível imaginar que Lenin, por meio de poucas linhas, pudesse renunciar grande parte de sua obra. Justamente neste sentido, a tentativa de Stalin em convencer os membros do Partido sobre a vitória do socialismo nacional, acabava sendo frágil, e isso, a tal ponto que apenas com o toque de um dedo todo o seu edifício poderia desabar. (Idem)

Passado o debate, Trotski em 1931, já expulso da União Soviética, ao lembrar que o Exército Vermelho já existia há 14 anos, com profundas marcas de luta anti-capitalista, busca saber os motivos pelos quais o governo soviético estava proclamando a cada instante uma instituição política passiva. Quais os motivos para o Partido se desarmar e assinar pactos de não-agressão? “Por que não se serve do Exército Vermelho como de um meio para a Revolução Proletária Mundial?” (Trotski, 1968, p.81) Sugerindo uma resposta, o



próprio autor, conclui que tal situação derivava do aparelho stalinista, e somente a vanguarda proletária poderia reconquistar o seu direito de realizar a política de Marx e Lenin. Em virtude da sua limitação nacional, a União Soviética não estava em condições de ajudar o proletariado europeu. (Trotski, 1968)

Como se sabe o vitorioso desse debate foi Stalin, com a sua política voltada para o socialismo num só país. Segundo afirmava, Trotski não acreditava no potencial interno da Rússia, não apostava no papel revolucionário dos camponeses da “Grande Pátria dos Operários”.

Com esses e outros argumentos, Stalin venceu o internacionalismo e ganhou mais força no interior da burocracia soviética.

Stalin, neste momento, não manifestou quase nenhum interesse pelas questões do movimento comunista mundial. Basta ver a pouca participação que teve nos trabalhos dos congressos do Komintern e também a não colaboração na revista *Internacional Comunista*.

Dessa forma, as proposições de Stalin sobre a Revolução de Outubro como prelúdio da revolução internacional, parecem ser muito mais uma espécie de cortesia às afirmações de Lenin do que uma exposição sincera de convicção pessoal. A revolução mundial era para ele algo estranho, um dado externo, não substancial e indigno de confiança. Stalin vivia numa atmosfera psicológica diversa, desligado das vicissitudes e das questões da revolução internacional. Esta revolução era para ele um fato ocidental livresco, uma elucubração de literatos, criados longe da Rússia. (Medvedev, 1986)

Mesmo com tudo isso, não se pode esquecer de seu texto sobre a questão nacional de 1913. Aliás, um trabalho reconhecido pelo próprio Lenin. Ali, apesar de seus esquemas conceituais, Stalin demonstra uma grande afinidade com as idéias leninianas, sobretudo,



contra o nacionalismo russo e a favor do internacionalismo proletário. Entretanto, é curioso notar que ele, em nenhum momento faz referência a esse texto. Isso pode significar duas coisas: ou Stalin nunca deixou de ser um nacionalista russo, de tipo eslavófilo – defendendo em 1913 o internacionalismo operário e rechaçando o nacionalismo, apenas por motivos externos aos seus próprios interesses – ou ele, em 1924, já se apresenta diferente com pensamentos e pontos de vista opostos aos de 1913.

A tese do socialismo num só país fez Stalin dissolver a NEP que tinha em vista a revolução mundial, e colocou em prática a coletivização forçada em solo soviético, indicando os poucos anseios para com a revolução internacional da classe operária. (Aarão Filho, 1997)

Ele transformou o necessário isolamento temporário da União Soviética em virtude, descartando as chances futuras da revolução no Ocidente. (Lopes, 1982) Stalin queria pôr o Estado operário em pé de igualdade com o mundo capitalista, o que realmente era importante, no entanto não havia preocupações em superar a dicotomia Ocidente/Oriente, uma das propostas da Revolução de Outubro.

Por outro lado, Trotski também se revelou incapaz de resolver este dilema da ação revolucionária, entre nacional e internacional. Ele demonstrou, pelo menos neste debate, estar preso àquela ilusão de Marx, mas também de Rosa Luxemburg, de que os problemas nacionais e o Estado-Nação estavam em declínio e se tornaram anacrônicos devido a mundialização da economia. (Löwy, 2000)

Quanto ao debate, Stalin não deixou de ter certa razão ao afirmar que as conclusões de Trotski sobre a impossibilidade do socialismo em um só país abriam espaços para interpretações catastróficas.



A visão de Trotski sobre o Ocidente o impedia perceber algumas características do mundo oriental favoráveis para a emancipação humana. Aliás, percebidas por Marx no final da vida. Em suas correspondências com alguns revolucionários russos, Marx apontava que a revolução socialista poderia queimar na Rússia algumas etapas, com a comuna rural desempenhando o papel de ponto de partida para a regeneração social do país. (Aarão Filho, 1997)

Com essa postura de sobrevalorização do internacionalismo, Trotski subestimou um processo fundamental para a classe operária, isto é a conquista da hegemonia nacional.

Uma classe de caráter internacional, enquanto guia estratos sociais estritamente nacionais (os intelectuais) e inclusive, muitas vezes, menos ainda que nacionais particulares e municipalistas (os camponeses), têm que nacionalizar-se (...) porque antes que se formem as condições de uma economia segundo um plano mundial é necessário atravessar múltiplas fases nas quais as combinações regionais (de grupos de nações) podem ser várias. (Gramsci, 1970, p.352)

Por essas e outras questões que a obra de Lenin pode ser identificada como a mais aproxima da síntese dialética entre nacional e internacional.

Tanto Trotski quanto Stalin se distanciaram dessa dialética. Se, de um lado, para Trotski o destino nacional da Rússia era uma frase vazia, defendendo que a função da sua revolução consistia unicamente em servir de praça de armas a revolução mundial; por outro, Stalin caminhava para uma espécie de “nacional-bolchevismo”, aliás, devidamente alertado por Lenin junto ao Partido. (Medvedev, 1986)

O princípio do internacionalismo para o movimento socialista, incluindo aí o marxismo, como foi possível notar, não se desenvolveu de modo harmônico e consensual. Ao contrário do que muitas vezes se pensa a idéia do internacionalismo, nem sempre esteve bem definida, ou condizente à realidade histórica.



Quando se estabeleceu aqui a contraposição entre Marx e Lassalle, verifico-se que, mesmo trabalhando dialeticamente a nação e o mundo, o primeiro não entendeu o profundo significado do nacional sobre o proletariado. Aqui talvez esteja presente, um dos elementos para as idéias marxianas não terem sido acolhidas pelo movimento alemão.

Lassalle, por sua vez, centrou todos os seus esforços na política nacional da Alemanha. Com isso, a recepção dos operários desse país face sua obra foi bem maior. A sua deficiência reside na pouca importância dada ao internacionalismo. Exemplo disso foi a não participação da corrente lassalleana na I Internacional Comunista, preferindo se recolher na Associação Universal de Trabalhadores Alemães.

A polêmica estabelecida entre Marx e Lassalle sobre o nacional e o internacional, revelou, portanto, que os representantes do movimento operário da segunda metade do século XIX, ainda não estavam preparados para resolver tal questão.

Em Lenin, ao contrário disso, esta dicotomia parece não existir. Ao mesmo tempo em que ele defende as particularidades culturais, lingüísticas da multinação russa, também vê a necessidade dos povos da Rússia entrarem em contato com o idioma russo, para saírem do isolamento político, cultural, econômico, etc. Ao mesmo tempo em que Lenin lutava em nome da autodeterminação nacional, também afirmava e reafirmava o seu compromisso com a revolução mundial proletária.

Mesmo não sendo imune a críticas, a obra leniniana representa, no plano político, um dos auge da teoria marxista e socialista em geral sobre o justo entendimento do nacional e do internacional.

No caso do debate soviético, pode-se dizer que foi um retorno às discussões entre Marx e Lassalle. É curiosa a semelhança existente entre Marx e Trotski sobre essa questão.





Da mesma forma que Marx, Trotski também não absorveu a importância da questão nacional para o proletariado. Por outro lado, é muito interessante notar como o discurso de Stalin sobre o socialismo soviético, direta ou indiretamente, está em sintonia com o pensamento lassalleano. Tanto Stalin, quanto Lassalle achavam possível a construção do socialismo apenas em um território nacional.

Com isso, a dicotomia volta, e o movimento operário regride no entendimento do assunto. Os esforços de Lenin em resolver esse dilema, não foram respeitados pelos dois principais representantes desse debate.

De qualquer forma, o movimento político-cultural marxista não se enfraqueceu sobre esse tema, ele ganhou novo fôlego, só que não na União Soviética, mas na Itália. Com Gramsci, o tema sobre o nacional e o internacional para o movimento operário ganhará considerável avanço, tendo como ponto de partida as próprias concepções de Lenin. De certo modo, Gramsci rechaçará, direta ou indiretamente, a dicotomia colocada entre nação-mundo pelos soviéticos e pelo movimento socialista em geral.

Para visualizar tal feito, o entendimento de Gramsci sobre a nação contemporânea, em especial a italiana, parece bastante apropriado. Por meio deste tema, talvez, seja possível vislumbrar com certa precisão como o autor italiano encara esse debate presente na história do marxismo.

## Cap.2 Gramsci e a questão da *herança histórico-nacional*

### 2.1 Passado como movimento a-nacional

Ainda aos 19 anos, no ano de 1910, Gramsci escreveu num trabalho escolar o seguinte: “Nós os italianos adoramos a Garibaldi; desde criança nos ensinam a admirá-lo; Carducci nos tem entusiasmado com sua fábula garibaldina. Se alguém perguntar às crianças italianas quem gostariam de ser, a grande maioria escolheria certamente o loiro herói”. (Gramsci, 1970, p. 9) Como se sabe Garibaldi foi um dos principais personagens do processo de unificação do Estado-nação italiano. E como se pode notar exercia uma enorme influência cultural sobre os italianos. Todavia à medida que o pensador sardo se insere no debate político-social do seu país, retoma a discussão sobre a importância de Garibaldi de modo mais crítico, na tentativa de reler o seu significado para a história da Itália.

Neste momento juvenil, Gramsci passa a ter os primeiros contatos com a realidade social da península. Antes mesmo de se mudar da Sardenha, já sentia que os problemas das camadas oprimidas estavam interligados com uma *questão nacional*. Numa carta à Julia Schucht de 1924 afirmará que no momento de sua infância já identificava a estreita relação entre a luta contra a opressão dos camponeses sardos, com a luta pela “independência nacional da região”. (Gramsci, 1970, p.154) Em certo sentido, já denunciava as classes populares como a base classista do seu projeto nacional e da superação da tradição conservadora do seu país. Neste sentido, a sua luta pelos camponeses da Sardenha aos

poucos se confundiria com a defesa de todas as classes subalternas tanto da Itália quanto do mundo.

Este seu modo provinciano de defesa dos camponeses sardos desaparece logo quando inicia seu contato com os operários de Turim, a partir de 1911. Anos mais tarde reconhece numa nota dos *Cadernos do cárcere*, essa sua saída da Sardenha como uma luta em “superar” aquele pensamento, em certo sentido ainda “atrasado” e provinciano, “próprio de um sardo do princípio do século, para apropriar-se de um modo de viver e de pensar não mais regional e ‘paroquial’, mas nacional.” (Gramsci, 2001, V.4, pp.134-35)

Antes mesmo da prisão, no momento da sua militância política, Gramsci já sentia o quanto de influência o passado exercia sobre o presente da vida nacional italiana. O que, de certo modo, lançava-o para um difícil entendimento da história do seu país. A clareza sobre o passado poderia ser decisiva numa tomada de decisão mais imediata imposta pelo presente. O conhecimento do anterior processo histórico italiano poderia ajudá-lo na condução de suas análises e também de suas ações sobre a realidade. E esse retorno à história fez Gramsci sugerir suas primeiras noções sobre o significado de nação.

Na maioria dos casos, o autor, utiliza-se do passado como uma forma de analisar e também combater determinados acontecimentos do presente histórico, identificando-os segundo uma *herança nacional* a qual, muitas vezes, era necessária a sua superação. Desse modo sugere que na Itália, a *herança histórica* significa o predomínio das forças sociais regressivas, anti-populares e também a-nacionais. Gramsci associa o popular com o nacional, dentre outros aspectos, por serem as classes populares, ou subalternas, as únicas dependentes incondicionais do *espaço* de uma nação para sobreviverem, diferentemente das camadas médias e altas muito próximas do cosmopolitismo abstrato e sem fronteiras.



Mesmo existindo exemplos de avanços sociais, a marca predominante encontrada ao longo da história italiana, segundo as reflexões de Gramsci, está relacionada aos movimentos conservadores e elitistas. Portanto, a *herança histórico-nacional* da Itália assume um sentido próprio, ou seja, a aversão a tudo que é popular, ou seja, ao realmente nacional.

Mesmo entre os movimentos considerados progressistas, a ligação com as classes subalternas se dava de modo bastante precário. Como exemplo, poder-se-ia citar a Revolução Napolitana de 1799, inspirada diretamente pelo Iluminismo, porém sem nenhum desdobramento prático-imediato sobre o restante da península. Seu caráter era claramente municipalista, sem ligação alguma com as outras cidades. Somente mais tarde exerceu influências sobre o *Risorgimento* – em sua campanha pela unidade nacional.

A razão dessa influência está em que a Revolução napolitana de 1799, teve como principal objetivo o fim da dinastia dos Bourbons. E isso de certo modo influenciou o movimento risorgimental, em sua luta contra a presença de estrangeiros no território italiano. O

*Risorgimento* tinha a necessidade de se fixar no país com sugestões heróicas e com mitos que o tornassem popular: ele que não foi originalmente popular (e infelizmente não se transformou), procurava no passado elementos históricos e morais que o legitimassem como movimento nacional num país no qual a idéia de nação e o sentimento de nacionalidade eram apenas de uma minoria culta. (Sirri, 2000, p. 502)

E os fatos napolitanos de 1799, de certo modo, foram a abertura para a idéia de unidade e independência da nação italiana, necessária para o *Risorgimento* se difundir com legitimidade. Além do mais, a revolta napolitana de 1799 “alargou ao Sul o pressuposto da unidade nacional e da independência”, fundamental para a península. (Sirri, 2000, p. 503).

Entretanto, a linguagem dos revolucionários não conseguiu se fixar entre as classes subalternas e, portanto, entre os movimentos populares. “O povo, dizendo melhor a plebe, era pelo Rei (da Itália)...isto é, pela tradição...” elitista italiana. Existia um abismo cultural considerável entre as classes subalternas e a “burguesia” revolucionária, rendendo uma incongruência drástica para a história não só de Nápoles mas de toda península. A questão surgia da seguinte forma: “quem se auto-chamavam patrióticos eram os jacobinos, que se aliavam aos franceses, isto é aos invasores, enquanto ao contrário os verdadeiros patrióticos eram os plebeus, que agiam contra os invasores pela conservação da identidade da pátria e pela salvação do Rei.” (Sirri, 2000, p. 506)

Assim, por mais importante que tenha sido tal revolta para o *Risorgimento*, a idéia de unidade nacional ainda permaneceu descolada do popular, ou seja, das classes subalternas. Em outras palavras, Gramsci tinha pela frente uma pesquisa que apontava a península como possuidora de uma *herança* marcada por um “caráter ‘escassamente nacional’ do povo italiano, em consequência de um ‘secular atraso’...” (Barata, 2000, p.54).

Então, por meio dessa análise, pode-se ter uma clareza maior sobre algumas colocações de Gramsci referentes à diferença social entre Norte e Sul, às representações partidário-sindicais dos operários, à presença e importância da Igreja Católica no seu país, ao fascismo, à relação entre os intelectuais e as classes subalternas, etc. Em outras palavras, o presente se inseria dentro de um longo processo histórico, marcado por diversos conflitos e contradições muitas vezes mal resolvidos, ou mesmo não solucionados.

Sobre o movimento fascista e seu líder Benito Mussolini, Gramsci, em 1924, faz o seguinte enquadramento histórico, em seu texto *Lênin, líder revolucionário* publicado no *L'Ordine Nuovo*:





Temos na Itália o regime fascista, liderado por Benito Mussolini; temos uma ideologia oficial na qual o 'líder' é divinizado, declarado infalível, apregoador como organizador e inspirador de um Sacro Império Romano renascido (...) Mussolini era então, como é hoje, o tipo concentrado do pequeno-burguês italiano: raivoso, mistura feroz de todos os detritos deixados no solo nacional por vários séculos de dominação dos estrangeiros e dos padres (...) Benito Mussolini conquistou o governo e o mantém por meio da mais violenta e arbitrária repressão. Não teve de organizar uma classe, mas somente o pessoal de uma administração. Desmontou algumas engrenagens do Estado, mais para ver como eram feitas e para aprender como usa-las do que por uma real necessidade. Sua doutrina está toda contida na máscara física, no modo de girar os olhos nas órbitas, no punho fechado sempre ameaçador... Roma não desconhece estes cenários pioneiros. Ela viu Rômulo, viu César Augusto e, quando do seu declínio, viu Rômulo Augusto. (Gramsci, 2004, pp.238-39-40)

Portanto, para o autor sardo, o fascismo – mesmo não sendo um fenômeno puramente de seu país, já que deve ser entendido num cenário europeu e mundial do pós-guerra – insere-se num amplo processo histórico da península italiana tendo, em última análise, suas origens nas ditaduras do Império Romano, passando pela presença da Igreja Católica e pelo domínio estrangeiro, característicos de toda Idade Média. Além disso, seu ponto de vista histórico faz com que as raízes de classe do fascismo sejam desvendadas no *tempo e no espaço*.

## 2.2 Passado como negação do *novo*

Com similar abordagem, Gramsci refletiu sobre diversos temas de seu país, indicando que muitas questões sociais correspondentes a uma determinada nação não podem ser analisadas fora de um contexto de *herança histórico-nacional*. Como se cada ponto da realidade cotidiana estivesse inserido numa linha do *tempo-espaço*, repleta de contradições, dinamizando as lutas do presente e determinando o surgimento do *novo*.





Aqui, certamente está presente a tese marxiana de que “os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.” (Marx, 1978, p.329) Assim, quando Marx afirma que “a tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos” (Idem), Gramsci o “traduz” para os problemas da nação italiana, para as formações sociais estruturadas já há muitos séculos na Itália, mas que lançam ao presente um complexo peso histórico.

Em muitos casos, essa presença do passado na vida cotidiana dos italianos poderia ser identificada como um dos principais obstáculos para uma determinada vitória das forças progressistas, pois se fundamentava numa tração regressiva encarregada de puxar o presente para trás.

Obviamente que esse movimento não significava, para Gramsci, a derrota de toda e qualquer tentativa de construção histórica sobre a península, ou seja, suas projeções se distanciavam radicalmente do chamado “nihilismo nacional”. No entanto, exigia dos comunistas uma complexa tarefa de alteração das correlações de forças sociais e políticas vinculadas entre passado e presente, com o objetivo de criar uma maior autonomia para o segundo. Em outras palavras, era necessário que a “nação italiana” resistisse e superasse o domínio do seu próprio passado. Para concretizar tal objetivo, Gramsci pensou diversos elementos capazes de desvendar um novo rumo histórico para seu país, na tentativa de impulsionar e expandir os aspectos emancipatórios da realidade presente que estivessem contidos e, de certa forma, reprimidos pelo passado.

Ainda sobre o movimento fascista ele diz, em sua intervenção na Câmara dos Deputados, em 16 de maio de 1925, “as classes rurais que eram representadas no passado



pelo Vaticano, são hoje representadas predominantemente pelo fascismo.” (Gramsci, 2004, p.300) Na verdade, o domínio recorrente dessas classes sobre a história da sociedade italiana, não revelava outra coisa senão a continuidade do atraso.

O fascismo submetia à regressão até mesmo o pouco avanço político-social posto em prática pela burguesia italiana. O seu projeto de nação estava marcado mais pela união das forças regressivas do país do que pelo seu desenvolvimento histórico. Para Gramsci, o regime fascista somente seria vitorioso com as armas, e neste sentido não seria capaz de apresentar “nenhum programa”, nenhum aspecto “novo e progressista.” (Gramsci, 2004, p.307)

Num plano mais imediato, todo esse movimento geral da história italiana sobre o presente, no qual se inseria o autor, indicava dois significados, de um lado, a intenção de combater o fortalecimento do proletariado que ganhavam cada vez mais centralidade organizativa e com isso melhores condições sociais; do outro, a permanência de um sistema capitalista frágil e incapaz de solucionar diversos problemas estruturais como, por exemplo, a *questão meridional* e o predomínio do latifúndio. Portanto, lutava de um lado contra o *novo* e de outro pela manutenção do *velho*.

### 2.3 Nação como questões nacionais

Em sua análise sobre o problema da região Sul, Gramsci busca identificar com mais profundidade as raízes históricas dessas forças anti-progressistas. Segundo o autor, o atraso e as principais forças conservadoras da sociedade italiana estavam concentrados na parte Sul da península, revelando então, a necessidade de se compreender a existência de uma



*questão geográfica e territorial* para a vitória de um projeto nacional-inovador. “Deste ponto de vista é valorizada a metodologia geopolítica de Gramsci, extraordinariamente atento à particularidade local, regional, nacional, continental, porém considerada por ele sempre no horizonte-mundo...” (Barata, 2000, p.50)

Mesmo depois da sua “unificação nacional” – num processo dinamizado no final do século XIX, conhecido como *Risorgimento* – a Itália continuou vivendo sob duas realidades sociais bastante diferenciadas: a do Norte e a do Sul. No entanto, Gramsci não acreditava na existência de “duas Itálias”, pois para ele as duas formas de sociabilidade, na maioria dos casos, assumiam um caráter de inter-dependência.

Para ele, uma das razões para tal situação correspondia ao fato da unificação não ter sido construída pelas classes populares, as verdadeiras afetadas com a desigualdade estrutural dessas regiões. Na realidade, as forças predominantes na unificação acabaram representando os interesses das elites e dos movimentos conservadores tanto do Norte como do Sul. Então, essa “unificação nacional”, por meio de um frágil Estado centralizado, não pôde deter a continuação de um dos principais problemas estruturais da Itália, sintetizado pela *questão meridional*.

Como Gramsci já afirmava, em seu texto *O sul e a guerra* de 1916, as origens da disparidade entre as duas regiões estavam no seguinte:

A nova Itália encontrara em condições absolutamente antitéticas os dois troncos da península, meridional e setentrional, que se reuniam depois de mais de mil anos. A invasão longobarda rompera definitivamente a unidade criada por Roma; no Norte, as Comunas haviam dado um impulso especial à história, enquanto no Sul o reino dos Svevo, dos Angiò, da Espanha e dos Bourbons lhe deram um outro impulso. Em uma parte, a tradição de uma certa autonomia criara uma burguesia audaz e cheia de iniciativas; e existia uma organização econômica similar a dos outros Estados da Europa, propícia ao ulterior desenvolvimento do



capitalismo e da indústria. Na outra, as administrações paternalistas da Espanha e dos Bourbons nada criara: a burguesia não existia, a agricultura era primitiva e não era sequer suficiente para abastecer o mercado local; não havia estradas, nem portos, nem utilização das poucas águas que a região, pela sua especial conformação geológica, possuía. (Gramsci, 1987, p.62)

Portanto, em sua análise da história, Gramsci consegue identificar as raízes da complexa *questão geográfica* que se impõe a qualquer projeto nacional para a Itália. Uma questão presente no interior da sociedade italiana há pelo menos mil anos, superada apenas com uma ruptura radical. E não como quiseram fazer os dirigentes do *Risorgimento*, ou seja, pretenderam resolver um problema estrutural e milenar da “nação italiana”, sem alterar de fato seus fundamentos histórico-concretos. Em outras palavras construíram um prédio sobre um enorme pântano. Aquela burguesia “audaz” do Norte acabou cedendo *espaços* e poder às classes latifundiárias do Sul, alimentando a permanência de velhas relações sociais.

Assim, a “nova Itália” que Gramsci faz referência, na verdade não significa o surgimento de um novo momento sócio-cultural do seu país, mas sim a manutenção, sob outras *formas*, do mesmo *conteúdo* histórico alimentado e reproduzido, durante um longo *tempo*, pelos diversos movimentos conservadores nele existentes.

Em termos de comparação, o movimento operário do Norte levava amplas vantagens sobre os trabalhadores das demais regiões, pois era lá onde se concentrava grande parte da riqueza nacional. Na verdade, a própria estrutura histórica da região, acabou possibilitando o surgimento de um importante movimento operário. Assim, era neste *espaço*, fundamentalmente em Turim, que a cultura comunista poderia obter maiores êxitos. Lugar no qual a luta de classes ganhava mais força e de onde poderia surgir um *novo*

movimento nacional. Era no Norte que se encontrava o maior desenvolvimento econômico, político e social do país, quer dizer, o Sul acabava sendo a parte mais frágil para a penetração da cultura comunista.

O proletariado italiano, portanto, desenvolveu-se num *espaço* no qual era possível alcançar uma maior consciência político-social. Aliás, como afirmou em 1920 no *O movimento turinês dos conselhos de fábrica*, a organização revolucionária que tem demonstrado “as massas turinenses possui suas bases históricas nas condições econômicas e políticas nas quais se desenvolveu a luta de classes em Turim...” (Gramsci, 1970, p. 84)

Em consequência, era nessa região o local de maior conflito entre os trabalhadores e a burguesia na Itália. E onde o movimento operário ganhava dimensões não apenas nacionais, mas também mundiais. Como foi o caso das greves de abril de 1920, quando Gramsci as descreve como sendo um “acontecimento grandioso não só na história do proletariado italiano, senão na do europeu e até, podemos dizer, na história do proletariado de todo o mundo”, pois pela primeira vez na história “se deu efetivamente o caso de um proletariado que se lança à luta pelo controle da produção sem ser movido a essa ação pela fome e pelo desemprego.” (Gramsci, 1970, p. 83)

Além do mais, no Norte “a maior parte da classe operária está formada por operários qualificados e técnicos, os quais não têm, no entanto, a mentalidade pequeno-burguesa dos operários qualificados de outros países, por exemplo, da Inglaterra.” (Gramsci, 1970, pp. 84-85)

Já entre os trabalhadores do Sul, o que se via era uma grande massa de camponeses sem organização e inserida num *espaço* propício à desagregação social. Isso fez Gramsci



determinar a urgência de se romper com a tradição conservadora, alimentada e difundida pelo avanço nacional sustentado pelo atraso do Sul.

E ao contrário dos projetos elitistas, Gramsci não concordava com as tentativas de solucionar o problema por meio de ações particularizadas, pois para ele o Sul não precisava de “leis especiais e de tratamento especial. Precisa de uma política geral do país, e não de particulares tendências políticas e regionais.” De certa forma, a Itália necessitava de uma nova orientação nacional que realmente desse conta dos seus problemas mais graves e estruturais. Além disso, para ele era “preciso que, como sempre ocorre, não sejam os vasos de argila os que se quebram entre os vasos de cobre que a nave tomada pela borrasca sacode e agita.” (Gramsci, 1987, p. 64)

Era necessário alterar a ordem das coisas não apenas sobre a relação Sul-Norte, mas também sobre o vínculo Sul-mundo. Para Gramsci, o Sul da Itália era o lugar onde sempre as crises da economia mundial capitalista se disseminavam com mais facilidade. Era nesta região onde a vida social sentia com mais exatidão os impactos da dinâmica estrutural do capital nacional e mundial. Em outras palavras, a *questão meridional* não se resolveria por meio de reformas burguesas e do sistema capitalista, muito pelo contrário.

Em *Operários e Camponeses (I)*, texto publicado no *L'Ordine Nuovo* em 1919, Gramsci coloca a região Sul da península nos seguintes enquadramentos:

Nos países atrasados do ponto de vista capitalista, como a Rússia, a Itália, a França e a Espanha, existe uma nítida separação entre a cidade e o campo, entre os operários e os camponeses. Na agricultura, sobreviveram formas econômicas nitidamente feudais, bem como uma psicologia correspondente. A idéia do Estado moderno liberal-capitalista ainda é ignorada; as instituições econômicas e políticas não são concebidas como categorias históricas, que tiveram um início, sofreram um processo de desenvolvimento e podem se dissolver, depois de terem criado as condições para formas superiores de convivência social; são concebidas,

ao contrário, como categorias naturais, perpétuas, imutáveis. Na realidade, a grande propriedade agrária se manteve fora da livre concorrência: e o Estado moderno respeitou sua essência feudal, excogitando fórmulas jurídicas, como a do fideicomisso, que conservam de fato as investiduras e os privilégios feudais. Por isso, a mentalidade do camponês continuou a ser a do servo da gleba, que se revolta violentamente contra os 'senhores' em determinadas ocasiões, mas é incapaz de pensar a si mesmo como membro de uma coletividade (a nação para os proprietários e a classe para os proletários) e de desenvolver uma ação sistemática e permanente no sentido de mudar as relações econômicas e políticas de convivência social. (Gramsci, 1987, pp. 69-70)

Aqui o autor busca analisar a Itália num plano mais geral do desenvolvimento capitalista tendo em vista os diversos países, demonstrando certa universalidade dos seus problemas nacionais, sendo a questão da *herança histórica* e seu caráter conservador pontos centrais.

Continuando, para os camponeses "a luta de classes se confundia com o banditismo, com a ameaça, com o incêndio dos bosques, com a soltura do gado, com o rapto de crianças e mulheres, com assalto à prefeitura: era uma forma de terrorismo elementar, sem conseqüências estáveis e eficazes." Na realidade "o camponês sempre vive fora do domínio da lei, sem personalidade jurídica, sem individualidade moral: permanece como um elemento anárquico, um átomo independente de um tumulto caótico, freado somente pelo medo da polícia e do diabo." Sua formação intelectual não permitia compreender a organização, o Estado e a disciplina. "Paciente e tenaz no esforço individual de arrancar à natureza escassos e magros frutos, capaz de inauditos sacrifícios na vida familiar, era selvagemmente impaciente e violento na luta de classes, incapaz de se propor um objetivo geral de ação e de persegui-lo com perseverança e luta sistemática." (Gramsci, 1987, p.70)

Além disso, como argumenta em seu *Informe sobre o III Congresso (Lyon) do Partido Comunista da Itália*, já em 1926, mesmo dentro das relações gerais do capitalismo,



existem outras particularidades no Sul da Itália principalmente sobre a relação campo-cidade, pois na vida nacional italiana, a região meridional funcionava “como um imenso campo diante da Itália do Norte, que funcionava como uma imensa cidade.” (Gramsci, 1987, p.131)

Dessa forma, a *questão meridional* deveria ser tratada pelo proletariado do Norte como uma das principais *questões nacionais* de seu projeto nacional e progressista, pois, ao contrário de sua postura avançada, os camponeses meridionais ainda estavam presos às tradições e às *heranças* conservadoras.

Do modo como estava caracterizada a relação Norte-Sul, os camponeses estavam completamente abertos para uma possível influência do movimento fascista, exigindo, portanto, dos comunistas e da classe operária, uma maior proximidade em suas vidas. Para se obter êxito nessa tarefa, duas ações deveriam ser concretizadas: primeiro desmistificar, entre os trabalhadores do Norte, o Sul como uma região homogênea, considerada como uma “bola de chumbo que se opõe aos grandes desenvolvimentos da economia nacional”, segundo destruir entre os camponeses a idéia de que “o Norte da Itália seja um único bloco de inimigos de classe.” (Gramsci, 1987, p.132)

As duas principais ilhas da península também recebiam os mesmos tratamentos que o Sul. A Sardenha, por exemplo, foi uma localidade na qual o fascismo penetrou de modo decisivo. Por meio de uma ampla propaganda, patrocinada pela imprensa, pelo rádio e até mesmo pelo cinema, o fascismo surgiu como

a forma-Estado mais adequada para a realização dos projetos de modernização, seja no plano organizativo (novas instituições, com o Conselho provincial de economia..., com a escola prática de mecanização agrária, com a instituição dos campos experimentais), seja sobre o plano funcional (com a aprovação de novas leis...) (Pisano, 1986, p.284)

Por meio de um processo de construção de consenso sobre os sardos, o fascismo se apresentava como a solução dos problemas estruturais da ilha. Os meios de comunicação apontavam o regime fascista como solucionador de questões como a falta de um conhecimento técnico aperfeiçoado dos agricultores – que aliás fazia parte da “questão agrária” da Sardenha.

Em seu inacabado texto *Alguns temas da questão meridional* de 1926, Gramsci reproduz um interessante relato de um operário turinês de origem sarda, em 1917, num momento de revoltas:

‘Aproximei-me de um bivaque na Praça X (os soldados sardos, nos primeiros dias, acamparam nas praças como numa cidade sitiada) e falei com um jovem camponês, que me acolhera cordialmente por ser ele também de Sassari. ‘O que vocês vieram fazer em Turim?’, perguntei. ‘Viemos atirar contra os senhores que fazem greve’ ‘Mas os que fazem greve não são senhores’, contestei, ‘são os operários e são pobres.’ Ele retrucou: ‘Aqui são todos senhores, usam paletó e gravata; ganham 30 liras por dia. Conheço como são os pobres e sei como se vestem; em Sassari, sim, existem muitos pobres; todos os que cavamos a terra somos pobres e ganhamos 1,50 lira por dia’ ‘Mas eu também sou operário e sou pobre.’ ‘Você é pobre’, disse ele, ‘porque é sardo.’ ‘Mas se eu fizer greve com os outros, vai atirar em mim?’ O soldado refletiu um pouco, depois pôs a mão no meu ombro e disse: ‘Olhe, quando você fizer greve com os outros, fique em casa!’ (Gramsci, 2004, p.414)

Então, as regiões deveriam ser concretizadas historicamente, revelando suas contradições internas, para que noções abstratas como “Norte” e “Sul” não assumissem pressupostos preconceituosos para uma determinada ação. A intensiva propaganda do Partido Comunista tanto internamente entre os operários quanto entre os camponeses poderia ajudar nessa desmistificação da tradicional orientação nacional italiana. Caso contrário, o Sul, como região mais frágil e exposta às heranças conservadoras, poderia ser o espaço onde a burguesia ergueria sua “praça de armas e da contra-revolução.” (Gramsci,



1987, p. 132) A prova disto, sustentava-se no fato de ser nessa região o local de maior difusão do fascismo.

De qualquer modo, com a Primeira Guerra Mundial os camponeses italianos sofreram uma alteração bastante importante em seu modo de ver o mundo, num processo muito semelhante ao dos russos. Ela retirou, mesmo de modo brutal, aquela visão estreita sobre o mundo característica dos camponeses dos países atrasados. Em outras palavras,

a guerra proporcionou aos populares fardados a oportunidade de conhecerem outros populares de diferentes regiões, de entrarem em contato com realidades mais amplas e semelhantes – se não idênticas – às suas próprias experiências, de descobrirem parte de um todo, e não só de uma aldeia ou de uma área restrita (isso, sim, era identidade nacional), e, mais ainda, de tomarem consciência de seus próprios direitos como cidadãos, através da mobilização política. A guerra ensinou, também, os princípios de solidariedade, de disciplina e de organização. (Trento, 1986, p. 6)

Na guerra também os russos conseguiram criar um forte sentimento nacional, coisa inimaginável para aquele enorme e fragmentado país. Conseguiram entender o Estado, aprenderam a disciplina e a organização, além de conhecerem, mesmo do modo mais violento, o mundo. Isso tudo foi fundamental, e até impulsionador, para o surgimento dos Soviets. Gramsci já colocava em seu texto *Operários e camponeses (I)* de 1919, que entre os russos foram estabelecidos “vínculos de solidariedade que, de outro modo, somente dezenas e dezenas de anos de experiências históricas e de lutas intermitentes teriam suscitado; em quatro anos, na lama e no sangue das trincheiras, surgiu um mundo espiritual ávido de afirmação em formas e institutos sociais permanentes e dinâmicos.” (Gramsci, 1987, p. 71)

Com os italianos, a situação era mais ou menos a mesma. Também entre os camponeses da Itália, a guerra possibilitou o surgimento de uma nova psicologia, uma nova



forma de compreender o mundo. “Deixando a trincheira, o ex-soldado não estava disposto a voltar à vida civil como se nada tivesse acontecido, mas trazia consigo fortes esperanças de transformações.” (Trento, 1986, p. 6) Dessa forma, como pode ser visto no seu texto

*Operários e camponeses (I)*

as conquistas espirituais realizadas durante a guerra, as experiências comunistas acumuladas em quatro anos de exploração sangrenta, sofrida coletivamente, lado a lado nas trincheiras lamacentas e ensanguentadas, podem se perder se não se conseguir inserir todos os indivíduos em órgãos de nova vida coletiva, em cujo funcionamento e em cuja prática as conquistas possam se solidificar, as experiências possam se desenvolver, se integrar, ser conscientemente dirigidas para a obtenção de uma meta histórica concreta. (Gramsci, 1987, p.73)

Sem essas experiências, os camponeses continuariam presos ao mundo caótico e naturalista das relações incompreensíveis, inseridos em ações sem perspectivas realmente históricas.

Como fato concreto a favor de suas reflexões, Gramsci aponta a existência de camponeses que, durante a guerra, inseriram-se no universo fabril do Norte, sendo logo conquistados pela atividade cultural comunista. Eles deveriam ser a ponte de ligação entre os operários e os camponeses, pois conheciam tanto a vida do campo como, agora, da cidade e da indústria. Além do mais, poderiam contribuir para a criação de novas instituições no campo, de cunho comunista, para suscitar o avanço histórico e também nacional da região. A relação dos camponeses com as novas formas de administrar as coisas e decidirem a vida coletiva, certamente seria um salto para construção de um projeto de *nação nova*.

De qualquer modo, em *Alguns temas da questão meridional* de 1926, Gramsci afirma algo interessante, referente à resistência dos camponeses do Sul. Para ele, uma





revolução silenciosa estava em curso na parte meridional da península. Graças às enormes emigrações características do capitalismo do século XX, muitos camponeses dessa região se dirigiram a outros países, principalmente da América, devolvendo grandes quantidades de dinheiro à terra natal.

Entretanto, o Estado interveio pondo fim ao processo. Sobre esse episódio o autor expõe, neste texto de 1926, o seguinte, “o governo ofereceu bônus do tesouro com remuneração garantida; com isso, os emigrantes e suas famílias, de agentes da revolução silenciosa, transformaram-se em agentes para dar ao Estado os meios financeiros para subsidiar as indústrias parasitárias do Norte.” (Gramsci, 2004, p. 429)

Além disso, os camponeses, a partir de 1919, passaram a ser representados por um importante partido político de inspiração católica, mas não ligado inteiramente ao Vaticano, o Partido Popular Italiano (PPI).

No entanto, este não representava de modo exclusivo os camponeses, todo o conjunto de interesses ligados ao campo era dirigido ao PPI, desde o grande latifúndio ao pequeno camponês, todos eram representados pelo mesmo Partido. Acontece que diante desse amplo arco de interesses quase sempre conflitantes, o Partido Popular acabou cindindo em vários agrupamentos: direita, centro e esquerda. Assim, os camponeses pobres passaram a ter uma representação direta, com os esquerdistas. Estes compreendiam mais os anseios dos trabalhadores rurais do que o Partido Socialista Italiano (PSI), surgido em 1892. E fora com este agrupamento que Gramsci demonstrou maiores interesses, conseguindo estreitar contatos com o dirigente camponês Miglioli. Aqui se tem um bom exemplo da política gramsciana em relação aos católicos de esquerda.

Na verdade, a aliança proposta pelo autor entre o Partido Comunista da Itália (PCd'I), surgido em 1921, e a esquerda católica, deveria ser vista como parte de uma luta ampla da classe operária contra a burguesia. O objetivo era atrair para a luta proletária as principais classes anti-capitalistas da Itália, no caso os camponeses. Aqui parece estar em movimento o princípio da "hegemonia".

Em sua intervenção preparatória para o III Congresso do PCI em finais de 1925, Gramsci diz o seguinte:

A ação desenvolvida pelo partido com Miglioli tem realizado, precisamente, com a finalidade de abrir caminho à aliança entre os operários e os camponeses para a luta contra o capitalismo e contra o Estado burguês. No mesmo plano se situa a questão do Vaticano como força política contra-revolucionária. A base social do Vaticano se encontra precisamente nos camponeses, considerados sempre pelo clero como o exército de reserva da reação, pelo que se tem esforçado sempre por mantê-lo sob seu controle. A realização da aliança dos operários e camponeses contra o capitalismo supõe a destruição da influência do Vaticano sobre os camponeses da Itália central e setentrional, sobretudo. A tática seguida pelo partido com Miglioli tende precisamente a isso. (Gramsci, 1970, pp. 188-89)

Aliás, este ponto de vista foi duramente criticado pela extrema esquerda do Partido Comunista, encabeçada por Amadeo Bordiga.

Devido à debilidade do capitalismo italiano – que não demonstrou força o suficiente para eliminar os problemas estruturais do Sul, herdados do passado – vários tipos de ideologias foram construídos e difundidos pela burguesia e seus representantes político-culturais, na tentativa de submeter, principalmente o campesinato, ao seu domínio social.

Aqui os “povos do Sul” eram identificados como bárbaros, criminosos, indivíduos inferiores biologicamente, etc, numa clara postura político-cultural imperialista do Norte sobre o restante da península. Sob essa leitura, a região Sul estava comprometida ao atraso natural, à estagnação e à barbárie. A classe operária do Norte, de certa forma, foi o



principal alvo desse pensamento, já que a sua aliança com os camponeses poderia colocar em risco o domínio das elites burguesas. Em resposta, os camponeses identificavam, os operários do Norte como sendo seus principais inimigos, ou seja, o conflito de classe assumia uma forma bastante obscura para um movimento realmente “nacional-popular”. Na verdade, as elites burguesas da Itália transferiram a contradição entre *capital-trabalho* para o combate entre *trabalho-trabalho*.

Assim, o atraso estrutural do Sul italiano não era visto de um modo histórico-concreto - no qual pudesse levar em conta o longo período histórico de permanente subalternidade dos camponeses em relação à igreja e aos estrangeiros, na Idade Média, tendo continuação sob o capitalismo - mas dentro de uma análise que vinculava atraso social com questões genéticas. Então, os “povos Sul” eram atrasados, não por condições histórico-concretas, mas por uma natureza humana indolente e incapaz.

Até mesmo o Partido Socialista Italiano contribuiu para a difusão de tais idéias entre os operários do Norte. Esse movimento claramente marcado por idéias positivistas foi rejeitado por Gramsci ainda jovem, quando preferiu se aproximar da filosofia de Croce, e de outros intelectuais, como uma forma de se livrar do pensamento social-evolucionista da época. (Losurdo, 1999) No entanto, tal aproximação logo perdeu intensidade, quando Gramsci se insere no movimento comunista e nas reflexões de Marx e Lenin. Assim, o autor sardo acabou se distanciando tanto do idealismo quanto do positivismo, num exercício intelectual bastante original para o pensamento filosófico italiano.

Para Gramsci, o Partido Comunista da Itália deveria rejeitar radicalmente essa herança ideológica da burguesia, com o objetivo de recolocar a contradição central do sistema capitalista, entre *capital-trabalho*. Caso contrário, qualquer avanço por parte do

movimento operário seria certamente combatido pelos camponeses do Sul, instigados pelo pensamento contra-revolucionário das elites burguesas. No texto *Informe sobre III Congresso (Lyon) do PCI* de 1926, Gramsci coloca que era necessário o PCI desenvolver

uma intensa obra de propaganda inclusive no interior de sua própria organização, para dar a todos os companheiros uma consciência exata dos termos da questão, que, se não for resolvida de modo clarividente e revolucionariamente sábio por nós, permitirá à burguesia, derrotada na sua zona, concentrar-se no Sul para fazer desta parte da Itália a praça de armas da contra-revolução. (Gramsci, 1987, p. 132)

Portanto, a *herança histórico-nacional* da Itália não se manifestava apenas por meio do fascismo, pois a presença do passado na sociedade italiana ia muito além da política e da economia, passando pela cultura, pela educação, pela filosofia, etc.

Neste sentido, um outro fato específico e importante dessa *herança* histórica italiana condiz com a presença da Igreja Católica em seu âmbito nacional. Numa Carta endereçada ao Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética, em 1926, Gramsci afirma que a realidade dos camponeses de seu país concentra um grau de complexidade maior em relação aos outros países, inclusive referente à Rússia, devido à presença do catolicismo. Na verdade, os trabalhadores do campo herdavam da Igreja uma tradição sócio-cultural de mais de dois mil anos, o que interferia profundamente em sua vida político-nacional.

Tendo em vista essa realidade, ele sugeriu em seu já citado texto *Alguns temas da questão meridional* também de 1926 que “o primeiro problema a resolver, para os comunistas turineses, era o de modificar a orientação política e a ideologia geral do próprio proletariado, enquanto elemento nacional que vive no conjunto da vida estatal e sofre inconscientemente a influência da escola, do jornal, da tradição burguesa.” (Gramsci, 2004, p. 409)



Em outros termos, o foco de análise sobre a *nação* deveria ser difuso e múltiplo. Somente assim, o projeto de superação das *heranças* históricas poderia ser vitorioso. Os elementos ideológicos das elites sobre a classe operária deveriam ser combatidos em seus vários momentos da vida nacional, para assim se concretizar o avanço histórico do proletariado italiano, numa indispensável união com o camponês. A construção de um projeto consensual entre os dois se apresentava de modo fundamental para a edificação de uma *nova nação* italiana, ou seja, o entendimento e a solução da *questão camponesa* era uma das principais tarefas a ser cumprida pelo movimento operário do Norte.

Continuando em seu *Alguns temas da questão meridional*, Gramsci declara que

a questão camponesa na Itália está historicamente determinada, não é a 'questão camponesa e agrária em geral'; na Itália, a questão camponesa, como consequência da específica tradição italiana, assumiu duas formas típicas e peculiares, ou seja, a questão meridional e a questão vaticana. (Gramsci, 2004, p. 409)

E isso deveria estar claro para a classe operária e para seus representantes político-culturais, como forma de evitar equívocos programáticos. Para o pensador italiano, o proletariado tinha que incorporar as duas questões, traduzindo-as e devolvendo-as à realidade nacional com um profundo caráter revolucionário.

Numa carta anterior, publicada em 1923, sobre a fundação da Revista *L'Unità*, Gramsci diz o seguinte: "temos de dar importância especial à questão meridional, ou seja, à questão na qual o problema das relações entre operários e camponeses se põe não apenas como um problema de relação de classe, mas também e especialmente como um problema territorial, ou seja, como um dos aspectos da questão nacional." (Gramsci, 1987, p.85)

A *questão dos intelectuais* observada por Gramsci, da mesma forma, contribuía para a maior compreensão dos problemas nacionais da Itália, tendo em vista as conseqüências da sua *herança* histórica.

Principalmente na região Sul, ainda permanecia de modo considerável o predomínio do “velho tipo de intelectual”, que na verdade era uma forma de manutenção das milenares relações sociais entre os indivíduos. Averso ao trabalho braçal dos camponeses, este intelectual tradicional lutava pela sua inserção no aparato burocrático do Estado ou da Igreja Católica. Membros da burocracia local, padres, militares, advogados, professores, etc, todos permaneciam presos às antigas formas de sociabilidade.

De modo geral e estrutural, o Sul se insere no processo de unificação do Estado burguês, ou seja, no *Risorgimento*, como uma “escola de formação da burocracia moderna e a garantia da continuidade do princípio de separação e articulação entre intelectuais e massas.” (Corvaglia, 1975, p. 291)

Com este tipo de intelectual, o Sul revela a frágil penetração do capitalismo em suas estruturas sócio-econômicas. Para Gramsci, em seu texto *A questão meridional*, o desenvolvimento das forças do *capital* fez emergir um novo tipo de intelectual: “o organizador técnico, o especialista da ciência aplicada.” (Gramsci, 2004, p. 424)

No campo ideológico, esta organização social meridional era legitimada por outros intelectuais muito mais dotados de conhecimento e persuasão sobre toda a estrutura “sulista” – que segundo Gramsci era composta, de baixo para cima, pelos camponeses, pelo “velho tipo de intelectual” da pequena e média burguesia rural e pelos grandes proprietários e intelectuais.



Os grandes intelectuais eram os centralizadores desse “grande bloco agrário”. E como figuras expoentes de tal domínio poderiam ser citados Giustino Fortunato e Benedetto Croce. No entendimento de Gramsci eles eram “as bases de sustentação do sistema meridional; e, num certo sentido, são as duas maiores figuras da reação italiana.” (Gramsci, 2004, p. 423)

Além desses, outros intelectuais também atuavam para a permanência do Sul como uma estrutura basicamente agrária, tradicional e a-nacional. Como exemplo, poderia ser citado o napolitano De Cesare que se apóia “sobre uma exclusivista e abstrata defesa dos interesses da agricultura.” (Corvaglia, 1975, p.333) Enquadrando-se no projeto fascista de uma inovadora “civilização rural”, muito mais vinculada a terra e por isso a pátria, na qual o Homem *Rusticus* se sobrepõe ao Homem *Sapiens*. (Losurdo, 1997)

Então, os intelectuais meridionais também ajudavam a identificar a presença das heranças histórico-nacionais não populares da sociedade italiana.

De modo geral, Gramsci via no “nacional-popular” uma forma de se contrapor ao elitismo cultural gerado “na Itália pela predominância da ‘revolução passiva’ como forma de transformações sociais e do conseqüente processo de ‘transformismo’ (de cooptação) dos intelectuais...” (Coutinho, 2003)

Todavia, na leitura de Gramsci a filosofia de Benedetto Croce, em particular, possuía um significado contraditório para a vida nacional italiana. Croce de fato foi importante, em certo sentido, para a elevação cultural dos jovens intelectuais meridionais. Com ele, muitos acabaram saindo do provincianismo regional e intelectual, alcançando os espaços nacional e europeu.

No entanto, como na Itália não se deu a Reforma religiosa protestante, quer dizer, um vínculo maior entre intelectuais e massa, a influência dada pela filosofia croceana não atingiu as camadas populares da sociedade italiana, muito menos do Sul. Os intelectuais que seguiram suas idéias o fizeram de modo descolado das massas, sem qualquer compromisso com o movimento popular. Portanto, o movimento “nacional” criado por Croce, deu-se pelas idéias, pela filosofia, em última análise pelo alto, sem vínculo com as amplas camaradas subalternas.

Mesmo assim, Gramsci coloca que essa foi a “única Reforma historicamente possível” na Itália. E se por um lado esse movimento não teve sustentação popular, por outro foi absorvido pelas elites, “pela burguesia nacional e, em consequência, pelo bloco agrário” do Sul.

Portanto, continuando com seu texto inacabado de 1926, ao mesmo tempo em que Croce retira do provincianismo a cultura do Sul, lançando-a ao âmbito nacional o faz de modo cosmopolita, sem vínculo popular. Por isso quando Gramsci afirma que Croce “cumpru uma elevadíssima função ‘nacional’” (Gramsci, 2004, p.431), ele se utiliza de aspas sobre o nacional. E é contra o referido movimento, no qual o nacional sempre surge sob aspas que Gramsci busca romper.

Aqui, portanto, surge uma outra *questão* referente às *heranças histórico-nacionais* da Itália, ou seja, a não efetuação de uma Reforma religiosa popular deu *espaços* para a consolidação do distanciamento entre intelectual-massas caracterizado pelo Renascimento – que é outro ponto analisado por Gramsci, principalmente nos *Cadernos do cárcere*. Naquele momento histórico da península, o renascentista, somente a “reforma religiosa e a



guerra poderia executar as duas tarefas de libertar a nação dos espanhóis e do papa e, portanto, da decadência.” (Bonadeo, 1969, p. 260)

Durante o período do Renascimento, um dos principais intelectuais identificados por Gramsci como progressista e voltado para as classes subalternas da Itália, corresponde a Maquiavel. Um dos principais autores da ciência política moderna profundamente preocupado com a situação caótica na qual se encontrava a maioria dos italianos, subjugados ao domínio dos estrangeiros. A “conquista do Estado primeiramente, e a sua manutenção em seguida, constituíam os passos essenciais para a realização do ideal moral e político de Maquiavel, a redenção da Itália.” (Bonadeo, 1969, p.243)

Em síntese o Renascimento, pode ser caracterizado como um período em que, segundo Ernst Cassirer, buscava-se até mesmo a unidade do cosmo (Bianchi, 1978), em contraposição do “nacional-popular”, completamente desvinculado dos projetos desenvolvidos pelos grandes renascentistas.

Croce, de certa forma, continuava representado, no mundo contemporâneo, o tipo de intelectual renascentista. Para Gramsci essa configuração intelectual da Itália deveria ser rompida radicalmente. Era necessário desvincular o novo movimento dos trabalhadores e dos seus representantes político-culturais desse tipo de relação entre intelectual-massas. E como Croce era expressão moderna do tipo renascentista de intelectual, era preciso romper com sua figura.

A confirmação dessa leitura está presente na seguinte abordagem do seu texto não concluído de 1926:

*L'Ordine Nuovo* e os comunistas turinenses – embora, em certo sentido, possam ser ligados às formações intelectuais mencionadas e, portanto, também tenham sofrido a influência intelectual de Giustino Fortunato e de

Benedetto Croce – representam, ao mesmo tempo, uma completa ruptura com aquela tradição e o início de um novo desenvolvimento... (Gramsci, 2004, pp.431-32)

Em sua mente estava certamente o movimento operário, ao lado dos camponeses, como os principais *sujeitos históricos* criadores desse *novo*.

Assim, quando o próprio Croce se interroga: como se pode “cultivar, por meio do mito do ‘povo’, a ética do bom e velho tempo, que era para a Itália aquele da decadência, da sujeição ao estrangeiro e do despotismo...?” (Croce, 1933, p. 28), Gramsci, mesmo concordando com seus questionamentos, acaba inserindo o autor dentro da mesma trajetória histórica anti-popular e a-nacional da península.

Entretanto, a ruptura com o significado do pensamento de Croce, não se dava apenas em relação aos comunistas. Intelectuais de outras posições teórico-filosóficas também sentiam a importância da classe operária como representante de uma *nova história* para a Itália, como foi o caso de Piero Gobetti. Morto pelas *squadri* fascistas, Gobetti era um liberal-democrático que percebia o significado histórico progressista do proletariado para a nação italiana.

No entendimento de Gramsci, então, a *questão dos intelectuais* era fundamental para a construção de um movimento realmente nacional e popular para o seu país. E para o autor, o intelectual deveria ser aceito em sua configuração coletiva e de massa, não individualizada. Sem a presença dos intelectuais, a classe operária e os camponeses teriam grandes dificuldades em suas organizações político-culturais. Era necessário inflamar uma cisão no interior das camadas tradicionais de intelectuais com intuito de reagrupá-los no campo da revolução comunista. Essa era uma das principais exigências para a aliança entre as duas forças nacionais e portadoras do futuro da Itália, isto é, “o proletariado e os



camponeses...” (Gramsci, 2004, p.435) Estas são exatamente as últimas palavras de Gramsci em seu texto *A questão meridional*. Aqui, o autor já expõe com clareza seu ponto de vista sobre quais seriam as bases de classe para a construção de uma *nova história-nacional* italiana, quer dizer, ele identifica os *sujeitos* dessa construção e, consequentemente, como deveria ser feita.

De modo resumido, sobre os intelectuais, “a análise de Gramsci detém-se na demonstração do papel – conservador ou transformador – do intelectual como figura que organiza a cultura e os homens; que articula o centro do aparelho estatal de poder com o restante do corpo social; e que ao produzir ideologia fornece consciência e homogeneidade às classes que representa.” (Beired, In: Aggio, 1998, p.127)

Até o momento, pode-se notar que as reflexões desenvolvidas pelo autor sobre seu país, sugerem a existência de várias questões nacionais, ou seja, a *nação* não se configura somente por *uma questão nacional*. Isto fica evidenciado com os elementos até aqui ressaltados: *questão geográfica, questão camponesa, questão meridional, questão vaticana, questão dos intelectuais*, entre outras. Todas dando indícios sobre como Gramsci entende a *nação* e como ele a compreende no caso italiano.

Ao que tudo indica, existe a intenção, por parte do autor, em “desmembrar” o âmbito nacional para, em seguida, enxergar quais são suas estruturas concretas e quais suas brechas para um projeto político-social de fato nacional. Na verdade, ele busca “iluminar” toda a dinâmica entre os vários aspectos componentes de uma nação como a Itália, frágil em seu desenvolvimento capitalista e inserida num momento tenso da história mundial.

Esta forma de analisar os problemas nacionais, tendo em vista a relação passado-presente, na realidade, é um dos elementos que compõem o *procedimento* de entendimento



sobre determinada nação. Em outras palavras, o reconhecimento da *herança histórico-nacional* para as forças político-ideológicas da luta diária e suas conseqüências para a construção do *novo* é apenas um ponto do *procedimento* de análise sobre o significado de nação contido no pensamento gramsciano.

Um outro fator indispensável para a compreensão dessa questão está no impacto que determinados movimentos e tendências culturais internacionais exercem sobre a vida nacional de um país específico. Afinal de contas, um país somente ganha particularidade quando comparado com outros. Sobre o caso italiano, Gramsci sente a necessidade de colocá-lo em diálogo histórico com os países da Europa centro-oriental, fundamentalmente França, Alemanha e Rússia.

Em outras palavras,

Se, por um lado, as reflexões de Gramsci estavam voltadas para os problemas inerentes ao processo político da unificação italiana, portanto para as especificidades do contexto peninsular que apresentava suas equações originais – esta é a razão primordial, estratégica e politicamente urgente, da elaboração sistemática de sua teoria sobre a ‘questão nacional’ (e, no âmbito desta, a ‘questão meridional’) – por outro, advertia, toda relação de hegemonia ultrapassa as fronteiras de uma nação, envolvendo relações mais complexas de base mundializada. (Mello, 1996, p.27)

Em seus *Quaderni* o extremo Ocidente, ou seja, os EUA, também ganham importância. Obviamente que ele não se fecha na influência destes, pois outros países são recorrentes em suas análises, entretanto, o destaque sempre vai para eles.

Muitas vezes, Gramsci parece sugerir que no caso particular da Itália os elementos progressistas presentes em sua dinâmica nacional não tiveram configurações próprias, mas sim foram incorporados de fora da sua história individual, quer dizer, frente a uma tradição



interna predominada pelos movimentos anti-populares, as referências externas passam a ganhar maior relevância.

A Reforma protestante, a Revolução Francesa, a Revolução Russa e as inovações técnico-produtivas dos EUA, talvez sejam os principais exemplos utilizados por Gramsci para detectar as *heranças histórico-nacionais* anti-populares e atrasadas de seu país. Claro que como ele mesmo ressalta, muitos obstáculos colocados para o desenvolvimento da sociedade italiana têm suas origens na presença do estrangeiro em suas estruturas sociais. No entanto, a maioria dos exemplos de movimentos populares e nacionais lembrados pelo autor, parece estar fora das fronteiras italianas.

Portanto, em países como a Itália, pode-se dizer que o seu avanço nacional vem de fora. Daí a grande importância dada pelo autor sobre uma outra *questão*, aprofundada no período carcerário, que é a da “tradução”. Para o autor, na Itália a única tradição a ser seguida correspondia àquela na qual o comunismo se vinculava estreitamente à Internacional.

### Cap.3 Gramsci e a questão da *herança histórico-internacional*

#### 3.1 Tradução como dialética entre nação-mundo

Como foi possível perceber até o momento, um dos principais elementos do *procedimento* para o entendimento do significado de *nação* para Gramsci está no reconhecimento das *heranças histórico-nacionais*, no caso italiano fundamentalmente anti-populares.

Todavia, esse *procedimento* possui um outro elemento importante, que são as *heranças histórico-internacionais*. Como nenhuma história nacional está isolada do mundo – mas ao contrário, ela só é de fato nacional à medida que se insere na história mundial – é importante compreender o significado político-cultural dos movimentos sociais surgidos de suas estruturas internas, em comparação a determinados movimentos sócio-históricos localizados fora de suas fronteiras.

No caso da Itália, Gramsci busca “traduzir” o acúmulo conquistado pelos movimentos progressistas de outros países para a sua nação. Talvez para fazer frente à tradição anti-popular italiana, incorporando elementos inovadores vindos de outros *espaços*. Isto certamente dinamizaria as contradições nacionais, possibilitando assim a superação de antigas relações.

Sobre esse ato de “traduzir”, Gramsci o determina numa carta de 1932 à Julia Schucht, como sendo, entre outras coisas, a capacidade de “conhecer criticamente duas civilizações e ser capaz de conhecer ambas utilizando a linguagem historicamente





determinada da civilização na qual o material informativo será inserido.” (Gramsci, 1970, p.327)

Na verdade,

quando Gramsci formula o problema da tradutibilidade das linguagens científicas e filosóficas, tem em mente precisamente o problema das tradições nacionais no quadro da Internacional. Esta reflexão parte precisamente de uma menção a Lenin, segundo o qual ‘não soubemos traduzir nas línguas européias a nossa língua’. Gramsci dá um sentido pré-político (lingüístico, cultural e filosófico) ao que, para Lenin, era um reconhecimento estritamente político... (Buey, In: Coutinho, 2003, p.31)

Como já foi ressaltado, Marx pode ser entendido como um influenciador na lógica de raciocínio de Gramsci referente ao entendimento do caráter conservador da *herança histórico-nacional*, sobre os movimentos do presente.

Já sobre a *herança internacional*, de cunho progressista, Gramsci revela uma sensível aproximação com Engels, outro fundador da “filosofia da práxis”. Em seu texto *As guerras camponesas na Alemanha*, Engels afirma o seguinte:

...também o movimento operário prático alemão nunca deve esquecer que se desenvolveu sobre os ombros do movimento inglês e francês, que teve a possibilidade de tirar o partido da experiência difícil daqueles, de evitar no presente os erros que então não tinha sido possível evitar na maioria dos casos. Onde estaríamos agora sem o precedente das trade-unions inglesas e da luta política dos operários franceses, sem esse impulso colossal dado em particular pela comuna de Paris? (Engels, 1975, p. 28)

Aqui o autor expõe a importância da *herança histórico-internacional* para o movimento operário alemão também frágil em termos de experiências nacional-populares. Além disso, Engels diz “é preciso antes de tudo manter o verdadeiro espírito internacionalista, que não admite qualquer chauvinismo patriótico e que acolhe com alegria todo o progresso do movimento operário, qualquer que seja a nação onde se produza.” (Engels, 1975, p. 30) Mesmo focando suas atenção ao internacionalismo, Engels sugere

uma questão interessante, isto é, a importância desse movimento internacional para uma determinada classe operária de um *espaço* nacional. Em outras palavras, lança ao interior do marxismo a seguinte interrogação: qual é o impacto dos movimentos internacionais para uma determinada classe operária nacionalmente localizada?

Em Gramsci, essa questão será melhor trabalhada, pois para o autor italiano o internacionalismo deve fazer parte da "questão nacional". Essa é a lógica do raciocínio de Gramsci, ou seja, buscar forças para o movimento das classes subalternas italianas independentemente dos seus *espaços* nacionais. Até porque na Itália seria difícil tomar algum movimento histórico como exemplo de manifestação "nacional-popular". Na verdade, ele busca consolidar em termos coletivos o que, de certo modo, sua figura representava num plano individual, ou seja, a ligação no *tempo* e no *espaço* com os representantes e com os movimentos político-culturais das classes subalternas da Itália.

Para o autor sardo, o "nacional popular" deveria ser entendido como uma "ordem de grandeza com a qual é necessário relacionar-se continuamente para não cair na abstração politicista, produzindo...um novo cosmopolitismo." (Durante, 1999)

De fato, Gramsci parece entender como necessária a construção de uma "fenda" na vida nacional italiana que possibilitasse a penetração de forças revolucionárias e realmente nacionais, originárias de outras localidades do mundo. O choque entre as duas *heranças*, a *nacional* e a *internacional*, poderia fortalecer um movimento popular e, com isso, realmente italiano.

Agora, isso não significa, de modo algum, o incentivo à intervenção direta e militar de forças estrangeiras no seu país, por mais revolucionárias que fossem. Para o autor essa era uma hipótese bastante frágil e remota.



Gramsci também foi totalmente contra a outro tipo de intervencionismo, bastante difundido no período da Primeira Guerra Mundial e defendido por Salvemini. Este apoiava o chamado “intervencionismo democrático” sobre a Itália, pois tal movimento poderia promover a nível planetário uma espécie de “democracia intervencionista”.

Os exércitos da *Entente*, segundo essa perspectiva, eram protagonistas de uma revolução internacional que não reconhecia fronteiras estatais e nacionais. Todavia, “Gramsci não cede de nenhum modo à sedução do intervencionismo, ou seja, do internacionalismo democrático, porque tem uma aguda consciência da questão nacional.” (Losurdo, 1999, p.47)

Então, a tarefa do movimento comunista italiano deveria ser a de “traduzir” e não a de *esperar* as experiências históricas dos movimentos progressistas de outros países. Os revolucionários da Itália, portanto, deveriam lutar para a entrada da *cultura* comunista e não para a penetração de uma outra *estrutura* nacional.

Como ele mesmo vai afirmar em 1924, em seu texto *A crise italiana*, publicado no *L'Ordine Nuovo*, referindo-se à luta dos comunistas contra o fascismo: “Somente inserindo-se numa revolução européia e mundial é que o povo italiano poderá reconquistar a capacidade de pôr em funcionamento suas forças produtivas humanas e de fazer com que o aparelho nacional de produção volte a crescer.” (Gramsci, 2004, p.265) Em outras palavras, era a *cultura* revolucionária internacional a responsável pela reorganização *estrutural* da nação. Portanto, o autor não se demonstra refém dos acontecimentos externos. A luta político-social nacional deveria ser autônoma, impulsionando suas contradições particulares e suas próprias soluções. E a partir desse processo poderia devolver ao âmbito mundial suas experiências, inserindo-se também na *herança* progressista mundial.

Todavia, o movimento de volta ao cenário internacional dos conflitos, em última análise, centrado no antagonismo de classes, não poderia ser um ato de resposta em geral, mas sim uma ação com objetivos claros de combate às forças conservadoras e reacionárias de outras nações.

Ainda em 1914, num texto intitulado *Neutralidade ativa e operante*, o jovem Gramsci cobra dos socialistas uma maior mobilização contra os desdobramentos da Primeira Guerra Mundial. Exige uma maior mobilização dos elementos progressistas de seu país no combate ao conflito imperialista. Para ele esse posicionamento ativo dava “à vida da nação seu genuíno e estrito caráter de luta de classes...” (Gramsci, 1970, p.12), quer dizer, a inserção na luta política mundial movia as contradições internas da Itália.

Em certo sentido, Gramsci buscava retribuir aos movimentos progressistas mundiais da mesma forma com que estes contribuíam com suas lutas nacionais na Itália. Essa parece ser sua *dialética* entre o nacional e o internacional.

Para ele, os elementos externos fomentam numa nação tanto processos progressistas quanto conservadores, tendo em vista os seus vários conteúdos ideológicos. Entretanto, dependendo de como é feita a “tradução”, tanto um como o outro pode dinamizar a luta interna de uma vida nacional em sentido progressista. Dessa maneira, os comunistas da Itália - mesmo diante da Primeira Guerra Mundial, claramente movida por interesses imperialistas - deveriam transformá-la em luta anti-capitalista no interior das classes subalternas. Assim como, a Revolução Russa, radicalmente oposta à guerra, também poderia ser um elemento de fortalecimento do poder do proletariado italiano.

Então, o movimento operário deveria saber utilizar para si os acontecimentos internacionais. E Lenin e o proletariado da Rússia certamente foram os principais pontos de



referências para o pensador italiano sobre essa questão. Deles, buscou “traduzir a particularidade da revolução russa na particularidade da revolução italiana, num estranho movimento dialético que passa do universal às diferentes particularidades.” (Del Roio, 2003, p. 14)

Isso tudo mostra que desde suas primeiras manifestações de militância política, Gramsci sentia a necessidade de colocar a vida nacional italiana no contexto das relações internacionais, pois dava maior amadurecimento para a luta do movimento operário, tirando-o do isolamento e do provincianismo.

Ainda neste texto de 1914, afirmava que o Partido Socialista Italiano tinha como tarefa “conquistar para a Internacional a nação italiana” (Gramsci, 1970, p.11), ou seja, a luta do proletariado não poderia se encerrar no âmbito nacional. Mesmo de modo autônomo, o Partido deveria ter esse compromisso com as organizações operárias internacionais, caso contrário, correria o risco de se isolar perante as grandes contradições que envolvem as nações.

Na verdade, a relação com as experiências mundiais deveria ser entendida pela classe operária italiana como parte de um amplo processo de aprendizado cultural, à medida que o conhecimento de outras realidades possibilitava o enriquecimento não apenas sobre sua consciência de classe ou de nacionalidade, mas também e, sobretudo, sobre a consciência de gênero humano.

### 3.2 Cultura comunista como elemento nacional

Numa primeira busca pela definição de cultura, Gramsci recorre, em seu texto *Socialismo e cultura* publicado em 1916 no *Il Grido del Popolo*, ao romantismo alemão de Novalis que diz o seguinte: “sem um perfeito conhecimento de nós mesmos, não poderemos conhecer verdadeiramente os demais.” (Novalis, In: Gramsci, 1970, p. 14) Para o pensador alemão este era o principal problema da cultura e Gramsci aceita sua interpretação para analisar seus significados para a edificação da cultura comunista.

Todavia, para o autor sardo, as palavras de Novalis somente ganham sentido uma vez inseridas num ponto de vista da organização, da disciplina e do pensamento crítico. Identificados como fundamentais para a criação de um movimento cultural de amplo alcance.

Portanto, tendo em vista este enunciado de Novalis, o proletariado italiano, por meio de uma ampla produção literária dos seus intelectuais, deveria conhecer profundamente o processo histórico de sua nação, e neste sentido sua própria história, para poder compreender de fato as condições e as lutas nacionais de outras classes operárias ou, em última análise, de outros movimentos populares. Os intelectuais assim exerceriam um papel fundamental no estreitamento entre a nação e o mundo.

Uma das experiências mais lembradas por Gramsci, no sentido da construção de uma cultura revolucionária, corresponde ao processo francês de ascensão ao poder político da classe burguesa, no século XVIII.

Do ponto de vista dos intelectuais, sua expressão filosófica, caracterizada pelo Iluminismo, forneceu elementos indispensáveis para a condução do seu projeto social.





Fundamental para o auto-conhecimento daquela burguesia, ainda não consolidada como uma classe social dirigente, o Iluminismo, antes mesmo da ação revolucionária, criou as principais bases programáticas para a sua consolidação cultural e vitória política. Não sendo, como afirma ainda em *Socialismo e cultura*, “um fenômeno de intelectualismo pedante e árido, como o que hoje temos encontrado nas Universidades Populares de ínfima importância.” (Gramsci, 1970, p. 16) Aqui, claro está a crítica de Gramsci sobre os intelectuais de seu país, para ele, desligados da realidade italiana.

Em sua opinião, o Iluminismo representou uma profunda revolução cultural na Europa,

como uma consciência unitária, uma internacional espiritual burguesa (...) que era a maior preparação da rebelião sangrenta logo ocorrida na França (...) As baionetas do exército de Napoleão encontraram o caminho já preparado por um exército invisível dos livros, de opúsculos derramados desde Paris a partir da primeira metade do século XVIII e que haviam preparado os homens e as instituições para a necessária renovação. (Gramsci, 1970, p.16)

Portanto, o movimento filosófico francês ajudou a burguesia se enxergar enquanto classe dirigente do processo em curso.

Gramsci afirma ainda que essa cultura produzida pelos intelectuais iluministas, deveria assumir, agora, a forma do comunismo. Pautado sobre a crítica do mundo capitalista, o movimento operário deveria erguer, por meio da organização e da disciplina dos seus intelectuais, uma manifestação cultural própria, dando seqüência às inovações revolucionárias iniciadas pela burguesia. O proletariado italiano deveria se organizar em torno de uma ampla produção literária crítica, visando o conhecimento de si e dos demais operários. Ainda neste texto de 1916, diz:

A crítica quer dizer precisamente essa consciência do eu que Novalis colocava como finalidade da cultura (...) Conhecer-se a si mesmo quer dizer ser o que se é (...) E isso não se pode obter se não se conhece também os demais, sua história, o decurso dos esforços que fizeram para ser o que são (...) sem perder de vista a finalidade última, que é conhecer melhor a si mesmo através dos demais, e aos demais através de si mesmo. (Gramsci, 1970, p. 17)

De forma geral, a interpretação de Gramsci sobre a cultura está intimamente ligada ao seu projeto revolucionário, estabelecendo uma considerável redefinição de conceitos como “crítica, organização, história, liberdade, disciplina, base para a crítica tanto dos seus limites no contexto da democracia burguesa, onde seu significado assume um aspecto formal e instrumental, quanto no âmbito da política socialista, onde uma interpretação mecanicista e dogmática do marxismo também desvincula conteúdo e forma.” (Schlesener, 2002, p.194)

### 3.3 Tradução como luta ideológica

Assim, o movimento operário italiano, unido aos seus intelectuais, deveria tomar como referência histórica o processo revolucionário francês, incorporando sua experiência cultural, tendo em vista a importância do auto-conhecimento histórico-nacional para poder entender com clareza o seu processo presente e dos trabalhadores de outros países.

Por outro lado, o movimento comunista, deveria impedir, ou pelo menos “neutralizar”, as influências conservadoras estrangeiras. As experiências internacionais que mais chamavam a atenção das elites italianas vinham, principalmente, das políticas desenvolvidas pelos Estados da Alemanha e da Inglaterra. A intenção era transferir para a



Itália noções liberais como a do “Estado-ético”, de certo modo entendido como dissociado da luta de classes.

Em 1917, num texto intitulado *Três princípios, três ordens*, Gramsci declara: “Estes dois tipos de ordens constituídos são os modelos básicos dos partidos da ordem italiana. Os liberais e os nacionalistas dizem (ou diziam), respectivamente, querer que em Itália se criasse algo parecido ao Estado inglês ou o Estado germânico.” (Gramsci, 1970, pp. 21-22)

Entretanto, para Gramsci o “Estado-ético” burguês, ou Estado-limite para o proletariado, não passava de um Estado-mínimo, insuficiente. De modo mais explicativo afirma o seguinte:

Enquanto idéia-limite, o programa liberal cria o Estado ético, ou seja, um Estado que idealmente está por cima da competição entre as classes, por cima dos vários entrelaces e choque dos agrupamentos que são sua realidade econômica e tradicional. Esse Estado é uma aspiração política mais que uma realidade política; somente existe como modelo utópico, porém precisamente essa sua natureza ilusória é o que dá vigor e faz dela uma força conservadora. A esperança de que acabe por realizar-se em sua completa perfeição é o que dá a muitos a força necessária para não renegar dele e não intentar, portanto, substituí-lo. (Gramsci, 1970, p. 19)

Tais reflexões desenvolvidas já em 1917, foram retomadas e aprofundadas mais tarde no momento carcerário, quando se dirigem diretamente contra Croce.

De qualquer forma, os socialistas da época tinham a tarefa de questionar e obstruir as tentativas das elites em introduzir elementos anti-populares e que negassem as contradições e a luta de classes na Itália. Ideologias vinculadas às noções como a de “harmonia social” deveriam ser desmentidas e esclarecidas, sob o risco de enfraquecimento revolucionário do conjunto das classes subalternas.

Como pode ser notado, Gramsci demonstrava uma particular preocupação com os assuntos relacionados à entrada de idéias de outras nações. Sobre os trabalhadores, em sua opinião, vários equívocos poderiam ser cometidos ao se “traduzir” inadequadamente um determinado acontecimento ou sistema de pensamento nascido num outro país.

Para Gramsci, a “tradução” se colocava como indispensável para seus projetos nacionais, pois poderia determinar possíveis vitórias dos “intelectuais orgânicos” das classes subalternas. A “traducibilidade das linguagens significa, então, a capacidade de estabelecer uma rede de conexões e de relações de compreensão entre culturas diversas, saber ou não saber traduzir tornava decisivo para o novo tipo de intelectuais que Gramsci aspirava.” (Jervolino, 2003)

Assim, a luta do movimento operário italiano em dificultar a penetração de experiências políticas, econômicas e culturais conservadoras em seu país, deveria ser acompanhada por um refinado trabalho de “tradução” sobre as conquistas das classes e grupos antagônicos ao capitalismo mundial. E tanto os avanços político-organizacionais quanto as produções teórico-filosóficas do mundo do trabalho, originários de outras nações, deveriam ser bem analisadas e trazidas para a Itália.

### 3.4 Revolução de Outubro como tradutora de Marx

Um bom exemplo a ser seguido, correspondia à Revolução bolchevique de 1917. De acordo com Gramsci, a vitória dos comunistas russos tinha como elemento central, entre outros, a negação das *interpretações* mecanicistas d’ *O capital* de Karl Marx. Para os bolcheviques, o proletariado russo não necessitava esperar o amadurecimento das forças



produtivas do país, ou mesmo o avanço do capitalismo no território, para tomar o poder político. Na verdade, a obra marxiana se transformou na Rússia, numa literatura da burguesia insatisfeita com o atraso feudal do país.

Os bolcheviques, ao contrário, negaram esta visão oficial e dogmática, buscando na dinâmica histórica toda a riqueza presente no pensamento do fundador da "filosofia da práxis". Neste sentido, fizeram duas revoluções: uma na sociedade russa e outra na forma de se interpretar e "traduzir" a obra de Marx. E foi justamente com o título *A revolução contra 'O capital'*, que Gramsci, em 1918, indagou: "Por que haveria de se esperar que renovasse na Rússia a História da Inglaterra, que se formasse na Rússia uma burguesia que suscitasse a luta de classes e assim chegasse finalmente à catástrofe do mundo capitalista?" (Gramsci, 1970, p. 36)

Na realidade, "Marx previu o previsível", não tinha como prever a Primeira Guerra Mundial e todos os seus desdobramentos para a Rússia. Não podia ver os seus impactos ao proletariado e ao camponês russos e, conseqüentemente, suas reações por meio de uma "vontade coletiva popular".

No centenário do nascimento de Marx, Gramsci argumenta, em 1918, no artigo *Nosso Marx*: "Marx não escreveu um crédulo, não é um messias que deixou um conjunto de parábolas carregadas de imperativos categóricos, de normas indiscutíveis e absolutas, fora das categorias de tempo e espaço." (Gramsci, 1970, p. 37)

Portanto a Revolução de Outubro, que também pode ser entendida como uma *Revolução contra as interpretações mecanicistas d' O capital* de Marx, foi um bom exemplo de como se deve "traduzir" criticamente. De como um projeto político-cultural

revolucionário originado de outro *espaço* deveria ser incorporado pelos intelectuais e operários da Itália.

Todavia, essa não foi uma questão consensual entre os comunistas italianos. Os próprios membros do PC d'I divergiram sobre a relação Rússia-Itália. De forma mais clara, pode-se citar as opiniões de Amadeo Bordiga, francamente contrárias às idéias de Gramsci. Para aquele, as experiências russas não serviam para a nação italiana, pois a Rússia, diferentemente da Itália, estava marcada pelo baixo desenvolvimento capitalista. Assim, os soviéticos não poderiam contribuir para a realidade de seu país.

Gramsci também observa diferenças estruturais entre Rússia e Itália. Em sua opinião, diferentemente da sociedade civil russa, os países da Europa central e ocidental, apresentam um amplo proletariado que, em muitos casos, constitui-se em parte numa espécie de "aristocracia operária", além de estar ligado às instituições sindicais e partidárias claramente reformistas e social-democráticas. Como Gramsci afirma numa carta de 1924, endereçada à *Togliatti, Scoccimarro e outros*, ao contrário da Rússia, que presenciou um assalto ao poder político pelos revolucionários, na Itália, como em muitos países europeus, existe um complicado sistema de

superestruturas políticas, criadas pelo maior desenvolvimento do capitalismo; torna mais lenta e mais prudente a ação das massas e, portanto, requer do partido revolucionário toda uma estratégia e uma tática bem mais complexas e de longo alcance do que aquelas que foram necessárias aos bolcheviques no período entre março e novembro de 1917 (...) Amadeo se põe do ponto de vista de uma minoria internacional. Nós devemos nos pôr do ponto de vista de uma maioria nacional. (Gramsci, 2004, pp.183-84)

Por outro lado, nada disso, impediu o autor de afirmar que a "concepção política dos comunistas russos formou-se no terreno internacional e não no nacional." (Gramsci, 2004,



p.183) O que, em certo sentido, possibilitava a “tradução” da experiência soviética para outros países, mesmo sendo mais desenvolvidos econômico e socialmente.

### 3.5 Traduzindo a Rússia na Itália

A importância da Revolução Russa para o movimento operário mundial dava aos soviéticos a responsabilidade de “organizar” e “guiar” a classe operária de outros países.

Dessa forma, Gramsci argumenta, ainda nesta carta de 1924, que

O estatuto da Internacional dá ao Partido russo a hegemonia de fato na organização mundial. Portanto, não há dúvida de que cabe conhecer as diversas correntes que existem no Partido russo para compreender as orientações que, em cada oportunidade concreta, vêm sendo imprimidas pela Internacional. De resto, é preciso ter em conta a situação superior em que se encontram os companheiros russos, os quais – além de ter à sua disposição a mais adequada massa de informações sobre nossa organização – dispõem também das informações mais abundantes e mais precisas, quanto a certas questões, sobre o Estado russo. Portanto, suas orientações são fundadas numa base material de que não poderemos dispor a não ser depois de uma revolução. E isso dá um caráter permanente à supremacia de tais companheiros, uma supremacia dificilmente contestável. (Gramsci, 2004, p.176)

Na Rússia, os operários enfrentaram tanto sua *herança histórico-nacional* czarista quanto à *herança histórico-internacional* também conservadora do *capital*. Conseguiram transformar a guerra em revolução, o imperialismo em ditadura do proletariado, a obra de Marx em orientação prática para suas especificidades, etc. Por meio dos Soviets, passaram a participar ativamente na história do país. Em consequência, como expõe em seu artigo *Utopia* de 1918, “a vida política russa se orientou de tal modo que tendeu a coincidir com a vida moral, com o espírito universal da humanidade russa”, os indivíduos “converteram-se em cidadãos ativos nas decisões dos destinos de seu país.” (Gramsci, 1970, pp. 50-51)

Ali se concretizou uma vontade coletiva popular capaz de alterar a vida nacional russa em todos os seus sentidos. Desde a economia até a filosofia, da cultura à política, da educação à disciplina do trabalho, etc. Praticamente todos os elementos dinamizadores da nação russa foram afetados com a tomada de poder dos operários e camponeses. Mesmo tendo como elemento essencial a construção de um novo tipo de Estado (os Soviets), as alterações guiadas pela Revolução de Outubro foram muito além do aspecto estatal.

Com Lenin à frente, os bolcheviques desmascararam a burguesia e as forças reacionárias de seu país e lançaram a palavra de ordem “todo poder aos soviets”. E mesmo inserido profundamente na realidade nacional da Rússia, o líder comunista não restringiu a importância e o significado do movimento revolucionário de seu país às suas fronteiras. Em *A obra de Lenin*, também publicado em 1918, Gramsci afirma:

Lenin se encontra entre os defensores mais entusiastas e convencidos do internacionalismo do movimento operário. Toda ação proletária deve estar subordinada ao internacionalismo e coordenada com ele; deve ser capaz de possuir o caráter internacionalista. Qualquer iniciativa que em qualquer momento, e ainda que seja transitoriamente, chegar a entrar em conflito com esse ideal supremo, tem que ser inexoravelmente combatida; porque todo desvio do caminho que leva diretamente ao triunfo do socialismo internacional, por pequena que seja é contrária aos interesses do proletariado... (Gramsci, 1970, p. 52)

Portanto, de acordo com a leitura do autor italiano, Lenin era um importante exemplo a ser seguido pelos revolucionários das outras nações, inclusive da Itália, pois ele buscou, ao mesmo tempo, encontrar uma saída verdadeiramente nacional para os problemas russos, inserindo-os no amplo processo da luta internacional do proletariado.

No caso da Itália, a classe operária não estava informada suficientemente sobre sua realidade e os problemas que a cercavam. Em grande parte por uma deficiência estrutural do programa político do PSI, seu principal partido até 1921. O Partido Socialista deveria se



inserir com maior intensidade sobre a classe operária, tendo uma maior participação nas lutas desembocadas pelos trabalhadores da cidade e do campo.

Na opinião de Gramsci, o PSI não era capaz de concentrar a ação revolucionária dos operários e camponeses. Além disso, afirma em 1920, em seu artigo *Por uma renovação do Partido Socialista* que o “...Partido Socialista demonstrava não entender absolutamente nada da fase de desenvolvimento que atravessa o período atual da história nacional e internacional...” (Gramsci, 1970, p.72)

Neste texto, publicado no *L'Ordine Nuovo*, argumenta ainda que a massa trabalhadora, sob o programa do PSI, não assumiria qualquer papel na história seja ela nacional ou internacional. Como se a classe operária e o campesinato estivessem fora da luta de classes e dos antagonismos gerais da sociedade capitalista mundial. Em última análise, isto significava às classes trabalhadoras da Itália um completo desconhecimento sobre a história de seu país e do mundo.

Experiências como a da Rússia e de outros países da Europa, como a Hungria e a Alemanha, deveriam ser analisadas cuidadosamente para identificar os erros e acertos do movimento comunista. Entretanto, a falta de ligação crítica da classe operária italiana com seu *tempo*, ou seja, a falta de uma cultura comunista a tornava completamente isolada. O Partido Socialista não demonstrava qualquer intenção em “traduzir” as experiências *internacional-populares* desencadeadas em outros países para a sociedade italiana.

O partido – nas palavras de Gramsci – está ausente do movimento internacional (...) O partido não se preocupa por explicar ao povo trabalhador italiano esses acontecimentos, por justificá-los à luz da concepção da Internacional Comunista, não se ocupa de desenvolver uma ação educativa orientada a dar consciência ao povo trabalhador italiano da verdade de que a revolução proletária é um fenômeno mundial e cada

acontecimento tem que considerar-se e julgar-se num quadro mundial  
...(Gramsci, 1970, pp. 74-75)

O completo desconhecimento sobre as conquistas das classes operárias de outros países sinalizava uma debilidade estrutural considerável para o movimento revolucionário italiano. Desse modo, a classe operária não encontrava alternativa senão a de se “informar por meio das agências e dos periódicos burgueses, incertos e tendenciosos.” Com isso, as ideologias burguesas passavam a ganhar maior legitimidade junto às classes subalternas, dificultando o surgimento de um movimento popular capaz de impulsionar o processo histórico italiano de modo autônomo. A imprensa do partido deveria servir aos interesses das classes revolucionárias, num papel de “tradutora” das realidades nacional e internacional. As discussões ocorridas na III Internacional deveriam ser amplamente difundidas junto às classes trabalhadoras. “Escritos de camaradas russos absolutamente imprescindíveis para compreender a revolução bolchevique foram traduzidos na Suíça, na Inglaterra, na Alemanha, e são completamente ignorados na Itália...” (Gramsci, 1970, p. 75)

As experiências dos Soviets não poderiam ficar desconhecidas ao proletariado da Itália, a cultura revolucionária e as práticas políticas externas tinham que ser “traduzidas” para o movimento revolucionário.

O PSI para se renovar deveria assumir a frente de um amplo processo educativo revolucionário sobre as massas, organizando-as e disciplinando-as para suas lutas contra as elites do país.

Todo acontecimento da vida proletária nacional e internacional tem que ser comentado imediatamente em manifestos e circulares da direção, para obter argumentos de propaganda comunista e de educação das consciências revolucionárias. (Gramsci, 1970, p. 76)



Aqui está, para Gramsci, a essencial relação entre partido e classe. A inserção nas questões diárias do mundo do trabalho sustentava a dinâmica e a interação entre a teoria e a prática. De certo modo, essas palavras de Gramsci já apontavam para a necessidade de se romper com o PSI e se fundar um outro partido. Era fundamental para os movimentos operário e camponês da Itália o apoio de seu partido, caso contrário, a tentativa de escrever uma *nova* história nacional ficaria debilitada. Assim, “afastando-se da pretensa tradição nacional de esquerda italiana, Gramsci se aproxima das formulações do grupo dirigente bolchevique, particularmente de Lenin...” (Del Roio, 2003, p. 263)

Além disso, como já foi apontado anteriormente, os italianos deveriam devolver à classe operária mundial o mesmo ímpeto progressista e revolucionário. Mesmo diante de algumas experiências importantes para o proletariado nacional e internacional, o PSI não atuou de modo profundo. As greves de abril de 1920, em Turim, podem ser um bom exemplo disso. Este foi um momento no qual a classe operária italiana demonstrou um importante amadurecimento cultural e político em sua organização e luta. Importante não apenas para o avanço de suas questões nacionais, mas também como exemplo de movimento popular italiano para outros países. E a frágil presença do PSI neste processo, foi um dos motivos que fizeram sua luta não se expandir por toda nação. O seu reconhecimento internacional se deu independente da direção do partido. Na Rússia, por exemplo, o movimento de Turim foi exaltado à revelia dos socialistas. Assim afirmaram os russos sobre as greves turinesas “ ‘Nós camaradas comunistas russos temos compreendido e estimulado a importância da greve de abril melhor que os oportunistas italianos, dando assim a estes últimos uma boa lição’. ” (Gramsci, 1970, p. 82) Isso foi publicado em julho de 1920 no *L'Ordine Nuovo* com o título *O movimento turinês dos conselhos de fábrica*.

Ainda no texto, encontra-se o seguinte: “O movimento turinês de abril foi, com efeito, um acontecimento grandioso não só na história do proletariado italiano, mas também do europeu e até, podemos dizer, da história do proletariado de todo o mundo.” (Gramsci, 1970, pp.82-83)

De fato suas organizações, segundo as opiniões do *L'Ordine Nuovo*, demonstraram um impulso revolucionário fundamental para a luta nacional e até internacional do movimento operário. Mas nem por isso receberam a devida atenção dos seus representantes partidários. As forças sindicais, representadas pela Confederação Geral do Trabalho, também vacilaram no apoio aos turineses. Com isso, o isolamento em relação às lutas nacionais deixou os trabalhadores sem forças suficientes para conter a repressão da burguesia.

Como Turim era a cidade mais operária da Itália, os acontecimentos da Rússia de 1917 tiveram lá uma maior receptividade, revelando uma interessante questão. Como já foi dito, Gramsci identificava na Itália a existência de uma *questão geográfica*. De certa forma, essa descoberta era importante no seguinte aspecto: a entrada de uma cultura *internacional-popular* no território italiano não poderia ser efetuada aleatoriamente, tendo em vista qualquer localidade nacional, na Itália a penetração da cultura revolucionária e mundial tinha um *espaço* específico, isto é, o Norte, com destaque para a cidade de Turim.

Portanto, era nesta cidade que a construção de uma cultura comunista poderia obter um êxito maior e com mais rapidez. Como diz neste texto de 1920, “A notícia da Revolução na Rússia foi acolhida em Turim com alegria indescritível.” (Gramsci, 1970, p.86) Fato pouco provável no Sul da península, pois nesta região, a cultura comunista



deveria ser fortalecida a partir de dentro do país, com o aperfeiçoamento das organizações político-culturais do partido representante do mundo do trabalho.

Por sua vez, a imprensa burguesa tentou por todos os meios *traduzir*, ou simplesmente *interpretar*, os acontecimentos russos de modo a preservar os seus interesses internos. Afirmavam ser os bolcheviques, criminosos, autoritários, etc, tudo na tentativa de barrar as influências revolucionárias entre os operários turineses.

Com a ascensão do fascismo, a Revolução Russa passou a ser ainda mais denegrida na Itália. Gramsci, em algumas ocasiões, teve que sair em franca defesa dos bolcheviques. Como pôde ser visto em sua intervenção na Câmara de Deputados, em 16 de maio de 1925.

Fica claro, então, que o tema da “tradução” está permeado por interesses de classe, ou seja, o processo de incorporação de uma cultura estrangeira deve ser entendido como uma luta política, uma forma de disputa ideológica entre os diversos grupos numa determinada sociedade.

As insurreições de Turim foram uma exata tentativa de se romper com o predomínio conservador das *heranças histórico-nacionais* do país, nas quais o movimento operário despontou como um *sujeito novo* da história na construção de uma *nação nova*. Sendo a penetração das experiências bem sucedidas dos russos, um fator indispensável.

Os turineses, nesse processo de rompimento com o passado conservador, possibilitaram a existência de um *vácuo social* na Itália fundamental para a entrada dos elementos progressistas e revolucionários de outras nações. Sendo a penetração da figura de Lenin importante exemplo dessa ruptura com as *heranças* conservadoras, podendo ser considerado como “o iniciador de um novo processo de desenvolvimento da história...” Além disso, como afirma no artigo *Lenin, líder revolucionário* de 1924, o “Partido

Comunista Russo, com seu líder Lenin, ligou-se de tal modo a todo o desenvolvimento do proletariado russo e, portanto, ao desenvolvimento de toda a nação russa, que não é possível nem mesmo imaginar um sem o outro...” (Gramsci, 2004, pp.237-38) E este seu significado deveria ser indiscutivelmente “traduzido” para a sociedade italiana.

Além da Revolução de Outubro, a Primeira Guerra Mundial também contribuiu para a abertura de um cenário revolucionário na Itália. A partir de 1919, diversas agitações espontâneas passaram a fazer parte do cotidiano. Com a desestruturação da vida política, diversos saques a lojas e armazéns foram efetuados, em grande parte por elementos da pequena burguesia. As greves também ganharam grandes dimensões e isto tanto entre os operários do Norte quanto entre os camponeses do Sul. Só em 1920 foram 1880 paralisações, envolvendo cerca de 1.200.000 grevistas. No campo cerca de 1 milhão de trabalhadores também suspenderam suas atividades. Em resumo, pode-se ver o seguinte:

Os operários reclamavam não só melhores condições de trabalho, mas também maior poder nas fábricas, exaltados pela revolução russa de 1917. Os camponeses, que haviam constituído a maioria dos soldados, exigiam a reforma agrária prometida pela classe dirigente durante a guerra, e agora esquecida. As classes médias sofriam um processo de depauperamento maior que o de uma classe operária defendida pelos sindicatos. (Trento, 1986, p. 8)

Gramsci identificou tal situação como fundamental para o desenvolvimento das forças da classe operária. No entanto, para ele o mais importante é que os trabalhadores também estavam compreendendo a crise social instaurada na península. E é isso que ele tenta mostrar em seu texto de 1920 *O movimento turinês dos conselhos de fábrica*:

A massa operária de Turim compreendeu que o período histórico aberto pela guerra era profundamente diverso da época anterior da guerra. A classe operária turinesa intuiu imediatamente que a III Internacional é uma organização do proletariado mundial para a direção da guerra civil, para a conquista do poder político, para a instituição da ditadura





proletária, para a criação de uma ordem nova nas relações econômicas e sociais.” (Gramsci, 1970, p.88)

De certa forma, aqui existe a influência da atitude de Lenin, quando do seu retorno do exílio em pleno processo revolucionário na Rússia. Quando em abril de 1917, afirmava que a guerra mundial abria na nação russa a possibilidade de uma guerra civil.

Todavia, se na Rússia o ambiente para a revolução ganhou expressão durante a guerra imperialista, na Itália, a ruptura com o *capital* e com as forças do atraso teve forma no pós-guerra, quando as contradições nacionais realmente se explicitaram. Por outro lado, foi no pós-guerra que o fascismo ganhou forças e legitimidade perante a nação.

Aliás, a ascensão de um regime conservador e até reacionário, como o fascismo, não foi um fenômeno puramente da Itália. Muitos outros países da Europa seguiram o mesmo movimento, principalmente naqueles cujo capitalismo assumia uma forma débil. Na Itália, a pequena-burguesia foi uma das classes sociais mais atingidas com os impactos da Primeira Guerra Mundial, sendo ela a base estrutural do fascismo. Ademais, o regime fascista foi o responsável na Itália pela consolidação do capital financeiro.

Assim, a “tradução” da vitória dos bolcheviques ganhava uma importância central, pois demonstrava a existência de uma saída revolucionária para as crises geradas pelo imperialismo. Por meio dela, os comunistas poderiam se dispor de mais um elemento para combater a onda conservadora e reacionária presentes na vida nacional italiana.

A partir de 1921 quando se dá a fundação do Partido Comunista da Itália, Gramsci tinha como objetivo claro a permanência e o fortalecimento do movimento operário de seu país no cenário mundial. Os comunistas italianos não podiam se limitar em suas questões nacionais. Deveriam, ao contrário, combater de modo organizado toda e qualquer tentativa

de lançar a classe operária ao provincianismo regional ou mesmo aos movimentos de cunho nacionalistas.

Entretanto, isto não significava apenas uma luta contra o isolamento nacional do movimento operário da Itália, mas também a inserção das questões italianas nas relações internacionais. Isso, de certo modo, era uma maneira de pôr em movimento a dialética entre nação e mundo. Os comunistas da Itália deveriam devolver às relações internacionais o mesmo ponto de vista revolucionário que os era transmitido. E isto implicava, em alguns casos, na inserção no debate político programático de outros cenários nacionais.

Levando tal postura às últimas consequências, Gramsci não vê qualquer objeção em interferir até mesmo nas questões internas da revolucionária Rússia. Num momento no qual a disputa pelo poder do Estado soviético estava colocando em risco importantes conquistas políticas da Revolução, como por exemplo, a unidade partidária.

Frente a essa crise, Gramsci escreve uma carta ao Comitê Central do Partido Comunista (bolchevique) da União Soviética, em 1926, com o intuito de alertar seus membros do perigo, caso o grupo dirigente cindisse, para o movimento operário mundial.

Aqui é possível perceber como a dialética nação-mundo opera no pensamento gramsciano. Vejamos o que o autor diz: "...parece-nos que a atual atitude do bloco das oposição e a dureza das polêmicas do PCR exijam a intervenção dos partidos irmãos. Foi partindo desta precisa convicção que tomamos a decisão de lhes enviar esta carta." (Gramsci, 2004, pp.384-85) Ele sabia o quanto era importante, não apenas para os operários da Itália, mas de todo mundo, a coesão do movimento comunista soviético. Sabia que os conflitos internos do PC da União Soviética poderiam comprometer a organização do proletariado mundial. E neste sentido, como defensor do internacionalismo, buscava



intervir nos problemas nacionais daquele grupo. Em outras palavras, “a carta de Gramsci relata com extrema clareza algumas idéias basilares de sua concepção do processo revolucionário e de sua ciência política, expondo de um outro ângulo o vínculo existente entre particular nacional e o geral internacional...” (Del Roio, 2003, p. 230)

Mesmo que sua carta não tenha se tornado um documento público aos bolcheviques, fica clara a intenção de Gramsci sobre os problemas internacionais do movimento operário. Diz ele “...queremos, como internacionalistas, cumprir nosso dever”, ou seja, contribuir para a solução de uma questão nacional influente nas relações internacionais do mundo do trabalho.

Os impactos da crise do núcleo dirigente soviético poderiam fortalecer ainda mais o movimento conservador-burguês da Itália. Seus intelectuais, sua imprensa, suas escolas, etc, teriam maior campo de manobra para argumentarem contra os revolucionários bolcheviques.

Do mesmo modo, todos os esforços dos comunistas em “traduzir” a revolução socialista russa para as classes subalternas do seu país seriam dificultados. Assim o que parecia ser uma saída poderia se transformar num problema. O movimento operário italiano não podia perder o referencial de unidade e conquistas vindas da Rússia revolucionária. A luta interna pelo poder do Estado soviético não deveria comprometer a “tradução” da sua experiência histórica para as classes subalternas do mundo e assim também da Itália. Neste sentido, a responsabilidade dos soviéticos, frente ao restante do movimento operário mundial, era enorme.



Segundo Gramsci, ainda nesta carta de 1926, em países sem liberdade de imprensa e cultural, não há como as classes trabalhadoras compreenderem o significado da disputa bolchevique. Suas palavras são seguintes:

...países onde não mais existe liberdade de reunião e onde a liberdade de imprensa foi completamente suprimida ou submetida a drásticas limitações, como na Itália (onde os tribunais apreenderam e proibiram a publicação de livros de Trotski, Lenin, Stalin, Zinoviev e ultimamente até mesmo do *Manifesto Comunista*) (...) Nestes países, as grandes massas não podem compreender as discussões que ocorrem no PC da URSS...(Gramsci, 2004, p.386)

Tal realidade contribuía para o fortalecimento da propaganda anti-comunista e anti-soviética difundida pelas elites italianas. O resultado poderia ser catastrófico para o movimento operário, já que isso significa mais uma vez o avanço das forças conservadoras, tão arraigadas na tradição histórica da Itália.

Portanto, a intervenção de Gramsci nos assuntos nacionais russos não era de cunho pedante ou intelectualista, muito pelo contrário. A atitude do autor italiano, possuía um caráter estritamente revolucionário e de profundo conteúdo nacional-popular, já que a vitoriosa experiência revolucionária da Rússia poderia contribuir decisivamente para o amadurecimento da cultura comunista na península. Na verdade, muito mais do que um paradigma, a experiência histórica dos soviéticos se constituía numa influência fundamental para a superação da tradição nacional conservadora da Itália.

Aqui é interessante notar como a história de uma nação interage com outra. Entretanto, o que de fato chama atenção é como uma nação considerada atrasada poderia contribuir para o avanço histórico de uma outra realidade nacional mais desenvolvida. A resposta pode assumir a seguinte afirmação: mesmo sendo a Itália mais avançada em



relação à Rússia no desenvolvimento capitalista, o seu aspecto cultural ainda estava preso ao elitismo conservador e anti-popular.

Assim, Gramsci se posiciona ao lado de Lenin, contrário ao economicismo e ao evolucionismo etapista da história. Em outras palavras a “Revolução contra *O Capital*” deveria ser uma postura teórico-prática permanente. Mesmo em sentido contrário, os dois mantinham o mesmo *método*: *entender a história universal em suas possibilidades particulares*. Se, por um lado, Lenin “traduz” o Ocidente e as civilizações mais adiantadas do capitalismo – em forma de cultura comunista, o marxismo – para o Oriente, Gramsci, por outro, busca o avanço histórico e político-cultural dos trabalhadores italianos via Rússia, mais atrasada quando comparada a muitos países europeus. Como se a referência para a cultura comunista tivesse ganhado uma nova orientação *espacial*, não mais o Ocidente, mas o Oriente. Assim, o que Lenin busca em Marx, Gramsci busca em Lenin.

Dentro da processualidade histórica, rica em contradições, o atraso da Rússia se transformou, após Outubro de 1917, na mais avançada experiência política, social e cultural, já realizada pelos trabalhadores de um país. Em consequência, esse processo revolucionário russo fez o marxismo e a cultura comunista em geral, ganharem um grau de universalização elevadíssimo. Em grande parte, claro, devido ao entendimento de Lenin e dos bolcheviques sobre a realidade histórica entendida em termos de *possibilidades particulares* e não de modo determinístico-universal. E isso o autor italiano considerou fundamental, ou seja, para ele a universalidade da revolução russa “encontrava-se precisamente na sua capacidade de apreensão do particular, ou seja, que a revolução socialista internacional dependia da mais correta e profunda análise das particulares situações nacionais e populares.” (Del Roio, 2003, p. 121)



Gramsci, fortemente influenciado pelos bolcheviques, também busca entender o universal em suas *possibilidades particulares*, em seu caso, estreitando e trazendo à Itália a experiência russa. Para ele era possível, e até mesmo necessário, “traduzir” a Revolução soviética para seu território nacional.

Ainda sobre a relação Gramsci-Lenin é importante ressaltar um ponto. Como foi apontado, o autor russo desenvolveu amplamente o tema da nação, em especial no que trata da “autodeterminação nacional política”. E Gramsci, pelo menos aparentemente, não aprofundou nenhuma reflexão sobre isso. No entanto, essa recusa de Gramsci sobre a questão da “autodeterminação nacional política” é apenas aparente, pois em muitos de seus apontamentos sobre a Itália pode-se notar a presença das idéias de Lenin sobre o tema. A questão é que o autor italiano trouxe a discussão da “autodeterminação nacional política” para a realidade italiana de uma outra forma, justamente para respeitar sua situação histórica particular. Assim, Gramsci percebe que a sustentação concreta das idéias de Lenin, aliás claramente exposta pelo autor russo, estava vinculada ao Estado de multinacionalidades. Para Lenin, as nações que compunham a Rússia deveriam ter o direito de se autodeterminarem politicamente. E esta obviamente não era a realidade italiana. Apesar da palavra de ordem em torno da “autodeterminação nacional política” ter sido estendida à luta contra a opressão dos países imperialista da Europa sobre suas colônias, os olhares de Lenin estavam voltados para a realidade dos povos da Rússia. E foi por compreender essa preocupação interna do autor russo que Gramsci não aprofundou as pretensões coloniais do Estado italiano. Ao que tudo indica, para Gramsci o tema da “autodeterminação nacional política” deveria ser entendido na Itália por meio da “questão meridional”. Se na Rússia, pré-revolucionária, a opressão sobre as outras nacionalidades



partia de Moscou, na Itália era o Norte que fazia esse papel sobre o Sul. E se para Lenin, a saída estava na autonomia política das várias nações que compunham o Império russo, para Gramsci a saída para os problemas do Sul estava na aliança operário-camponesa. Na verdade, Gramsci busca “traduzir” o tema leniniano para uma Itália bem mais complexa socialmente. Para Lenin a “autodeterminação nacional política” era uma forma de luta pensada a partir uma realidade atrasada como era o caso dos Estados multinacionais, ao contrário dos países da Europa, como ele mesmo ressalta em sua polêmica com Rosa Luxemburg. E Gramsci, percebendo essa distinção feita pelo autor russo, busca recolocar o mesmo princípio de luta só que de uma outra forma, mais condizente com a realidade italiana. Se Lenin, no momento em que defendia esta palavra de ordem, via a união dos trabalhadores do Império russo por meio do direito de se *separarem* politicamente, Gramsci percebe essa união através da *integração nacional* entre Norte e Sul.

Voltando à sua carta, Gramsci continua alertando sobre o fortalecimento da propaganda anti-comunista mundial e italiana, uma vez cindido o núcleo dirigente bolchevique. Suas palavras são as seguintes:

...os partidos burgueses e socialdemocratas, pela mesma razão, exploram as polêmicas internas e os conflitos existentes no PC da URSS; eles querem lutar contra essa influência da Revolução russa, contra a unidade revolucionária que vem se constituindo em todo mundo em torno do PC da URSS. Caros companheiros: é extremamente significativo que num país como a Itália, onde a organização estatal e partidária do fascismo consegue sufocar toda manifestação expressa de vida autônoma das grandes massas operárias e camponesas, é significativo que os jornais fascistas, sobretudo os de província, estejam repletos de artigos tecnicamente bem feitos do ponto de vista da propaganda, com um mínimo de demagogia e de atitudes injuriosas, nos quais se tenta demonstrar, com um esforço evidente de objetividade, que – de acordo com as próprias declarações dos líderes mais conhecidos do bloco da oposição do PC da URSS – o Estado dos Soviets está seguramente se transformando num puro Estado capitalista, e que, portanto, no duelo

mundial ente fascismo e bolchevismo, o fascismo triunfará. (Gramsci, 2004, p, 387)

Os problemas russos, portanto, faziam parte direta e indiretamente do cenário italiano. Em outros termos, a *questão russa* também pode ser enquadrada entre as tantas *questões nacionais* que compunham e dinamizavam a vida nacional italiana. Seus desdobramentos poderiam interferir decisivamente no desenvolvimento organizativo e político do movimento operário e camponês da península. Assim, os acontecimentos do Partido Comunista da União Soviética poderiam ser decisivos também para o ordenamento e construção da *nação nova* italiana.

Na verdade, o fascismo via na cisão dos comunistas russos a possibilidade de ganhar a confiança e o apoio das massas trabalhadoras, trazendo-as para o campo anti-revolucionário. Além disso, a crise na União Soviética dava grandes chances para o fascismo surgir como uma inevitável necessidade histórica, ou seja, como o único movimento capaz de sanar os problemas sociais do “povo italiano”.

A clareza de Gramsci sobre os riscos de uma ruptura definitiva no núcleo bolchevique, para o movimento operário mundial, também pode ser vista assim:

Companheiros: vocês foram, nestes nove anos de história mundial, o elemento organizador e propulsor das forças revolucionárias de todos os países; a função que vocês desempenharam não tem, em toda a história do gênero humano, nenhum precedente que a iguale em amplitude e profundidade. Mas vocês estão hoje destruindo o que construíram; estão se degradando e correm o risco de anular a função dirigente que o PC da URSS havia conquistado graças ao impulso de Lênin. Parece-nos que a paixão violenta pelas questões russas está fazendo com que vocês percam de vista os aspectos internacionais das próprias questões russas...”(Gramsci, 2004, pp. 388-89)

Todavia, nessa carta, o autor também expõe a importância dos debates russos para um maior entendimento acerca de algumas questões chaves para o movimento comunista



italiano. Pontos como a presença dos camponeses na transição socialista e da hegemonia da classe operária, entre outros, centrais nas discussões dos bolcheviques, foram analisados com cuidado pelo PCI. Por exemplo, a palavra de ordem definida pela aliança operário-camponesa anunciada na Rússia, deveria ser adaptada e filtrada para as relações concretas da vida nacional italiana, a fim de popularizá-la.

O autor italiano também percebe e acompanha o debate sobre a tese do “socialismo num só país”. Sobre isso, pode-se dizer “que entre socialismo num só país e revolução permanente, entre particularismo russofilo staliniano e cosmopolitismo abstrato trotskista, ele não escolheu nenhum...” (Barata, 2000, p.58) No caso da Itália, Gramsci se deparou com um problema semelhante, quer dizer, teve que lutar tanto com o cosmopolitismo quanto com o provincianismo. Desse modo, também assumiu o mesmo papel histórico do pensamento de Lenin, só que na Itália.

Entretanto, num plano geral, Gramsci também reconhece a função pedagógica dos soviéticos, dizendo, no final de sua carta, o seguinte: “Os companheiros Zinoviev, Trotski e Kamenev contribuíram poderosamente para nos educar para a revolução; algumas vezes nos corrigiram com muita enérgica e severidade. Foram nossos mestres.” (Gramsci, 2004, p. 392)

Num artigo intitulado *Operários e Camponeses (III)* publicado anteriormente em 1920 no *Avanti!*, Gramsci, ao polemizar com um outro artigo publicado na *Stampa*, analisa a situação italiana utilizando-se dos acontecimentos russos. Segundo afirmava, na Itália deveria ocorrer o mesmo processo que na Rússia, ou seja, o campo se revoltaria e se aliaria aos operários das cidades.



Diferentemente da Alemanha e da Hungria nos quais as insurreições operárias não foram seguidas de apoio revolucionário dos camponeses, deixando as cidades isoladas e possibilitando a reação das forças clericais e capitalistas no campo. Aqui também podem ser mencionados os primeiros movimentos de Turim que ficaram isolados nacionalmente.

Na Rússia, ao contrário, os movimentos rurais contribuíram decisivamente para a ruína do Estado e assim para a tomada do poder dos operários. Os social-revolucionários, ou *narodnik*, principal partido ligado aos camponeses, diante da agitada realidade causada pelas revoltas rachou em dois grupos. Isto também contribuiu para o avanço dos bolcheviques como condutores políticos da revolução sobre o campo.

Para Gramsci a tendência era que na Itália, cedo ou tarde, isso também aconteceria. Neste texto de 1920 declara: “a luta de classe eclodirá de modo violento e irresistível também no campo italiano: também na Itália, o Partido Popular se romperá em dois troncos. Os vínculos religiosos não bastam para frear a luta de classe, que é ‘a mola da história’.” (Gramsci, 1987, p. 81)

Além disso, lembra também uma passagem de Trotski sobre o significado da Revolução de Outubro:

o significado mundial da revolução russa é o seguinte: a revolução russa é a primeira tentativa vitoriosa, realizada por uma classe operária nacional, de criar as condições para uma economia organizada em escala mundial. O Estado operário russo é a primeira célula dessa imensa organização que a classe capitalista tentou organizar em seu benefício, com a guerra imperialista e com o mito da Sociedade das Nações. (Gramsci, 1987, p. 80)

De fato a influência dos soviéticos sobre os projetos teórico-políticos de Gramsci é bastante clara. O contato com Lenin o distanciou daquele “estreito meridionalismo” em nome da revolução internacional. Além do mais, “assim como Lenin parte da crítica ao





pensamento *narodnik*, Gramsci critica o meridionalismo que postava o campesinato no cerne da transformação social, de modo que ambos propunham, ao contrário, que a classe operária fabril deveria conduzir a aliança sócio-política entre proletariado e campesinato.” (Del Roio, 2003, p. 269)

Como foi possível perceber até o momento, a questão da *herança histórica internacional* atua de modo central no pensamento de Gramsci referente ao seu entendimento de nação. Seus esforços, intelectual e político, para colocar a Itália no cenário mundial, tinham a clara intenção de encontrar caminhos para o socialismo e para construção de uma *nação nova*, seja na esfera da política, da economia, da cultura ou da filosofia.

A vida nacional deveria estar intimamente ligada à *vida mundial*, e com isso às suas contradições, reforçando o princípio de que a idéia de nação somente surge no movimento internacional, assim como a idéia de internacional apenas surge no movimento nacional.

A *herança histórico-nacional* da Itália tinha que entrar em choque com as *heranças* de outros países, em especial com aquelas onde as classes trabalhadoras saíram vitoriosas. Dessa forma, haveria a *possibilidade* de diluição do caráter anti-popular presente na *herança* italiana. O impacto entre o nacional (de cunho conservador) e o internacional (experiências progressistas) poderia abrir uma “fenda” para o movimento comunista difundir sua cultura perante as classes subalternas.

Resta saber agora como esses dois grandes movimentos, ou melhor, essas duas *heranças* se articulam na *dinâmica histórica do presente* da vida nacional italiana. Como elas interagem no cotidiano político-cultural dos indivíduos. Isto significará, obviamente, analisar a “nação” italiana em sua movimentação imediata rica em complexidade, buscando

seguir os olhares de Gramsci para sua realidade. Por meio de uma "metodologia" sugerida pelo autor, a saber, a "filologia viva", pode-se tentar compreender a *dinâmica histórica do presente* da nação italiana. E com isso, salientar ainda mais qual seria o significado de nação para ele.





## Cap.4 Gramsci e a nação sob a *dinâmica histórica do presente*

### 4.1 Nação como fragmento não diluído

Até o momento, tentou-se desenvolver dois dos pontos fundamentais que *antecedem* o instante imediato da realidade nacional italiana, na qual Gramsci estava inserido. Entretanto, de uma forma ou de outra, esses elementos se apresentavam no cotidiano italiano, manifestando-se em suas mais diversas estruturas sociais. Desde a fábrica, passando pelos partidos e sindicatos, até a igreja, entre outros, percebia-se ou a questão da *herança histórico-nacional* ou a influência de movimentos de outros países, entre os quais o autor buscou “traduzir” para a Itália os de caráter progressista.

Na maioria das vezes esses aspectos se apresentam de modo indissociável um do outro. O que do ponto de vista de uma nação, poderiam ser considerados como impulsionadores da *dinâmica histórica do presente*. Isto significa que a *dinâmica* da nação italiana estava intimamente atrelada a eles. Assim, Gramsci em seus projetos teórico-políticos nacionais, buscava analisar o *presente* vinculando-o tanto à *herança nacional* quanto à *internacional*.

Todavia, a *dinâmica histórica do presente*, situada como o terceiro elemento do *procedimento* de análise aqui adotado sobre o significado de nação em Gramsci, não se dava da mesma forma que as *heranças*. Estas se apresentavam à história de modo mais ou menos definido, já que faziam parte de acontecimentos ocorridos num determinado momento, ou seja, podiam assumir o significado de *heranças*. Ao contrário do *presente* não

podendo ser ainda definido, pois estava em constante *dinâmica*. Em outras palavras, Gramsci via o *presente* de sua nação como algo incerto, como um processo histórico aberto às *possibilidades*. As únicas certezas vinham das *heranças* que de um modo ou de outro estavam inseridas no *presente*, dando margem para a construção de um determinado projeto nacional.

Na verdade, eram as *heranças* que faziam o *presente* não se diluir por completo, eram elas as responsáveis pela possibilidade de uma leitura tendencial sobre a história, e neste caso, sobre a nação italiana. Mesmo sendo os fatos concretos compostos por inúmeras causalidades, Gramsci coloca em 1917 no texto *Três princípios, três ordens*: “o homem necessita para agir prever ao menos parcialmente.” (Gramsci, 1970, p. 18)

Mesmo tendo em vista o primeiro instante de suas análises, marcado pela multiplicidade de interesses sobre a nação, Gramsci não se perde na aparente fragmentação e descontinuidade da realidade. Os variados temas presentes em seus textos não deixam de possuir certas referências históricas, transcendendo assim, o imediatismo das relações individuais, dos grupos e das classes de seu país.

Por outro lado, a análise sobre o imediato também é importante, pois é partindo dele que se pode visualizar, mesmo com pouca clareza, o primeiro momento da *dinâmica histórica do presente*. E Gramsci busca interpretar, ou mesmo captar, ao máximo essa *dinâmica*. Para ele o movimento da nação se dá dessa forma fragmentada, entretanto sua existência não deve ser entendida como algo da natureza, sem razão e história. A realidade nacional, mesmo assumindo tal caráter, deveria ser controlada e direcionada ao avanço histórico. E para isso Gramsci tinha como referência as *heranças históricas*, nacional-conservadora e internacional-progressista.



O predomínio de movimentos conservadores entre os italianos, não poderia assumir o significado posto pelo imediatismo, ou seja, o de natural e a-histórico. A *dinâmica do presente* deveria ser compreendida em suas *possibilidades*, no caso aqui tratado, a entrada de aspectos progressistas particulares de diversos movimentos, com destaque para a Revolução de Outubro.

Em certo sentido, a captação ou compreensão desse momento fragmentado da realidade nacional, mas que deve ser enquadrado numa *dinâmica histórica*, tem em Gramsci uma definição: “filologia viva”. Esse conceito será aprofundado pelo autor nos *Cadernos do cárcere*. Os termos em que o autor fornece as definições desse instrumento conceitual são os seguintes:

A experiência sobre a qual se baseia a filosofia da práxis não pode ser esquematizada; ela é a própria história em sua infinita variedade e multiplicidade, cujo estudo pode dar lugar ao nascimento da ‘filologia’ como método de erudição na verificação dos fatos particulares e ao nascimento da filosofia entendida como metodologia geral da história. (Gramsci, 1999, VI. p.146)

Aqui o estudo das civilizações por meio de *textos*, como é tradicionalmente definida a filologia, ganha uma nova interpretação. Para Gramsci, a filologia deveria ser o estudo das civilizações por meio da *vida* em toda sua multiplicidade, em todo seu movimento. Assim, com ele, filologia assume um novo significado conceitual. Na verdade, a “filologia viva” de Gramsci é uma importante forma de captar o movimento da história. Um modo de criticar o capitalismo e construir o movimento comunista.

Ao longo dos *Quaderni* outras definições são oferecidas, sempre colocando em destaque a importância das questões particulares para o entendimento da vida social em movimento, ou seja, da *dinâmica histórica*. No entanto, antes mesmo da prisão, Gramsci já

sugere tal método de análise sobre a realidade. Pelo menos é o que fica evidenciado quando se verifica sua produção pré-carcerária, bastante heterogênea sobre os assuntos abordados.

Então, segundo sugere o autor italiano, a *dinâmica histórica do presente*, ou seja, o movimento imediato-mediato e particularizado dos acontecimentos da nação poderia ser captado e entendido tendo em *mente* o recurso da “filologia viva”.

Neste sentido, a partir de algumas organizações chaves, Gramsci busca compreender inúmeras relações sociais, ou seja, a língua, a cultura, os partidos políticos, os jornais, a igreja, a monarquia, o parlamento, a universidade, a escola, a cidade, a maçonaria, o exército, os sindicatos operários, a ciência (médicos e hospitais), o teatro, o livro, etc, eram todos portas de entrada da *dinâmica* do mundo e da nação. Em cada um destes “elementos se entrelaçam e se revelam sentimentos, comportamentos, modos de ser italiano...” (Zanantoni, 2000, p. 70) Por meio deles era possível enxergar uma realidade múltipla em criatividade, em contradição, em luta, etc.

Um bom exemplo disso pode ser dado visualizando a Revista comunista *L'Ordine Nuovo* a qual, de certo modo, foi criada para fazer uma mediação cultural entre a classe operária italiana e os processos sociais de seu país e do mundo existentes no pós-guerra. Esta revista ajudava os operários a compreenderem tanto a crise social da nação, gerada pela guerra mundial, quanto a importância da Revolução Russa em termos culturais. Assim, por meio dela os trabalhadores poderiam ter uma visão múltipla da *dinâmica histórica do presente* nacional.

Assim, Gramsci entende sua realidade nacional por meio da heterogeneidade dos fatos, como se a nação fosse um “prisma” que é iluminado de acordo com o movimento historicamente determinante. No caso da península, até aquele momento, por “luzes” anti-



populares. Daí o seu interesse em contribuir para que todos os aspectos da vida social fossem ocupados pela cultura comunista. E é neste sentido que conceitos como “hegemonia”, “reforma intelectual e moral”, “guerra de posição”, “partido como intelectual-coletivo”, entre muitos outros, ganham um significado nacional.

Gramsci propõe como projeto nacional para a península, a criação de um novo movimento histórico, partindo das classes subalternas, a fim de criar diversos focos de luzes sobre a vida dos italianos.

Para alcançar tal propósito era necessário entender o andamento da realidade italiana em suas manifestações decisivas. E mesmo a vida nacional tendo um movimento de múltiplas determinações, ela possuía alguns pontos chaves para a sua *dinâmica*. Como pode ser os casos das *heranças históricas* nacionais e internacionais. O choque entre elas produziria uma série de fatores importantes nos quais as lutas político-sociais se expressavam. Justamente aqui os comunistas deveriam sair vitoriosos para assumir o controle do processo histórico e da *dinâmica do presente*, objetivando a fundação de uma *nação* realmente progressista e popular.

#### 4.2 Ação e reação na vida nacional

No momento da Primeira Guerra Mundial, Gramsci já sinaliza tais afirmações. Em seu texto *Neutralidade ativa e operante* de 1914, algumas questões sobre a relação entre a *herança histórica nacional* e a *herança histórica internacional* já surgiam como determinantes para o *presente*, e até mesmo para o futuro, da península.



Em meio à profunda crise social provocada pela Guerra, não só na Itália, mas em toda Europa, Gramsci questiona a postura do PSI sobre sua defesa de uma “neutralidade absoluta” frente aos fatos históricos da época. Para ele, essa forma de neutralidade foi útil apenas nos primeiros momentos da crise, quando todos foram tomados pelo imprevisto e imediatismo. Entretanto, num segundo momento, a “neutralidade absoluta” não mais poderia atender às necessidades concretas, passando a ser uma posição conservadora e anti-popular. Não havia mais espaços para a neutralidade, uma vez explicitadas as contradições e as tomadas de posições que envolviam a Guerra. Não assumir uma posição frente aos fatos era quase impossível, pelo menos do ponto de vista dos revolucionários.

Era absurdo querer que o “proletariado assistisse como espectador imparcial aos acontecimentos, deixando que estes trouxessem sua hora, enquanto que nesse tempo os adversários criassem, eles mesmos, sua hora e preparassem sua plataforma para a luta de classes.” (Gramsci, 1970, p. 12)

A “neutralidade absoluta” deveria ser transformada em “neutralidade ativa e operante”, pois assim poderia se produzir sobre a guerra uma ação contrária e não uma passividade imparcial. Além do mais, tal palavra de ordem poderia dinamizar e explicitar o caráter contraditório da vida nacional italiana, à medida que as posições das classes poderiam se tornar conflitantes segundo seus interesses. As classes trabalhadoras deveriam saber quais são as posições das classes dominantes de seu país para poder entender a *dinâmica* do processo histórico.

Aqui, de certo modo, Gramsci estabelece um diálogo não convergente com Croce – defensor de uma “unidade nacional” para a guerra. “Já no tempo da guerra líbica, o filósofo





napolitano havia lamentado o fato que o movimento socialista de inspiração marxista tinha minado a ‘consciência da unidade social’...” (Losurdo, 1997, p. 42)

E foi nesta direção que Gramsci direcionou o seu raciocínio, neste texto de 1914, quando faz a seguinte interrogação: “ ‘Qual deve ser a função do Partido Socialista Italiano (...) no presente momento da vida italiana?’ ” (Gramsci, 1970, p. 11)

Sua defesa era de que o PSI, mesmo sendo um partido italiano, deveria ser associado à Internacional socialista e, por isso, ao movimento operário mundial. Além disso, deveria ter a tarefa de

conquistar para a Internacional a nação italiana. Esta tarefa *imediate*, sempre *atual*, o confere características *especiais*, *nacionais*, que o obrigam a assumir na vida italiana uma função específica e uma responsabilidade própria. (...) E no desenvolvimento dessa sua função é *autônomo*, não depende da Internacional senão pelo objetivo supremo que faz conseguir pelo caráter de classe que deve apresentar sempre essa luta. (Gramsci, 1970, p. 11)

Com isso, o partido se libertaria de suas incrustações burguesas e, portanto, anti-populares. A relação com a Internacional possibilitava ao partido uma visão mais ampla do processo em curso, lançando-o à necessidade de comprometer-se com o movimento operário revolucionário italiano e mundial. De maneira geral, “o intenso valor que Gramsci percebe na Internacional Comunista está na sua clara percepção de que os processos particulares ocorrem dentro do contexto da história do gênero humano...” (Del Roio, 2003, pp. 55-56)

Gramsci busca, por um lado, romper com a tradição conservadora da península, por outro, aproximar as forças progressistas de seu país com os movimentos externos. Esta, então, é a hora na qual a tradição anti-popular e a-nacional da península se choca com os movimentos progressistas de fora. Ao que parece, a síntese desse processo proposta por

Gramsci está assentada na ligação do partido com a Internacional, e neste sentido no compromisso com as questões mundiais do movimento operário, tendo em vista a manutenção da “autonomia” do mesmo, quer dizer, da sua *função* nacional junto às classes populares.

Gramsci, na verdade, está propondo uma nova configuração para o Partido Socialista, preso ainda à tradição anti-revolucionária da península. Certamente este caráter do PSI não continha nenhuma exclusividade, pois em outros países o mesmo ocorria. Acontece que na Itália isto assumia um sentido bastante caro às camadas subalternas, ou seja, a permanência do elitismo, mesmo tendo uma característica nova.

O PSI acabava por representar uma ampliação do anti-popular sobre as camadas trabalhadoras, como se fosse uma extensão do conservadorismo sobre seus aspectos políticos, culturais e sociais. Em relação ao seu modo de luta puramente parlamentar, Gramsci, no artigo *Os grupos comunistas* de 1920, diz: “A forma tradicional de organização do Partido Socialista não é distinta da forma de qualquer outro partido nascido no terreno da democracia liberal.” (Gramsci, 1970, p.94) Isso certamente dificultava o desenvolvimento de um projeto realmente nacional para o proletariado e os camponeses da Itália, criando falsos laços organizativos e revolucionários entre eles.

No caso exclusivo do partido, Gramsci tentará resolver esta questão defendendo a fundação de um outro. E neste sentido foi vitorioso, pois conseguiu pôr em prática um dos pontos-chaves de seu projeto nacional, ajudando a construir, em 1921, o Partido Comunista d'Itália. O PCI representava, entre outras coisas, um novo momento da organização das classes trabalhadoras da península. E este partido novo, enquadrava-se em algo exposto pelo autor anos antes, em 1916 em *Socialismo e cultura*, quando afirmou que



...toda revolução tem sido precedida por um intenso trabalho de crítica, de penetração cultural, de permeação de idéias através de agregados humanos a princípio refratários e somente atentos a resolver dia a dia, hora a hora, para eles mesmos seus problemas econômicos e políticos, sem vínculos de solidariedades com os demais que se encontravam nas mesmas condições. (Gramsci, 1970, p. 16)

Para Gramsci, o PCI representava um dos primeiros passos para esse acúmulo cultural e revolucionário necessário à construção da *nação nova*. Mesmo tendo pela frente uma difícil tarefa, representada pela luta diária, mas não imediatista, em favor dos principais sujeitos dessa construção nacional, isto é, os camponeses e os operários.

A questão colocada para Gramsci estava em torno da “incapacidade do PSI de guiar as massas populares no processo revolucionário. O partido tinha passado todo o período que vai do fim da guerra ao biênio vermelho em plena radicalização verbal, sem no entanto articular qualquer alternativa prática.” (Dias, 2000, p.234)

A ausência de uma tradição histórica em relação aos movimentos populares, impunha aos revolucionários italianos um trabalho bastante árduo, pois era preciso convencer os indivíduos a se movimentarem mesmo tendo uma *herança* propícia à falta de ação.

Na Itália, diferentemente de países como a França, Alemanha, Inglaterra, entre outros, nos quais instauraram em algum momento da história um processo revolucionário, o trabalho de difusão de uma cultura comunista seria mais dificultoso.

Em decorrência, o próprio nível intelectual dos trabalhadores deveria ser levado em conta. Pensando nisso, Gramsci, em 1918, no texto *Cultura e luta de classes*, lembra que os

semanários socialistas devem se adaptar ao nível médio das capacidades regionais às quais se dirigem; o tom dos escritos e da propaganda tem que ser sempre, no entanto, um tanto superior a essa média, para que haja um estímulo para o progresso intelectual, para que ao menos certo número de trabalhadores saia da genérica indistinção dos opúsculos reiteradamente

refletidos e consolide o espírito em uma superior visão crítica da história e do mundo na qual vive e luta. (Gramsci, 1970, pp.42-3)

Neste sentido, o autor busca elevar o nível intelectual e moral dos trabalhadores por meio da imprensa. Ela se apresentava como uma forma indispensável de expandir os conceitos, os sistemas filosóficos, o processo histórico e a cultura comunista. E para obter êxito era necessário conhecer as particularidades regionais da península. Era preciso reconhecer as diferenças estruturais entre as cidades claramente operárias, como Turim, e aquelas voltadas para o trabalho agrícola. Isso possibilitaria criar um fio unitário entre essas particularidades para um projeto nacional progressista.

Então, para que a cultura comunista pudesse conquistar *espaços* sobre a península, era preciso estabelecer as devidas mediações com as especificidades regionais. Isso viabilizaria um novo projeto nacional para a Itália, tendo como base as classes trabalhadoras que, em sua opinião, são as classes verdadeiramente nacionais. Assim, a retirada da visão provinciana dos operários e dos camponeses, com objetivo da *integração* nacional, teria como referência a cultura comunista. Esta seria o elemento de encontro dessas particularidades.

Gramsci, com especial destaque para o período do pós-guerra, demonstrou um profundo interesse referente às questões da educação e da disciplina revolucionária sobre os trabalhadores. Já que este foi um momento bastante confuso e tumultuado para a vida social italiana.

Em seu texto *Democracia Operária*, publicado no *L'Ordine Nuovo* em 1919, perguntava, “Como dominar as imensas forças desencadeadas pela guerra?”, ou ainda, “como disciplinar e dar-lhes uma forma política que contenha em si a virtude de



desenvolver-se normalmente, de integrar-se continuamente até converter-se em Estado socialista no qual se encarnará a ditadura do proletariado?”, enfim, “como unir o presente com o futuro, satisfazendo as necessidades urgentes do presente e trabalhando utilmente para criar e ‘antecipar’ o futuro?” Aqui, portanto, ficam claras as inquietações do autor italiano sobre a organização das classes subalternas com intuito de construir uma nova realidade social e nacional para a península. Gramsci acreditava que as respostas a tais problemas proporcionariam uma ação fundamental para os trabalhadores, pois exigiria uma mútua aproximação “um trabalho comum e solidário de clarificação, de persuasão e de educação recíproca.” (Gramsci, 1970, p. 59)

Sem esse movimento, a cultura comunista não obteria êxito em sua difusão nacional, pois não conseguiria acompanhar a *dinâmica* do cotidiano. Aqui estava em jogo até mesmo a tomada do poder estatal, pois uma vez organizada as potencialidades revolucionárias existentes na nação italiana o domínio do Estado, por parte das classes exploradas, poderia ser efetivado.

Ainda neste texto, Gramsci aponta o Estado como uma instituição de “gestão e de domínio do patrimônio nacional.” (Gramsci, 1970, p.59) E essa sua função deveria ser retirada das mãos da burguesia. Na verdade, eram os operários e camponeses que deveriam assumir o seu controle.

Para ele, o partido se colocava como um órgão fundamental no impulso organizativo dos trabalhadores. Ele deveria se encarregar da disciplina e da orientação sobre a fragmentada vida cotidiana. Em suas palavras:

Era necessário dar forma e disciplina permanente a essas energias desordenadas e caóticas, absolve-las, coordena-las e potencia-las, fazer da classe proletária e semi-proletária uma sociedade organizada que se

eduque, que consiga uma experiência, que adquira consciência responsável dos deveres que incumbem às classes chegadas ao poder do Estado. (Gramsci, 1970, pp. 59-60)

Portanto, o partido poderia centralizar as forças e as energias revolucionárias para um determinado objetivo. Além disso, ele deveria assumir a tarefa de difusor da cultura comunista em todos os aspectos da vida nacional. Em especial, a cultura fundamentada no nacional-popular também era entendida como central na luta social pela conquista da “hegemonia”. Isso coloca a exigência de que o partido não poderia “lutar apenas por uma renovação política, econômica e social, mas por uma revolução cultural. Na batalha pela conquista da hegemonia e da direção político-ideológica, a frente cultural ocupa lugar decisivo.” (Moraes, 2003, p.2)

No entanto, para obter os devidos resultados, seu movimento deveria acompanhar as múltiplas manifestações das classes trabalhadoras, em toda sua riqueza e criatividade. Suas instituições sociais espontâneas deveriam ser organizadas e articuladas com os objetivos de construir uma nova forma de conceber a nação italiana.

Um bom exemplo de organização espontânea dos trabalhadores italianos que poderia ser potencializado o sentimento comunista, corresponde às Comissões Internas de Fabrica. Aqui, também se enquadram as organizações de bairro. Na verdade, onde existisse algum aspecto de democracia operária, os comunistas deveriam atuar de modo decisivo para o enriquecimento político-cultural dela. Esses sistemas – diz Gramsci, ainda em *Democracia operária* de 1919 – de democracia

operária (completados pelas organizações equivalente dos camponeses) dariam forma e disciplina permanentes às massas, seriam uma significativa escola de experiência política e administrativa, enquadrariam as massas até o último homem, acostumando-as à tenacidade e à perseverança, acostumando-as a considerar-se como um exército em



campo de batalha, o qual necessita uma coesão firme senão querer ser destruído e reduzido à escravidão. (Gramsci, 1970, p. 61)

O Estado operário e camponês seria então um aprofundamento radical das já existentes instituições sociais construídas por tais classes. Afinal de contas, o poder estatal das classes revolucionárias não surgiria aleatoriamente, pois é necessário um determinado acúmulo histórico para tal feito.

Mesmo Gramsci não aprofundando, neste momento de sua produção intelectual, suas idéias sobre a relação nação-Estado, ao que parece, a construção da *nação nova* não se coloca como dependente do poder estatal para se desenvolver. Certamente que o Estado não está ausente em seu projeto nacional, no entanto, a nação organiza-se e dinamiza-se com um grau de autonomia considerável.

O domínio estatal era apenas mais um meio para a *reconstrução estrutural* da nação italiana. De qualquer forma, o controle do Estado pelos trabalhadores estava claramente em seus projetos e, neste sentido, buscava aproximação com as experiências soviéticas. Assim, a palavra de ordem “Todo poder aos Soviets”, deveria ser lançada às particularidades italianas.

Um dos principais locais da sociedade no qual o trabalho de difusão da cultural comunista deveria ser aprofundado correspondia à fábrica. Era no local da produção social que o projeto nacional progressista deveria primeiro se consolidar.

Mesmo não tendo, Gramsci e os membros do *L'Ordine Nuovo*, convertido culturalmente as lutas de Turim, em lutas de todas as classes subalternas da península, as experiências dos operários do Norte se constituíram num fundamental precedente para se projetar a organização da *nação nova*. Mesmo tendo o proletariado se isolado

nacionalmente, principalmente frente aos camponeses do Sul, eles abriram uma grande brecha interna para se questionar a tradição conservadora da península.

O *espaço* da fábrica, segundo Gramsci, poderia ser palco de uma ampla educação comunista. Ainda em 1919, ele publica no *L'Ordine Nuovo*, um texto sobre os comissários de seção da Fiat, afirmando que

...se é verdade que a nova sociedade se baseará no trabalho e na coordenação das energias dos produtores, então os lugares nos quais se trabalha, nos quais os produtores vivem e atuam em comum, serão amanhã os centros do organismo social e terão que ocupar a posição das entidades diretivas da sociedade de hoje. (Gramsci, 1970, p. 63)

E, em sua opinião, as classes trabalhadoras estavam cada vez mais conscientes da história na qual viviam. Questões antes vistas somente por indivíduos dotados de amplos conhecimentos, agora já podiam ser percebidas pelos operários comuns. O que poderia facilitar o trabalho dos comunistas mais esclarecidos sobre os menos conscientes. Justamente como aconteceu no caso do grupo l'ordinuovista frente aos operários do Norte. O periódico somente favoreceu “a concretização de uma aspiração que já estava latente na consciência das massas trabalhadoras. Por isso nos têm entendido tão depressa, por isso se tem podido passar tão seguramente da discussão à realização.” (Gramsci, 1970, p. 63)

Na verdade, essa visão mais clara sobre a realidade possibilitada pelas próprias contradições, cada vez mais explícitas da história, não se apresentava somente entre os italianos. Para Gramsci “o minério inglês, o *mujik* russo, enfim, todos os trabalhadores do mundo, intuem com maior ou menor segurança, sentem de modo mais ou menos direto a verdade que era prevista somente por homens de estudo...” E para compreender esse movimento, o grupo l'ordinuovista recolhia e expunha em sua revista os “resultados das experiências dos outros países, para fornecer os elementos de estudo das aplicações



práticas”. (Gramsci, 1970, p. 63) Portanto, os elementos presentes na realidade dos operários da Itália, deveriam ser interligados com os nexos da cadeia mundial.

Todavia, não era apenas para o mundo que o proletariado deveria olhar, pois sua organização deveria conquistar a nação. Partindo das fábricas, ele deveria demonstrar impulsos para o domínio cultural dos vários momentos nacionais. Assim, argumenta o autor italiano ainda no texto sobre os comissários de seção da Fiat de 1919, que os

órgãos centrais que surgem para cada grupo de seções, para cada grupo de fábricas, para cada cidade, para cada região, até um supremo Conselho Operário Nacional, seguirão se organizando, intensificando o trabalho de controle, preparação e de ordenação da classe inteira para fins de conquistas e de governo. (Gramsci, 1970, pp. 65-66)

Então a fábrica possibilitava um processo educativo muito mais amplo do que o conhecimento puramente técnico-produtivo. Também por meio dela, o trabalhador poderia encontrar a política, fundamental para um movimento contrário ao isolamento profissional e corporativo. Além de ser uma escola da produção, ela também apresentava elementos culturais gerais para as classes trabalhadoras. Nela os trabalhadores poderiam conquistar a função histórica de homens produtivos saindo da condição de escravos, podendo assim produzir de modo muito mais aperfeiçoado. Desde que não fosse entendida de modo imediato e corporativo, a fábrica poderia ser um dos primeiros passos para a construção de uma *nação nova*, na qual os trabalhadores pudessem controlar o mundo material de sua nacionalidade.

Dando sequência ao seu raciocínio, Gramsci afirma em 1920 no texto *O instrumento de trabalho*, também no *L'Ordine Nuovo*, o seguinte:

O Conselho de fábrica e o sistema dos Conselhos de fábrica ensaiam e revelam em primeira instância as novas posições que ocupa a classe operária no campo da produção, dão à classe operária consciência de seu

valor atual, de sua real função, de sua real responsabilidade, de seu futuro.  
(Gramsci, 1970, p. 66)

A organização do proletariado nas fábricas explicitava o que tinha de novo no presente da sociedade italiana, favorecendo para um futuro ainda mais inovador. Os Conselhos deram ao seu movimento um acúmulo de experiência bem mais importante do que a leitura de alguns livros. Os operários se educaram na prática, conquistando de tal forma *espaços* no interior da fábrica que passaram até mesmo a questionar a utilidade dos técnicos.

E este tipo de trabalhador deveria ser encarado como um novo personagem da história italiana. Talvez, ele representasse o elemento social mais avançado da Itália da época de Gramsci, e um dos únicos *sujeitos* capazes de construir a *nação nova*.

No entanto, justamente por essa condição sentia cada vez mais o peso da produção social. Tudo pelo fato dos operários cada vez mais terem que produzir para um número cada vez maior de indivíduos improdutivos ligados à burocracia estatal, à inércia dos proprietários dos meios de produção, à pequena-burguesia ociosa, etc.

Independentemente disso, o fato dos trabalhadores terem conquistado uma importante autonomia na fábrica sinalizava uma tentativa de superação das forças conservadoras no campo da produção material. Quer dizer, era neste nível da luta de classes que a história italiana do *presente* recolocava seus problemas estruturais tradicionais em movimento e em contradição.

Ainda em 1920, no artigo *Por uma renovação do Partido Socialista*, Gramsci declarou que os trabalhadores da indústria e da agricultura estavam, em todo território nacional, organizando-se com o objetivo de questionar o sistema produtivo burguês. Em



sua opinião queriam “uma ordem nova no processo produtivo e distributivo...” (Gramsci, 1970, p. 71)

Os industriais e os latifundiários mantinham seus domínios somente com a ajuda armada do Estado. Sem ela, toda crise nacional e internacional do *capital*, que lançou os trabalhadores a condições bastante desfavoráveis, já teria sido subvertida pelas forças revolucionárias dos operários e camponeses.

Para o autor este era um momento de extrema crise do *capital*, no qual as classes trabalhadoras deveriam se organizar e ocupar os *espaços* deixados pelas forças conservadoras. Entretanto, suas representações políticas não estavam acompanhando o mesmo ritmo das contradições históricas e isso nem no âmbito nacional nem no internacional. Era preciso um processo de renovação das instituições operárias para a ampliação do seu poder de classe.

Tanto isso era verdade que Gramsci, neste texto afirma o seguinte:

As forças operárias e camponesas carecem de coordenação e de concentração revolucionária porque os organizamos diretivos do Partido Socialista têm mostrado que não entendem absolutamente nada da fase de desenvolvimento que atravessa no período atual a história nacional e internacional, e que não compreendem nada da missão que incumbe aos organismos de luta do proletariado revolucionário. (...) Sua tarefa consiste em atrair a atenção de toda a massa, em obter que suas diretrizes sejam diretrizes de toda a massa, em conquistar a confiança permanente de toda a massa, para converter-se em seu guia e cabeça reflexiva. Por isso é necessário que o partido viva sempre submerso na efetiva realidade da luta de classes desenvolvida pelo proletariado industrial e agrícola, compreendendo as diversas fases, os diversos episódios, as múltiplas manifestações dessa luta, com o objetivo de poder dar uma direção real ao conjunto dos movimentos e infundir nas massas a convicção de que existe uma ordem imanente à espantosa desordem atual, um a ordem que, uma vez organizada, regenera a sociedade dos homens e fará que o instrumento de trabalho seja adequado para satisfazer as exigências da vida elementar e do processo civil...(Gramsci, 1970, pp. 72-73)

Aqui, Gramsci expõe algumas questões importantes. Em primeiro lugar, coloca-se a necessidade de uma renovação partidário-organizativa para o movimento operário, quer dizer, para compreender a situação histórica nacional da Itália, os trabalhadores precisavam de instituições novas que dessem conta da realidade. Em segundo, essa nova configuração de partido deveria além de captar as múltiplas dimensões das lutas sociais, também uni-las para uma direção determinada.

Portanto, Gramsci sugere duas coisas: uma está centrada na necessidade de uma nova organização do proletariado, outra se assenta numa nova visão sobre a realidade, em certo sentido original no movimento comunista italiano, caracterizada pela dinâmica multidimensional dos fatos. Esse tipo de análise *metodológica* sobre a realidade, rompia radicalmente com a forma empreendida pelo PSI.

As múltiplas cores da nação tinham que ser entendidas dentro de um processo histórico determinado. Os socialistas não compreendiam a história a partir da multiplicidade, mas sim por meio dos esquemas fechados e lineares, sem delegar qualquer força criativa aos trabalhadores. Não davam a necessária educação comunista aos seus representados.

Além do mais, não agiam de acordo com as resoluções da III Internacional, ou seja, retiravam-se tanto do movimento operário nacional quanto mundial. Nas palavras de Gramsci “o partido está ausente do movimento internacional.” (Gramsci, 1970, p. 74) Quando buscavam vínculos internacionais, faziam com a II Internacional, marcada pelo revisionismo e positivismo.

Diante disso, a situação do PSI em relação ao movimento operário nacional tornava cada vez mais precária, não possibilitando qualquer modificação no âmbito cultural e



educativo dos trabalhadores. Internamente não apresentava capacidade de superação do velho e criação do novo, no campo externo também não direcionava qualquer vínculo com a tradição progressista mundial. Assim, sua função de impulsionador da *nação nova* não existia.

Na verdade, a ruptura pensada por Gramsci sobre os princípios morais e intelectuais do PSI, estava conectada à rejeição de um amplo movimento de idéias introduzidas na Itália do final do século XIX e início do XX – caracterizado pela junção do marxismo, fundamentalmente do velho Engels, com o evolucionismo da natureza de Dárlwin. (Zappellini, 1981)

Do ponto de vista histórico, essa ampla corrente intelectual, tendo com Labriola e Loria sua grande expressão, introduzira elementos teóricos na historiografia italiana que indicavam uma leitura linear e homogênea sobre os diversos momentos históricos da península. Os esquemas sociológicos assentados no relativismo e no objetivismo teórico “da filosofia da história engelsiana demonstrava, na prática da pesquisa, uma notável identidade de concepções que conduzem àquela visão pan-capitalista do mundo antigo, comum à historiografia econômico-jurídica...” (Zappellini, 1981, p. 263)

Já sob o ângulo político, a introdução dos pressupostos positivistas e também neokantistas “na cultura do movimento operário, do qual o debate sobre o revisionismo foi um exemplo forte, subsumiu a classe operária a hegemonia burguesa, sob a forma de reformismo...” (Del Roio, 2003, p. 11)

E Gramsci se coloca como um profundo crítico dessa primeira geração de intelectuais marxistas da Itália, nos *Quaderni* isso fica bastante evidente. No entanto, aqui, no período pré-carcerário, já se percebe a sua negação frente à visão naturalista da história

apresentada por intelectuais do movimento socialista, não apenas italiano mas também mundial, da época. Desse modo, o autor caminhava juntamente com G. Lukács para um movimento conhecido como a “segunda fase da refundação comunista”, sendo Lenin e Rosa Luxemburgo os principais expoentes da primeira. (Del Roio, 2003)

De fato esse reconhecimento da presença de elementos teórico e político completamente incompatíveis com a filosofia marxiana, fez Gramsci romper com uma milenar *herança* anti-popular italiana, agora com roupagens socialistas. Em consequência, o seu projeto nacional passou a assumir configurações próprias, longe daquelas idéias conservadoras e elitistas presentes na cultura, na filosofia, na política, etc, da história da península. Distante do reformismo, do revisionismo e da ampla tendência a-nacional do país, o autor busca interligar a inovação da nação italiana tanto ao processo revolucionário quanto à cultura comunista, numa tentativa de redirecionar historicamente o presente e o futuro da península.

Num texto de 1920, publicado no *L'Ordine Nuovo*, cujo título chama-se *O conselho de fábrica*, Gramsci aponta os elementos dinamizadores para o surgimento de uma nação realmente nova. Em seus projetos nacionais a *nação nova*, estava intimamente ligada a um processo social e material radical. Para ser possível o nascimento de uma organização nacional original, era necessário existir seus elementos concretos. Assim seu aparecimento se daria ao mesmo tempo, ou num momento posterior, da revolução social feita pelos trabalhadores. Sobre isso, vejamos suas palavras:

A revolução proletária não é um ato arbitrário de uma organização que se afirme revolucionária, nem de um sistema de organizações que se afirmem revolucionárias. A revolução proletária é um longuíssimo processo histórico que se realiza com o nascimento e o desenvolvimento de determinadas forças produtivas (que nós resumimos com a expressão



‘proletariado’) num determinado ambiente histórico (que resumimos com as expressões ‘modo de propriedade individual, modo de produção capitalista, sistema de fábrica ou fabril, modo de organização da sociedade no Estado democrático-parlamentar’). Nessa determinada fase as forças produtivas novas não podem já desenvolver-se e organizar-se de modo autônomo nos esquemas oficiais nos quais discorre a convivência humana, nessa determinada fase se produz o ato revolucionário, o qual consiste num esforço tendente a destruir violentamente esses esquemas, a destruir todo o aparato de poder econômico no qual as forças produtivas revolucionárias estavam oprimidas e contidas; um esforço tendente a romper a máquina do Estado burguês e a construir um tipo de Estado cujos esquemas as forças produtivas liberadas criem a forma adequada para seu ulterior desenvolvimento, para sua ulterior expansão, e cuja organização encontrem a defesa e as armas necessárias e suficientes para suprimir seus adversários. (Gramsci, 1970, pp. 77-78)

Muitas dessas palavras, sem dúvida, servem para o processo de construção nacional.

Sem isso que ele defende, do ponto de vista da materialidade, certamente não seria possível almejar uma nova forma de nacionalidade. A democracia a ser conquistada deveria partir primeiramente da fábrica. É neste local que o proletariado e os comunistas em geral devem buscar inserir a liberdade democrática. “Onde não existe liberdade para o operário (...) onde o poder do proprietário é ilimitado, poder de vida ou morte sobre o operário, sobre a mulher do operário, sobre os filhos do operário.” (Gramsci, 1970, p. 79)

Na opinião de Gramsci, expressa no artigo *O movimento turinês dos conselhos de fábrica* também de 1920, os Conselhos tinham “que representar para a classe operária o modelo da sociedade comunista...” (Gramsci, 1970, p. 90) E isso não apenas para os italianos, mas para o movimento operário mundial. Os trabalhadores da Itália poderiam ser lançados à *herança* progressista internacional, quer dizer, poderiam se tornar também referência para os operários de outros países.

Por meio dos Conselhos, surgia uma ação nova entre os trabalhadores. Uma “originalidade” que colocava em xeque a tradicional organização tanto dos sindicatos

quanto dos partidos pretensamente representantes do proletariado italiano. Dando indícios da possibilidade de uma autonomia histórica. A democracia no processo produtivo, estabelecida por eles, significava uma nova forma de liberdade, muito mais concreta do que a estabelecida pela burguesia. E isto é para Gramsci fundamental, pois uma realidade comunista não se sustenta por meio de decretos e leis, como acontece com o mundo burguês, mas sim pela materialidade da vida.

No entanto, esse avanço não se prolongou. Logo os fascistas subiram ao poder. De qualquer forma, os Conselhos italianos foram uma importante experiência histórica, pois construíram algo novo para as relações humanas, visualizando a possível superação não só do mundo burguês, mas também de grande parte dos resquícios de conservadorismo *herdados* ao longo da história sobre a península. E, neste sentido, impulsionaram Gramsci em seu projeto de nação para a Itália.

Gramsci sentia que, mesmo não possuindo uma experiência histórica consolidada, a classe operária italiana demonstrava certas tendências para a criação de organizações novas. Sentia a existência de um potencial social capaz de alterar os rumos da história da península, possibilitando o rompimento com as tradições conservadoras.

Para o autor, os industriais, na época do capitalismo liberal, exerciam um importante papel na produção. A figura do proprietário na fábrica, criava a idéia de que eles eram os responsáveis pelos ganhos dos operários, desde a comida até à moradia. Com o capitalismo imperialista, isto se altera. A figura do industrial sai da fábrica, surgindo o poder do monopólio, do banco, da burocracia, etc. Com isso, o operário passou a perceber que sua força era a verdadeira responsável pela produção e a geração de riqueza social. Percebeu



que o industrial não era o responsável pelo seu alimento e habitação, mas suas próprias forças. E elas poderiam dar conta da produção, sem o proprietário individual.

Segundo Gramsci, essa revelação correspondia um avanço incalculável para as forças revolucionárias, pois possibilitava a criação de novas formas de organizações sociais. Neste sentido os Conselhos de Fabrica faziam parte do *novo*. Em *O conselho de fabrica* eles ganham o significado de

a primeira célula de um processo histórico que tem que culminar na Internacional comunista, não como organização política do proletariado revolucionário, senão como reorganização da economia mundial e como reorganização de toda convivência humana, nacional e mundial. (Gramsci, 1970, p. 81)

Este é o sentido nacional dado por Gramsci para aos Conselhos de Fabrica. No entanto, essas idéias não foram concretizadas. Mesmo tendo grandes possibilidades para isso acontecer, e aqui as greves gerais de fevereiro a março de 1920 são exemplos, a cultura acumulada por meio dos Conselhos, não saiu das fabricas, ficando isolada frente à vida nacional. Fato esse que força um complemento na conhecida expressão gramsciana “a hegemonia nasce na fabrica”, pois, de acordo com os acontecimentos, a hegemonia pode até nascer na fabrica, mas nunca *morrer* nela. O fim daquele pensamento revolucionário possivelmente hegemônico que nascia nas fábricas de Turim, deveria se dar na vida nacional, quando não no próprio movimento operário mundial. Em outras palavras, se por um lado a hegemonia nasce na fãbrica, por outro a sua defesa está fora da produção.

Os limites do *espaço* técnico-produtivo impediam a criação de um movimento nacional-popular que realmente sustentasse o surgimento de uma *nação nova*. E isso Gramsci, pouco tempo depois dos fatos, reconhece.



Na verdade, a tese marxiana da “fábrica como território nacional do proletariado”, não era algo muito definido, seus significativos provocaram diversos debates entre os comunistas, como se deu com os l’ordinuovistas.

Para Gramsci, grande parte do isolamento sofrido pelos trabalhadores se devia ao pouco comprometimento dos dirigentes do PSI e da Confederação Geral do Trabalho. Em *O movimento turinês dos conselhos de fábrica* de 1920 ambos são colocados como traidores dos “...trabalhadores de Turim e fizeram todo o possível para separar os trabalhadores e os camponeses italianos de toda ação revolucionária...” (Gramsci, 1970, p. 83)

De fato, ainda de acordo com esse artigo, “o movimento turinês não conseguiu ultrapassar o âmbito local porque todo o mecanismo burocrático dos sindicatos se pôs em movimento para impedir que as massas operárias das demais partes da Itália seguissem o exemplo de Turim.” (Gramsci, 1970, p. 92)

A imprensa do partido e dos sindicatos não demonstrara qualquer interesse em difundir ao restante da península o que estava acontecendo em Turim. O PSI se revelou incapaz de organizar, de modo revolucionário, os trabalhadores do país. Seus membros majoritários (maximalistas) não “queriam assumir a responsabilidade de guiar um processo revolucionário e aceitaram a linha reformista da CGL (Confederação Geral do Trabalho) de manter a reivindicação no plano sindical...” (Trento, 1986, p. 14)

Desse modo, os operários conscientes, mesmo tendo sido derrotados, sustentaram para o futuro duas linhas de combate: “por uma parte, contra a burguesia vitoriosa, por outra, contra os chefes traidores.” (Gramsci, 1970, p. 84)





De alguma forma, está indicado aqui que para o autor sardo o processo de construção de uma hegemonia das classes subalternas, na Itália de sua época, significava a ruptura com a estratégia dos velhos reformistas orientados pela garantia de alguns benefícios para os trabalhadores do Norte, independente do aumento da miséria do Sul – claramente dominado pelos latifundiários e pelo clero.

Turim era uma cidade bastante particular na Itália, em termos de dinâmica social. Como foi visto anteriormente, essa localidade agregava uma força revolucionária ímpar no território. Gramsci via nessa cidade, uma das poucas referências históricas importantes para o desenvolvimento da península.

Antes da revolução burguesa na Itália, Turim era a capital de um pequeno Estado que compreendia o Piemonte, a Ligúria e a Sardenha. Naquele momento predominavam em Turim a pequena indústria e o comércio, ou seja, de certa forma, já existiam indícios de avanço em termos produtivos.

Depois da unificação do reino da Itália – afirma Gramsci – e a fixação da capital a Roma, parecia que Turim perderia sua importância. Porém a cidade superou em pouco tempo as crises econômicas e se converteu num dos centros industriais mais importantes da Itália. Pode-se dizer que a Itália tem três capitais: Roma como centro administrativo do Estado burguês, Milão como centro comercial e financeiro do país (todos os bancos, as oficinas comerciais e os institutos financeiros estão concentrados em Milão) e, por último, Turim como centro industrial, no qual a produção da indústria tem conseguido seu grau de desenvolvimento mais alto. Ao fixar em Roma a capital emigrou de Turim toda a burguesia intelectual pequena e média, a qual forneceu ao novo Estado burguês o pessoal administrativo necessário para seu funcionamento; o desenvolvimento da grande indústria deu, no entanto, a Turim a flor da classe operária italiana. O processo de desenvolvimento dessa cidade é interessantíssimo desde o ponto de vista da história italiana e da revolução proletária na Itália. O proletariado turinês se converteu assim no dirigente espiritual das massas operárias italianas, que estão vinculadas com esta cidade por múltiplos laços: parentesco, tradição, história; e por laços espirituais (o ideal de todo operário italiano é poder trabalhar em Turim). (Gramsci, 1970, pp. 85-86)

Aqui, de algum modo, está revelado como no Norte a *dinâmica do presente* se estrutura historicamente. Como determinado desenvolvimento herdado da história pode delinear a configuração do processo de luta no presente. Afinal de contas, era em Turim o lugar de maior tensão revolucionária, onde ela se tornava mais viva.

Por sua vez, isso também mostra como Gramsci pensa o *tempo-espço* do seu país, ou seja, sem homogeneização de qualquer espécie da vida nacional. As particularidades deveriam ser ressaltadas em todos os aspectos, isto é, do geográfico ao cultural, do político ao econômico, do filosófico ao educativo. Todos respeitando seus limites e alcances históricos. Isto seria uma análise filológica da vida nacional italiana.

Seguindo o raciocínio do autor, o proletariado turinês certamente herdava da história italiana certo tipo de avanço, pelo menos em termos produtivos. Isso, sem dúvida, deveria ser mantido e aperfeiçoado em sentido revolucionário. Já a sua cultura comunista, fundamentada nos Conselhos, não teve vida longa, seu amadurecimento político-cultural com as greves gerais não teve a rapidez necessária para uma consolidação realmente nacional. Mais rápido foram as forças conservadoras, e anti-populares.

Mesmo se os Conselhos fossem entendidos como resultados de um longo acúmulo que se iniciou na pequena indústria da Idade Média, do ponto de vista da cultura comunista e popular, eles acabavam de nascer. Sendo necessário recuperar as conquistas de outros povos, como forma de experiência progressista e popular.

Gramsci sabia dessa lacuna que a história italiana legava ao movimento operário e camponês de sua época. Sabia da necessidade de difundir experiências como da Reforma Protestante, da Revolução Francesa, mas acima de tudo, da Revolução Russa, para



fortalecer culturalmente as classes subalternas de seu país. E neste sentido ele percebe com bons olhos a receptividade dos operários italianos sobre os bolcheviques.

Para o autor, ainda no *O movimento turinês dos conselhos de fábrica*, muitos não entendiam “como havia podido o camarada Lenin conseguir tanta popularidade entre os operários turineses.” (Gramsci, 1970, p.86) Não levando em conta, portanto, a propaganda da imprensa burguesa italiana que estava “freneticamente contra Lenin e os bolcheviques, denunciando-os como bandidos, intrigantes, agentes e espões do imperialismo alemão.” (Gramsci, 1970, pp. 86-87)

Logo após a guerra, Gramsci sentia uma possibilidade bastante significativa para o fortalecimento do proletariado da península, pois este foi o momento no qual o choque entre nacional/internacional o favorecia. De um lado tinha-se uma forte insatisfação dos trabalhadores sobre a participação da Itália na guerra, além da grave crise social por ela provocada; do outro se percebia entre esses mesmos operários uma simpatia muito grande com os soviéticos.

Isto fazia unir dois elementos fundamentais para um processo revolucionário em âmbitos nacionais na Itália. Primeiro em relação à necessidade de se alterar os rumos da nação, segundo porque o processo soviético poderia contribuir decisivamente em relação à ampliação da cultura comunista entre os trabalhadores. Assim, o pós-guerra italiano abriu uma brecha histórica importante devendo ser forçada pelos operários. A superação da crise social interna e a presença da Revolução Russa eram as duas principais motivações.

Como foi dito, o rompimento com a tradição conservadora da Itália era uma questão fundamental. E para Gramsci, esse trabalho deveria ser feito não apenas pelos os operários, mas também pelos seus órgãos de representação.



Por exemplo, no grupo do *L'Ordine Nuovo*, essa questão deveria ser tratada seriamente. Como ficou explicito numa publicação intitulada *O programa de L'Ordine Nuovo*, na própria Revista em agosto de 1920. Na visão do autor, Tasca, um dos fundadores da Revista, possuía um entendimento sobre a história e a cultura prejudicial ao avanço dos trabalhadores. Para ele, cultura significava “recordar” e não “pensar”, isto é, queria “recordar” coisas mortas e desgastadas.

E Gramsci não aceitava tal reflexão como forma de desenvolvimento político-cultural do movimento operário. Aliás, nas palavras gramscianas, mesmo tendo Tasca contribuído para a formação do semanário, ele em nada se aproximava do caráter assumido pela Revista junto aos operários. Ao contrário deste, o *L'Ordine Nuovo* representava toda a originalidade histórica, *o novo*, criada pela classe operária de Turim em seus Conselhos. Enquanto Tasca defendia o retorno da “boa classe operária italiana”, o *L'Ordine Nuovo* defendia as conquistas da *nova* classe trabalhadora, ou seja, ao invés de barrar suas novas ações, com um possível retorno a algo idealizado e metafísico, dever-se-ia fortalecer ainda mais sua originalidade histórica. Em outras palavras, tinha-se que acompanhar os avanços históricos e não recolocar questões já ultrapassadas.

Além disso, Tasca também não captou um dos principais objetivos do *L'Ordine Nuovo*, isto é, fazer uma “tradução, para a realidade histórica italiana, das concepções do camarada Lenin...” (Gramsci, 1970, p. 103) Portanto, ao mesmo tempo em que ele não oferece uma leitura adequada para se entender a *herança histórico-nacional* da Itália, e neste sentido diverge de Gramsci sobre os Conselhos, também não consegue compreender o significado progressista da *herança histórico-internacional*.



Apesar da forte presença da *herança* conservadora sobre o *tempo* presente da Itália, para Gramsci a história não deve ser entendida como uma reprodução do mesmo. Como foi demonstrado, muitos aspectos da vida nacional da Itália tinham a ver com elementos do passado, no entanto, isso em nada significa o não reconhecimento de novas determinações. Quando Gramsci afirma em seu texto *O Partido Comunista* de setembro de 1920, que

...cada fenômeno histórico deve ser estudado segundo suas peculiaridades, no marco da atualidade real, como desenvolvimento da *liberdade* que se manifesta nas finalidades, nas instituições, nas formas que não podem de modo algum se confundir, nem se comparar (...) com as finalidades, as instituições e as formas de fenômenos históricos do passado. (Gramsci, 1970, p. 106)

Está justamente questionando a visão naturalista de uma história imutável e, ao mesmo tempo, fundamentando a sua maneira de entender a Filosofia da História. Para o autor sardo, a história deveria ser particularizada no *tempo* e no *espaço*.

Neste texto, publicado no *L'Ordine Nuovo*, o autor entra ainda num debate com os seguidores do importante intelectual G. Sorel, no qual a questão histórica é central.

A discussão gira em torno de que para Sorel, o cristianismo constituiu-se numa profunda revolução nas relações morais, jurídicas, filosóficas e artísticas. Quanto a isso, Gramsci não revela qualquer oposição. A divergência está quando os seguidores daquele autor, buscam julgar ou interpretar o moderno movimento operário tendo por base os antigos cristãos, ou seja, tentam explicar o *novo* por meio do *velho*. E Gramsci não admite tal formulação, pois a explicação deve partir do sentido contrário, isto é, o movimento do proletariado é que consegue desvendar os revolucionários cristãos. E isso deveria ser bem compreendido, pois na Itália a Igreja Católica exerce um poder sobre a vida nacional profundo e milenar.

Na verdade, a intenção era lançar a antiga conduta cristã aos trabalhadores, o que corresponderia a uma visão moral-conservadora do seu modo de vida e de sua forma de luta. Como o próprio Gramsci revela, "...a generalização própria dos *diletantes* pela qual os 'operários metalúrgicos de Turim' se convertem num bando de brutos que comem todos os dias frango assado, que se embebedam todas as noites nos prostíbulos, que não querem a família (...) não pode ser um pressuposto de juízo histórico". Invertendo esses pressupostos conservadores, poder-se-ia dizer que a tese na qual existiram "mártires" e "santos" no cristianismo revolucionário não passa de uma lenda, pois os cristãos modernos "comem frango, vão aos prostíbulos, embebedam, levantam falsos testemunhos, são adúlteros, etc." (Gramsci, 1970, p. 106)

Para o autor, a classe operária não poderia ser considerada inferior em relação aos antigos cristãos, muito ao contrário. A finalidade última proposta pelo cristianismo aos

seus heróis era, por seu sugestivo mistério, uma plena explicação do heroísmo, da sede de martírio, da santidade; não é necessário que entrem em ação as grandes forças humanas do caráter e da vontade para suscitar o espírito de sacrifício da personalidade que crê num prêmio celeste e na beatitude eterna. O operário comunista que durante semanas, meses e anos, desinteressadamente, após oito horas de trabalho na fábrica, trabalha mais oito horas para o partido, para o sindicato, para a cooperativa, é, desde um ponto de vista da história do homem, maior que o escravo e o artesão que desafiavam todos os perigos para acudir à reunião clandestina dos oradores." (Gramsci, 1970, p. 108)

Além de o operário moderno possuir uma mobilidade social e concreta maior em relação aos cristãos revolucionários, ele se insere numa realidade na qual suas reivindicações são representadas por instituições novas, até então inexistentes.

Sobre essa questão, Gramsci chama a atenção para o significado do Partido Comunista. Em sua opinião, a instituição partidária dos comunistas surgia na história como



algo completamente novo para os movimentos revolucionários. Por meio dela, toda a espiritualidade e a vontade dos indivíduos eram canalizadas para a ação prática, para o mundo da materialidade, coisa inexistente para os rebeldes cristãos.

O Partido se configurava num *espaço* no qual os operários modernos eram levados a um exercício físico e mental diferenciado quando comparado ao da fábrica. Nele o trabalho repetitivo das máquinas era substituído pela criatividade e pela liberdade, forçando o surgimento de uma nova espiritualidade.

Para Gramsci, a construção de uma nova personalidade humana deveria passar pela capacidade dos operários em internalizar as contradições do mundo, mais especificamente sobre a luta de classes, tratá-la como algo não apenas externo à sua subjetividade, mas também interno. A disputa contra a burguesia não poderia ser considerada apenas como uma luta contra *o outro*, externo à sua consciência, deveria também ser uma luta contra si mesmo, contra a mesquinhez e a ignorância, próprias do mundo burguês, mas que estão internalizadas em sua espiritualidade.

E o Partido, de certo modo, exercia essa função de desestruturador do mundo reificado da burguesia. Sempre lembrando que Gramsci aprofundará essa questão do Partido Comunista, especialmente do italiano, nos seus *Cadernos do cárcere*.

De qualquer forma, aqui o autor ressalta uma interessante questão, correspondente ao fato do Partido contribuir para uma visão também nova sobre a vida nacional. Toda essa introdução da *dinâmica histórica* ao universo subjetivo e íntimo dos operários, certamente significaria uma nova leitura sobre os aspectos nacionais da vida. Em outras palavras, seria o reconhecimento da nação presente nos mais variados momentos da organização social.

De certo modo, aqui estão presentes seus pressupostos sobre a organização partidária em sentido revolucionário, tendo como tarefa,

operar uma complexa teia de iniciativas políticas que não apenas reflitam a universalidade diferenciada das relações sociais, como favoreçam a conquista permanente e cumulativa de espaços no interior da esfera pública, de modo a inverter, progressivamente, a correlação de forças, projetando o conjunto dos trabalhadores como classe hegemônica. (Moraes, 2003, p. 5)

Seria possível compreender como Croce, grande intelectual da Itália e da Europa, conseguiu exercer determinado domínio sobre os pobres camponeses das pequenas cidades do Sul, ou seja, a relação intelectual-massas populares. Como entender o fascismo dentro dos marcos italianos, ou ainda desvendar o significado da aliança operário-camponesa para a península.

Dessa forma a nação ganharia uma maneira nova de interpretação, na qual os elementos nacionais seriam interligados um a um. A escola à família, a igreja aos intelectuais, o partido às classes, a cultura à política, a educação à filosofia, a hegemonia à questão geográfica e do *espaço*, etc. Portanto, seria uma nova maneira cognitiva de entender a dinâmica nacional, quer dizer, seria a introdução da “filologia viva” no pensamento das classes subalternas. O Partido Comunista, então, era o mais avançado instrumento de trabalho da classe operária, pois sua organização oferecia a possibilidade de se “descobrir” e “inventar” originais modos de vida.

Mesmo que os partidos em geral sejam atrelados ao Parlamento, o Comunista rejeita essa herança burguesa, buscando se desligar do âmbito estritamente parlamentar. Como exemplo disso, Gramsci, ainda em seu *O partido comunista* de 1920, aponta para a Revolução Russa, realizada fora do Parlamento, “por homens organizados no Partido



Comunista, por homens que no partido ganharam uma personalidade nova, ganhando novos sentimentos...” (Gramsci, 1970, p. 110)

Segundo o autor, o período do pós-guerra foi decisivo para o fortalecimento de tal organização. As consequências da guerra imperialista alteraram profundamente as estruturas do aparato nacional e internacional de produção, favorecendo o distanciamento entre aqueles partidos tradicionais nascidos no terreno parlamentar-burguês e as novas organizações políticas. Na Itália, este foi realmente um momento singular para o movimento operário e comunista. No qual se vê as grandes greves gerais, os Conselhos de Fábrica, o surgimento do *L'Ordine Nuovo*, do Partido Comunista, etc.

Neste momento, o autor sente, mesmo naquelas classes populares ligadas ao atraso, como é o caso do campesinato, certo interesse em avançar progressivamente na história. Queriam “chegar às consequências dialeticamente extremas da luta de classes, à guerra civil e ao domínio das relações econômicas” (Gramsci, 1970, p.111), salientando ainda mais a possibilidade de se aliarem ao proletariado do Norte.

Todavia, as forças tradicionais e conservadoras também se reagruparam de modo diferenciado e, em certo sentido, também original para a história. Como foi o caso do movimento fascista.

Portanto, o período do pós-guerra italiano não foi marcado apenas pelo surgimento de elementos progressistas, foi também um momento de rearranjo das forças claramente conservadoras. Assim, a península viveu um instante de indecisão histórica, no qual o *novo* e o *velho* se enfrentaram explicitamente. Então, o próprio futuro do significado de nação estava em jogo, ou seja, de um lado, a permanência do anti-popular, do outro, a instauração do seu inverso.

Nas análises de Gramsci, o capitalismo italiano vivia um momento de profunda crise representativa. Não havia mais partidos políticos que o representasse exclusivamente no Parlamento. Não tinha “já um partido cuja ideologia não abarcasse também os estratos pequeno-burgueses da cidade e dos campos que permitisse, assim, a persistência de um Estado legal com ampla base.” (Gramsci, 1970, 112)

Com exceção de parte da imprensa nacional, os industriais não tinham aliados na sociedade civil que os fortalecessem ideologicamente. A saída era a aproximação com os grupos militares e o golpe de Estado.

De um ponto de vista revolucionário e progressista, a saída estava no fortalecimento do proletariado, única classe capaz de criar uma nova ordenação social para a Itália. Se de um lado a burguesia, não mais detinha condições de manter seu poder consensual sobre a sociedade, e os camponeses não tinham uma organização fortalecida o suficiente para construir uma nova realidade, por outro, a classe operária, podia assumir tal função em tal momento histórico.

E o Partido Comunista era o único preparado para sustentar a ação dos trabalhadores. Diferentemente do PSI, ainda vinculado à *herança* tradicional e anti-popular da Itália. Somente o PCI, como “expressão da vanguarda proletária que tem consciência exata de sua missão histórica, que fundará os novos ordenamentos, que será o iniciador e o protagonista do novo e original período histórico” (Gramsci, 1970, p.113), pode se enquadrar no terreno da luta revolucionária, contrapondo-se ao movimento desordenado e caótico das massas.

Em certo sentido, aqui está posta a falta de dinâmica por parte do Partido Socialista, pretensamente representante do movimento operário, caracterizado pela inércia frente aos



acontecimentos. Segundo Gramsci, os trabalhadores italianos só não se diluíram totalmente frente à realidade, pelo fato de existirem grupos comunistas em suas organizações de base, nos sindicatos e no próprio PSI.

Além disso, o *espaço* partidário significava para os trabalhadores a ligação com a Internacional e assim com o movimento mundial do proletariado. Pode-se dizer que o PCI, significava para a classe operária um *espaço*, no qual a sua luta nacional estava intimamente ligada com a luta internacional. Ele era um dos principais meios de com o movimento mundial dos trabalhadores.

Com a ascensão do fascismo, os projetos políticos de Gramsci foram ganhando cada vez mais dificuldades para serem colocados em prática. Em 1922, com a Marcha sobre Roma, o fascismo sobe ao poder, na figura de Benito Mussolini. Em 1923, segundo o próprio Gramsci numa carta à Julia Schucht: “O Governo fascista havia suprimido todos nossos periódicos legais. Fazendo-se necessário ter no exterior um centro periodístico que funcionasse com plena eficácia.” (Gramsci, 1970, p.129)

Isso tudo dificultava bastante os trabalhos pelos quais Gramsci buscava construir seu projeto nacional italiano. Com a imprensa desativada, os comunistas perdiam um enorme *espaço* político-cultural da nação para os fascistas e a tradição conservadora.

Em 1924 Gramsci passa a revelar preocupações também com os rumos do PCI. Momento no qual ele trava importantes debates com os membros do Partido sobre suas orientações programáticas. Entre os vários temas discutidos, o que envolvia a questão da “frente única” aparecia como um dos principais.

Aqui, na verdade, estavam presentes os impactos do III Congresso da Internacional Comunista. Entre as resoluções mais importantes da IC, Gramsci destacava a fórmula

política da “frente única” que para a Itália significaria a aliança entre PCI e PSI. Entretanto, tal tese foi radicalmente rejeitada pelo autor sardo, pois para ele a política de “frente única” deveria estar interligada as particularidades nacionais. E no caso italiano, isso significava a não aliança com o PSI – claramente vinculado à tradição contra-revolucionária da península. Num primeiro momento Gramsci defendeu para a Itália uma “frente única” não política e sim sindical. A Internacional, por sua vez, insistia a aliança entre o PCI e o PSI, ficando claro que ela

não levou em conta devida a argumentação de Gramsci sobre a particularidade da situação italiana, afirmando que a única forma política possível de se atuar a frente única na Itália seria por meio da frente única sindical (...) Gramsci insistia assim na percepção de que a unidade proletária deveria ser forjada na fábrica e nas organizações de defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores. O fato de o PSI ter-se configurado como elemento constitutivo do Estado burguês impedia a efetivação de tal aliança política... (Del Roio, 2003, p. 92)

E a insistência da IC sobre o PCI, na tentativa de aproximá-lo com o PSI acabou por fragilizar a resistência operária diante do fascismo. Num segundo instante, Gramsci percebe uma outra forma de política de “frente única” para a península, a aliança operário-camponesa – “a qual deve estar voltada contra a burguesia organizada pelo fascismo e, eventualmente, contra uma possível ‘aristocracia operária’, burocratizada e corrompida pelo capital.” (Del Roio, 2003, p.193) De certo modo, Gramsci, por meio dessa política, visualizava o surgimento de novo movimento político-cultural das classes subalternas, também fundamental para o surgimento de uma *nação nova*.

Além disso, o autor, neste momento reflete em sua já citada *Carta a Togliatti, Scoccimarro e outros* de 1924, sobre a incompreensão de muitos membros do Partido



Comunista em relação à “nova fase da história não só do nosso Partido, mas também de nosso país.” (Gramsci, 2004, p.179)

Com o desenvolvimento do fascismo na Itália, o Partido Comunista deveria alterar suas relações internas, fundamentalmente em relação ao reformismo. Além disso, deveria aprofundar ainda mais suas relações com a Internacional Comunista que, aliás, exigia uma postura sobre os reformistas. Tal realidade também exigia uma ação muito mais enérgica dos seus militantes sobre as massas, seu comprometimento com o cotidiano popular e nacional deveria ser aumentado.

Na opinião de Gramsci, o partido revolucionário somente “consegue traduzir democraticamente a vontade coletiva, quando assegura permanentemente a circulação de idéias entre seus militantes, a sua função não regressiva e repressiva, mas progressista, voltada à elevação do nível ideológico” das classes subalternas. (Moraes, 2003, p. 2) Neste sentido, “todo evento, toda ocorrência de caráter local, nacional ou mundial deveria ter servido para agitar as massas através das células comunistas...” (Gramsci, 2004, p. 181)

Deveria ser fortalecido o comitê de agitação e propaganda do partido para recolher todo material local e nacional necessário e útil para seu o trabalho. “Ele deve estudar as situações locais, propor agitações, redigir manifestos e teses para orientar o trabalho dos organismos locais. Deve se apoiar em toda organização nacional, cujo núcleo constitutivo será o bairro para os grandes centros urbanos e os distritos para as zonas rurais...” (Gramsci, 2004, p.185)

Na verdade, neste período, o autor defende a expansão do Partido sobre a nação da forma mais rápida e eficiente possível, pontuando concretamente os principais *espaços* dessa atuação. Problemas como o da organização dos operários de Milão, a importância

para a revolução italiana dos marinheiros e o dos ferroviários, a questão do Sul como praça de armas do fascismo, deveriam ser enquadrados como *questões nacionais* a serem resolvidas pelos comunistas.

Esses e outros aspectos da realidade deveriam sentir a influência comunista, até mesmo como forma de concretizar, na Itália, a ditadura do proletariado que para Gramsci deve ser “expansiva e não repressiva”. Em outras palavras, a “expansão” do poder político-social da classe operária sobre a Itália, significava a presença da cultura comunista nos vários pontos da sua vida nacional.

Era de necessidade primeira disciplinar e organizar uma sociedade ainda impactada pelas conseqüências da Guerra Mundial, geradora de uma decomposição social de grandes dimensões. O que em muito favorecia ao regime fascista, interessado apenas em organizar, a seu favor, a administração e a burocracia, num processo de fascistização do Estado. Já a reconstrução da vida nacional, e da sua base de classe subalterna, composta pelos camponeses e o pelo proletariado, deveria ser uma tarefa dos comunistas. Portanto, o trabalho do Partido Comunista tinha pela frente uma complexidade muito maior e, por isso, também urgente.

Entretanto, o regime fascista também tinha uma sustentação de classe no interior da sociedade civil, sendo a pequena burguesia uma das principais. Aliás, esse vínculo do fascismo com as *classes de mediação entre capital e trabalho*, está diretamente ligado à crise capitalista. Ela lançou grande parte das *classes de mediação* a um profundo processo de degradação social, possibilitando, por sua vez, a própria existência do fascismo.

Então o regime fascista deve ser enquadrado numa crise geral e mundial do capitalismo monopolista que lança também a pequena burguesia, ou classes médias, à





desagregação social. E se existe algum tipo de originalidade no fascismo, ela está em sua capacidade de organizar a pequena burguesia, marcada pela grande fragilidade de união na ação e na ideologia. “Sem interesses comuns e sem base orgânica comum, a classe média é peculiarmente instável e se apega facilmente a idéias vagas de grandeza nacional...”, (Sweezy, 1967, p. 347) típicas do fascismo. Sendo aliás, o comunismo e o proletariado dois dos principais inimigos dessa “nação italiana”.

Todavia, Gramsci faz a seguinte pergunta, em *A crise italiana* de 1924: “Por que a crise das classes médias teve na Itália conseqüências mais radicais que nos outros países, levando ao nascimento do fascismo e à sua ascensão ao poder de Estado?” Portanto, é clara a sua preocupação em entender, no caso fascista, a particularidade italiana. Sua resposta é:

Porque entre nós, dado o escasso desenvolvimento da indústria e seu caráter regional, a pequena burguesia não só é muito numerosa, mas é também a única classe 'territorialmente' nacional: nos anos do pós-guerra, a crise capitalista assumira também a forma aguda de um esfacelamento do Estado unitário e, portanto, favorecera o renascimento de uma ideologia confusamente patriótica. Não havia outra solução que não a fascista, depois que a classe operária, em 1920, fracassou em sua tarefa de criar com seus próprios meios um Estado capaz de satisfazer também as exigências nacionais unitárias da sociedade italiana. (Gramsci, 2004, p. 263)

No entanto, o projeto fascista de modo algum solucionou os problemas da pequena burguesia, mas ao contrário os aprofundou. De qualquer forma, um dos pontos que chama a atenção nessa passagem é o fato de na Itália, e isso seria uma de suas particularidades com relação ao fortalecimento desse regime, a pequena burguesia era uma classe numerosa e a única territorialmente nacional. Isto contribuía de modo decisivo para a difusão do movimento fascista na Itália, possibilitando a sua inserção em praticamente toda península.

Muito ao contrário do que acontecia com o movimento comunista, assentado numa classe operária menos numerosa e territorialmente dispersa. Como o próprio autor diz, em 1925, na Itália o “proletariado é uma minoria da população trabalhadora e está distribuído geograficamente de tal modo que não pode pensar em levar a diante uma luta vitoriosa pelo poder sem antes dar uma solução exata ao problema de suas relações com a classe dos camponeses.” (Gramsci, 1970, p.188)

Então, o projeto social do proletariado somente poderia representar a maioria da população nacional uma vez aliado aos camponeses. Assim, poderia combater e até mesmo superar o projeto nacional fascista. De qualquer modo, as afirmações de Gramsci revelam o quanto eram amplos os problemas para os comunistas, em sua tarefa de romper com as heranças conservadoras da Itália.

Era necessário criar organismos para selar primeiro, a união – não apenas geográfica e territorial, mas também nacional – da classe operária, segundo, promover a aproximação político-cultural entre esta e os camponeses.

Por isso, Gramsci, em *O programa de L'Ordine Nuovo* de 1924, demonstra preocupações sobre o fortalecimento da Revista. Para ele a imprensa comunista poderia exercer esse papel de intercambio e aproximação cultural, educacional e nacional entre as classes subalternas. Além disso, o autor busca recolocar uma das prioridades originais do *L'Ordine Nuovo* que era de ter “sabido traduzido em linguagem histórica italiana os principais postulados da doutrina e da tática da Internacional Comunista.” (Gramsci, 2004, p. 247) De certa forma ele, com essas palavras, tentava convencer alguns membros do Partido da importância da aliança com a Internacional, pois Bordiga e a extrema-esquerda discordavam da linha empreendida por ela.



Mesmo sendo uma disputa interna do Partido, a defesa do *L'Ordine Nuovo* - elogiado até mesmo por Lenin, como tradutor italiano das questões internacionais do mundo do trabalho - está no interior de seu projeto nacional e de combate das forças fascistas que avançavam.

Se num primeiro momento, 1919-20, a "tradução" da Internacional significava para a Itália a consigna dos Conselhos de Fábrica e o domínio da produção, agora em 1924 deveria significar a necessidade da aliança operário-camponesa.

De acordo com suas palavras,

Trata-se de popularizá-la, de adequá-la às condições concretas italianas, de demonstrar como ela decorre de cada episódio de nossa vida nacional, como resume e contém em si todas as reivindicações da multiplicidade de partidos e de tendências em que o fascismo desagregou a vontade política da classe operária, mas sobretudo das massas camponesas. (Gramsci, 2004, p. 248)

Tal postura revela a tentativa do autor em compreender a dinâmica histórica não apenas de seu país, mas também do movimento internacional. Seu esforço em *atualizar* as palavras, o discurso, o raciocínio, a linguagem, etc, tinha em vista o próprio movimento histórico, suas lutas e suas tendências. Na verdade, parece que o autor busca em vários momentos colocar e recolocar a vida nacional italiana em sintonia com os acontecimentos mundiais, quer dizer, o movimento comunista de seu país não poderia se perder em suas questões internas. Como, aliás, ocorreu com os soviéticos na disputa pelo poder do PCUS, quando da morte de Lenin, devidamente alertado por Gramsci em sua carta de 1926.

E como forma de instrumentalizar o que estava nas idéias, Gramsci pensava o *L'Ordine Nuovo*. Para ele, essa Revista deveria assumir uma função especial no Partido Comunista. Seu objetivo de elevar a consciência político-cultural das classes subalternas,

"traduzindo" tanto a história nacional quanto a mundial, deveria ser recuperado na nova realidade.

Quanto às dificuldades para seu fortalecimento e crescimento, o autor, afirma que assim como no período imediato ao pós-guerra seus objetivos foram, em certo sentido, alcançados, sob o fascismo isso poderia ser repetido. Portanto, para ele o período fascista poderia ser comparado com o momento da guerra. E se naquele momento, 1919-20, conseguiram retirar o reformismo da classe operária, no período de fortalecimento do fascismo poderia acontecer o mesmo.

De algum modo, isso demonstrava que o movimento comunista italiano já tinha criado certa *herança histórico-nacional* progressista, quer dizer, nada do que Gramsci defende pode ser enquadrado em limites individuais.

Suas posições dentro do Partido devem ser analisadas a partir de um acúmulo de discussões e práticas, desenvolvidas coletivamente ao longo de alguns anos. Assim a fundação do *L'Ordine Nuovo*, do PCI, além dos Conselhos de Fábrica poderiam ser tomados como exemplos. Então, Gramsci se coloca não como um teórico preocupado em encontrar questões de cunho acadêmico, ao contrário, sua disposição está sim centrada na tentativa de ler com exatidão a história do movimento comunista de seu país.

Assim, ao que tudo indica, o período compreendido entre momento imediato ao pós-guerra e a ascensão do fascismo, pode ser considerado como o momento da história italiana no qual o movimento comunista e as classes subalternas iniciaram um projeto nacional de caráter novo. Quando Gramsci parece reconhecer a existência de órgãos e instituições voltadas para a construção de uma *nação nova*, rompendo com o tradicional conservadorismo e "traduzindo" em linguagem histórica italiana o movimento mundial dos





trabalhadores. Em outras palavras, estava surgindo na Itália a síntese revolucionária entre o nacional e o internacional.

Talvez, a desagregação estrutural do capitalismo italiano, gerador do fascismo, e a Revolução Russa tenham sido os principais motivos para o surgimento da cultura comunista italiana. Se de um lado, a *herança histórico-nacional* conservadora estava, na figura do capitalismo, em plena diluição, do outro, a *herança histórico-internacional* progressista, representada pelos soviéticos, estava em plena atividade e luta. Tudo contribuindo para o florescimento do comunismo na Itália.

Nas palavras de Gramsci, em seu *Informe sobre III Congresso (Lyon) do PCI* de 1926, o pós-guerra foi o “período em que o proletariado começou a pôr o problema de uma luta a fundo contra a burguesia pela conquista do poder.” (Gramsci, 1987, p.127) Isto, de certa forma, dava uma maior autonomia ao movimento comunista italiano, pois, uma vez iniciada uma *herança* revolucionária em seu *espaço* de luta, a classe operária não mais ficava dependente única e exclusivamente das experiências estrangeiras. Poderia já se auto-citar como *sujeito* da história.

Na leitura do autor, o importante era dar continuidade ao trabalho, tentando se desenvolver do modo mais criativo possível. A criação de cursos à distância e a formação de pequenas escolas de partido, entre outras, deveria ser expandida e orientada. O alcance do Partido junto aos trabalhadores da cidade e do campo deveria seguir os caminhos mais diversos e inimagináveis. A nação deveria ser alcançada em seus vários aspectos.

E para ajudar nessa difusão nacional da cultura comunista, Gramsci sinaliza ainda no artigo *O programa do L'Ordine Nuovo* de 1924, como necessário estabelecer correspondências “com os melhores companheiros, a fim de lhes comunicar as experiências

que neste terreno foram realizadas na Rússia e em outros países, de orientá-los, de lhes aconselhar livros a ler e métodos a aplicar.” (Gramsci, 2004, p. 251)

De modo mais claro Gramsci diz o seguinte:

Para ajudar as escolas de Partido em seu trabalho, propomo-nos publicar toda uma série de opúsculos e alguns livros. Entre os opúsculos, indicamos: 1) manuais elementares de marxismo; 2) uma exposição da palavra de ordem do governo operário e camponês aplicada à Itália; 3) um pequeno manual do propagandista, que contenha os dados essenciais sobre a vida econômica e política italiana, sobre os partidos políticos italianos, etc, ou seja, os materiais indispensáveis para a pequena propaganda (...) Pretendemos fazer uma edição italiana do *Manifesto dos comunistas*, com as notas do camarada D. Riazánov: em seu conjunto, essas notas formam um tratado completo, em forma popular, de nossas doutrinas. Pretendemos também publicar uma antologia do materialismo histórico, isto é, uma coletânea dos textos mais significativos de Marx e Engels, que forneçam um quadro do conjunto das obras destes nossos dois grandes mestres. (Gramsci, 2004, pp.252-53)

Então, o contato por parte dos comunistas com os trabalhadores, por meio de sua escola, deveria desenvolver duas importantes dimensões do conhecimento: o específico e o universal, o nacional e o internacional, o italiano e o humano. Em outras palavras, o *tempo-espaço* do operário da Itália deveria ser dinâmico e interligado, pronto a recusar idéias e ações nacionalistas e provincianas, de um lado, e cosmopolitas e idealistas, de outro.

A crítica feita por Gramsci em relação ao cosmopolitismo, buscava atingir toda aquela tradição conservadora representante dos “movimentos descolados da realidade histórica social e específica (descolamento do povo-nação, em substância), em nome de uma atribuição mais alta...” (Durante, 1999)

Em geral, mesmo com a crescente pressão dos fascistas, o PCI também tinha ampliado suas influências sobre as massas. Deixando assim, totalmente explícitas tanto a luta política quanto a luta de classes. Se por um lado o fascismo seguia tendo o apoio estatal, por outro, os comunistas tinham “triplicado a tirada do seu periódico”.



Uma das explicações para tal clima político-social, corresponde ao episódio do assassinato do social-democrata Mateotti pelos fascistas, em 10 de junho de 1924. Este crime criou um amplo movimento de oposição aos fascistas, conhecido como o *Aventino*. No entanto, logo foi rejeitado por Gramsci devido à imobilidade do "bloco das oposições". Essa situação de crise forneceu as possibilidades para se instaurar um golpe militar na Itália, segundo o próprio Gramsci, cada vez mais evidente.

A crise Mateotti, dizia em seu artigo de 1924 *A crise italiana* – que lançou, em seu momento imediato, os comunistas na luta “democrática” e parlamentar, ou seja, de transição para a tomada de poder – deveria ser enfrentada por meio da “agitação”, da “propaganda” e da “organização”, quer dizer, não colocava de imediato a tarefa de preparação para a luta aberta, mesmo não sendo descartada. Até mesmo esta luta, mais explícita, deveria ser vista no “quadro da fase de transição, como elemento de propaganda e de agitação para a conquista da maioria”. De qualquer forma, o importante é que nesta sua tarefa, o Partido Comunista deveria estar presente em cada “oportunidade concreta, em cada momento”, da classe trabalhadora, até mesmo para superar esse momento de transição. Ou então, “em toda fábrica, em toda aldeia, deve existir uma célula comunista, que represente o Partido e a Internacional, que saiba trabalhar politicamente, que tenha iniciativa.” (Gramsci, 2004, p. 275)

Aqui, novamente se sente a presença da “filologia viva” de Gramsci, como forma de projetar a luta em benefício das classes subalternas. Assim, a luta geral do Partido pela superação do *capital*, deveria ter em mente também as pequenas lutas do cotidiano dos trabalhadores, ou seja, tinha que lutar pelo “salário, pela jornada de trabalho, pela disciplina

industrial, pela habitação, pelo pão.” (Gramsci, 2004, p. 277) Sem isso, o Partido não se expandiria sobre as grandes massas operárias.

No ano seguinte, em 1925, ainda influenciado por tal *dinâmica* Gramsci, na condição de Deputado, utilizou-se da tribuna da Câmara. Na ocasião, o autor desenvolve uma reflexão bastante precisa sobre o significado do fascismo, desvendando, aos poucos, as raízes históricas e sociais do regime. Suas relações com as classes mais reacionárias da Itália e sua intenção de desmontar a classe operária.

De certo modo, a fascismo substituiu o Vaticano não apenas em relação à sua ligação com as classes rurais atrasadas, mas também em sua função de desagregação nacional. Se num primeiro momento, o Vaticano foi o principal opositor do Estado Unitário italiano, construído no *Risorgimento*, o fascismo, agora, seria o maior inimigo do novo projeto nacional germinado pelos comunistas.

Além do mais, em sua exposição Gramsci afirma claramente que o principal alvo da ação fascista, ou da lei criada contra a maçonaria italiana, era as organizações operárias. “Na verdade, o aparelho policial do Estado já considera o Partido Comunista como uma organização secreta” (Gramsci, 2004, p. 306), como ademais, era a maçônica. Mesmo assim, dizia o autor, somente o movimento revolucionário “representa hoje a situação do nosso país...” (Gramsci, 2004, p. 311)

Contrariando as idéias de Mussolini, presente na sessão, de que o fascismo seria uma revolução, Gramsci também diz ser somente uma revolução “aquela que se baseia numa nova classe. O fascismo não se baseia em nenhuma classe que já não esteve no poder...” (Gramsci, 2004, p. 304)



Para o deputado comunista, o fascismo significava uma profunda regressão histórica, não possuindo nada de novo. Na verdade, ele aparecia como uma forma encontrada pelo *capital* para se manter no poder, pois a burguesia e seus partidos não deram conta dos principais problemas da Itália, como por exemplo, a situação dos camponeses e mesmo de toda parte Sul, geradora de uma crise político-social insuportável na península.

De qualquer forma, a vitória fascista era cada vez mais próxima. Sua força social crescia em ritmo acelerado, enquanto os comunistas passavam a ser marginalizados.

Ainda em 1925, quando do III Congresso do Partido Comunista d'Itália, voltaram à tona as divergências entre Gramsci e Bordiga no interior do Partido, sendo que um dos pontos mais debatidos referia-se à própria concepção de organização partidária. Para Gramsci que se saiu vitorioso nesse importante encontro, em resumo, o Partido deveria ser caracterizado como "parte" da classe operária, enquanto Bordiga defendia a idéia de que ele era um "órgão" da classe. Em consequência, para Gramsci a "vanguarda" seria germinada da própria classe, enquanto para Bordiga ela surgia como algo exterior.

Outros temas como, por exemplo, a relação PCI e IC, também foram debatidos. Gramsci depositava uma grande importância nos resultados desse Congresso, pois ele definiria os trabalhos dos comunistas numa época bastante tumultuada. Além disso, "as teses do III Congresso do PCI indicam já um grau de maturação significativo do novo grupo dirigente e a percepção da particularidade nacional da aliança operário-camponesa." (Del Roio, 2003, p. 16)

Entretanto, mesmo diante desses conflitos tanto internos ao movimento comunista quanto externos com o fascismo, Gramsci faz - em sua carta de 1926, dirigida ao Comitê



Central do Partido Comunista (bolchevique) da União Soviética - um interessante balanço histórico do seu partido italiano. Suas palavras vão na seguinte direção:

Vocês sabem que todos os partidos da Internacional herdaram da velha socialdemocracia e das diversas tradições nacionais existentes nos diversos países (anarquismo, sindicalismo, etc., etc.) uma massa de preconceitos e de temas ideológicos que representam a fonte de todos os desvios de direita e de esquerda. Nestes últimos anos, mas sobretudo depois do V Congresso mundial, nossos partidos começaram a conquistar, através de uma dolorosa experiência, de crises fatigantes extenuantes, uma segura estabilização leninista; estávamos nos tornando verdadeiros partidos bolcheviques. (Gramsci, 2004, p. 388)

É interessante notar a referência feita pelo autor sobre a idéia anteriormente lançada no presente texto de que o momento mais importante do movimento comunista italiano se deu entre o pós-guerra e a ascensão do regime fascista. Quando certa cultura comunista se difundiu no interior do país, principalmente sobre as classes populares, possibilitando o surgimento de uma nova orientação nacional para a península.

Além disso, reforçou também a importância de se incorporar as conquistas do movimento operário mundial no desenvolvimento da classe operária italiana. Na verdade, o partido revolucionário deveria, segundo seu raciocínio desenvolvido no *Informe sobre o III Congresso (Lyon) do PCI* de 1926, “sempre, mesmo nas piores situações objetivas, procurar conservar todos os acúmulos de experiência e de capacidade técnica e política que foram se formando através dos desenvolvimentos da história da massa proletária.” (Gramsci, 1987, p.126)

A classe trabalhadora deveria sempre se voltar para suas experiências passadas, com intuito de se organizar e orientar em sentido progressista. Isso, sem dúvida, contribuiria para uma ampla e rica educação histórica.





Portanto, mesmo diante do cerco fascista foi possível consolidar certos vínculos emancipatórios na vida nacional italiana, mesmo não sendo suficientes para barrar a continuação da *herança histórico-nacional* conservadora e anti-popular.

Ainda antes de ser preso, Gramsci, em seu texto *A questão meridional* de 1926, coloca que para a classe operária ser capaz de governar “deve se despojar de todo resíduo corporativo, de todo o preconceito...” Os trabalhadores “devem pensar como membros de classe que tende a dirigir os camponeses e os intelectuais, de uma classe que só pode vencer e construir o socialismo se for ajudada e seguida pela grande maioria daqueles estratos sociais...” (Gramsci, 2004, pp. 415-16)

Portanto, o proletariado para assumir sua função de classe revolucionária perante a vida nacional italiana deveria incorporar os anseios da maioria da população, com destaque para os camponeses dos Sul.

Na verdade, o “corporativismo” de classe ressaltado pelo autor deveria ser superado, assim como deveria ser o “provincianismo”, ou mesmo, o “municipalismo”, quer dizer, os trabalhadores industriais para se tornarem classe hegemônica tinham que “traduzir” em sentido revolucionário os vários aspectos nacionais da sociedade italiana. Assim, necessitavam se despojar tanto de seus preconceitos, de seu espírito estreito de corporação, como de seu regionalismo, de suas visões particularistas, etc.

Até aqui, percebeu-se que na opinião de Antonio Gramsci a nação italiana deveria vivenciar o choque de dois grandes *blocos históricos hereditários*, o nacional-conservador e o internacional-progressista, tendo como resultado uma imensa variedade de conflitos sociais impulsionadores da sua *dinâmica histórica do presente*. Isso certamente faria com que o *tempo-espço* nacional se desdobrasse em diversos *tempos-espços*, assumindo

múltiplas cores e luzes, vistas apenas por meio da *filologia viva da nação* – expressão que pode ser entendida como consequência das discussões até aqui desenvolvidas. E foi a partir desse movimento que Gramsci buscou visualizar um novo sentido para a vida nacional italiana, percebendo e compreendendo toda a sua diversidade, de modo a canalizá-la em sentido emancipado, por uma *nação nova*.





### Considerações finais

Até o momento foi possível perceber a existência de um profundo e complexo entendimento de nação em Antonio Gramsci. Além disso, o período histórico aqui analisado não apenas demonstra o início da compreensão do autor sobre a questão nacional, mas também revela o grau de interferência da sua prática para a construção de uma *nação nova italiana* - claramente abortada pelo fascismo. Desse modo, então, confirmou-se tanto a hipótese de que existe uma reflexão sobre a "nação" em Gramsci, quanto a possibilidade de universalizar suas idéias. Afinal para ele nação e mundo assumem uma relação de íntima inter-dependência, assim como na "estética" a *forma* e o *conteúdo* não se separam.

Também foi possível notar que o *procedimento* adotado aqui para expor o entendimento de Gramsci sobre a nação parece ser adequado. Por meio dele, foi possível entender como o autor enxerga a composição da nação contemporânea e como ele a situa no *tempo* e no *espaço*. No caso aqui privilegiado, o autor ressalta a importância dos elementos internacionais progressistas frente à conformação político-cultural da história italiana, cujo predomínio se relaciona aos movimentos conservadores e a-nacionais. Para Gramsci o presente e, acima de tudo, o futuro da península estavam estritamente ligados aos desdobramentos do choque entre estes dois *blocos históricos hereditários*. Na verdade, para Gramsci a nação deveria ser vista a partir de três ângulos diferenciados, ou seja, o passado das lutas nacionais, o passado das lutas internacionais e os seus reflexos no presente de um determinado cotidiano. Identificando os conteúdos político-ideológicos das

lutas internas de uma nação e dos conflitos internacionais tornava mais clara a análise sobre os movimentos político-sociais do presente do *espaço* nacional interessado.

Por meio desse *procedimento* de exposição, pode-se dizer que o autor italiano buscou um significado de nação tendo como referência vários elementos da realidade. Para ele, ao que tudo indica, a *nação*, em sentido progressista e popular, deveria ser analisada como *vida nacional*, ou seja, como um momento histórico-social e cultural específico presente no cotidiano dos indivíduos, dos grupos, das classes, etc. Em outras palavras, a *nação*, entendida como *vida nacional*, não pode ser vista como algo abstrato e imaginário, mas como uma manifestação concreta da *vida* dos vários agentes sociais.

E mesmo tendo um elemento importante de subjetividade, ou seja, de como o conjunto da sociedade apreende o significado de uma nação, ele nunca se restringe a este momento particularizado e subjetivo presente nas classes, nos indivíduos e nos grupos, pois a sua realização está fora do imaginário e do simbólico, está na realidade, na *vida* concreta. Por isso que para Gramsci, a *nação* não pode ser vista como algo *em si*, ou seja, desvinculada da *vida social*, pois a sua “natureza” está intimamente ligada à luta ideológica e política dos *sujeitos* que em algum momento a reivindicam. Aqui, o autor se distancia radicalmente dos projetos nacionais conservadores da Itália como por exemplo, o fascista, pois ao contrário deste, Gramsci não defendia a abstrata “unidade nacional”, na qual todos são iguais.

Além disso, Gramsci também não entendia a nação como um valor *em si*, pelo fato dela ser uma condição necessária para a “participação dos povos na ‘comunidade’ mundial.” (Barata, 2000, p. 198) Em outras palavras, sem ela a união mundial do gênero humano se torna mais distante e abstrata.



Portanto, a *nação* deve ser entendida como uma construção permanente, na qual a luta e a contradição dos diversos segmentos sociais que a reivindicam, ganham cores. No caso italiano, tal construção teve ao longo do seu processo histórico o predomínio dos setores a-nacionais e assim anti-populares.

Daí a importância dada pelo autor para o entendimento de diversos focos de luta na península, como por exemplo, o partido, o sindicato, os conselhos de fábrica, os intelectuais, a igreja, a imprensa, o Sul e o Norte, etc. Em outras palavras, a *nação* deveria ser compreendida tendo aos olhos várias *questões nacionais*, incluindo aí a *questão russa*. Por meio destes *espaços* que a *nação* ganhava vida e materialidade.

Mesmo percebendo desse modo fragmentado a *nação*, Gramsci, no entanto, não se perde numa conseqüente diluição, pois pensava em unificar, em sentido progressista, tal processo. Como foi exposto, a sua saída para o problema era a construção de um movimento “nacional popular” capaz de sustentar e desenvolver uma cultura comunista.

Compreendido esse primeiro momento da explicação referente ao significado de *nação*, pode-se afirmar que Gramsci buscava projetar um movimento social nesta *vida nacional*, tendo como fundamento as classes subalternas. Ao que parece, o autor sardo não buscou apenas compreender o significado da *nação*, isto é, seus objetivos também passavam pela atuação sobre a realidade. No caso italiano, tentou materializar um movimento político-cultural, tendo como base as classes populares que pudesse sustentar uma cultura comunista. Para ele, seria por meio desse elemento cultural que a *nação* poderia ser unida de modo progressista, quer dizer, ele poderia redirecionar em sentido comunista as várias contradições compartimentadas da *vida nacional*, assim conflitos isolados como *nação-região*, *nação-mundo*, *nação-economia*, *nação-Estado*, *nação-dialeto*,

nação-cultura, nação-povo, nação-classe, nação-indivíduo, etc, poderiam ser ultrapassados em nome de uma visão ampla do movimento. Esta dinâmica é o que se pode chamar de *filologia viva da nação*.

No entanto, a cultura comunista também não pode ser vista como algo abstrato, homogêneo e desvinculado da realidade, neste caso, das classes subalternas, mas como uma forma de alcançar *todos* os momentos da *vida nacional*, ou seja, também *particularizada*. Somente através desse movimento, oscilante entre universal/particular, poder-se-ia vislumbrar certo predomínio das forças revolucionárias, significando, no caso da Itália, o redirecionamento da sua história para o “nacional-popular”. Aliás, pode-se dizer que na expressão “nacional-popular” estão contidas tanto “a recusa do cosmopolitismo que predominou na cultura e na política italiana desde o período medieval” quanto “a desmistificação do nacionalismo...” (Schlesener, 1992, p. 43)

Percebida assim é que a cultura difundida pelos comunistas italianos poderia se inserir na complexa dinâmica da *vida nacional*, acompanhando o processo múltiplo das lutas sociais do cotidiano. E é reconhecendo tais apontamentos que se pode chegar ao projeto de *nação nova* para a península, corporificado por novas instituições político-culturais, por uma nova visão de nacionalidade, etc.

Ao invés de se prender à definição conceitual de nação, como fizeram Stalin e Bauer, Gramsci se preocupou mais em entender o seu movimento tanto no *tempo* quanto no *espaço*. E, ao que tudo indica, aponta para a existência de um novo *tempo* para a nação, no qual a sua explicação está em vários *espaços* do mundo concreto e assim da *vida nacional*. Para ele a nação não se explica mais a partir de alguns setores sociais, mas de múltiplos. Em outras palavras a nação deve ser vista como um movimento que vive na e da



multiplicidade do real, ou seja, a *vida nacional* não é apenas política, mas também o é, não é apenas economia, mas também, etc. Agora o nacional faz parte da vida de amplas massas, sem falar da sua conexão com o mundo. E essa sua versatilidade sobre o entendimento de nação, ajuda a refletir a *forma-conteúdo* nacional do mundo contemporâneo, já que em seu pensamento não se coloca nenhum elemento determinante para a *vida nacional* – como aliás o fez Stalin. Assim, ele possibilita pensar os novos aspectos nacionais e seus significados.

Vista por esse ângulo, pode-se dizer que a *nação*, segundo Gramsci, não desaparece numa sociedade comunista, ou melhor, na concretização de um projeto revolucionário das classes subalternas. Ao contrário, até mesmo do que Marx sugere, para o autor italiano, a *nação* é um momento fundamental da emancipação dos trabalhadores. Tudo pelo fato de ser na *nação*, entendida como *vida nacional*, o local específico no qual determinada classe trabalhadora cria seus elementos próprios de emancipação cultural, política, econômica, etc. Obviamente que isso não é uma adesão à idéia do “socialismo num só país”. No entanto, mesmo afirmando que a “história é sempre a história do gênero humano”, Gramsci não perde de vista os elementos de criatividade sujeitos a aparecer entre os trabalhadores de uma determinada *vida nacional*. Portanto, é com este seu “comunismo crítico” que Gramsci vê a *nação* como um momento *particular* da emancipação humana, mundialmente unificada. Em outras palavras, para a realização de um projeto comunista a concretização da *nação* para os trabalhadores é tão importante quanto à materialização do internacionalismo. Neste sentido, talvez seja possível equiparar a expressão “vontade coletiva nacional-popular” com a *vontade coletiva nacional-comunista*.

De alguma forma, está presente aqui uma idéia de Rudolf Hilferding, um importante autor alemão do início do século XX, na qual sugere ser o advento da nação uma construção de cunho emancipatório, mas que no imperialismo houve uma completa e “notável deformação dessa idéia nacional”, não reconhecendo mais “o direito de toda nação à auto-determinação política.” (Sweezy, 1967, p. 412) Por meio do nacionalismo, o período dos grandes monopólios capitalistas, detonou sobre uma determinada *vida nacional* o papel de opressora ou de oprimida, ou seja, uma nação passou exercer o domínio sobre outras.

Mesmo sendo bastante criticado por Lenin, em seu ensaio sobre o desenvolvimento do imperialismo, Hilferding coloca a questão de ser possível pensar a nação não apenas como momento de luta burguesa, mas também como um *tempo-espaço* capaz de impulsionar elementos emancipatórios para as classes subalternas. E nisso, ao que parece, existe uma convergência com Gramsci.

Na verdade, o autor italiano parece buscar maneiras de retirar da nação italiana todas as “deformidades” criadas sobre a *vida nacional* que incidia sobre as classes subalternas. Afinal de contas, na península, além de *herança* anti-popular e conseqüentemente a-nacional, os comunistas tinham que lutar também contra o nacionalismo fascista, característico da época imperialista.

Um outro ponto importante para ser ressaltado é que o fato dele centrar grande parte das reflexões em benefício da construção de um movimento “nacional-popular”, até então inexistente em seu país, não significava uma restrição ao mesmo. Na verdade, Gramsci parte do “nacional-popular” para visualizar as múltiplas relações políticas, culturais, econômicas, educacionais, entre outras, presentes na *vida nacional* italiana. Com isso buscava alinhar o processo histórico da península em direção de um projeto nacional



inovador, no qual as classes subalternas, ou seja, o “popular” pudesse de fato predominar na *vida nacional*.

Fazendo uma analogia com a Reforma Protestante de Lutero e Calvino, o movimento “nacional-popular” moderno, não mais ganha cores por meio de uma única instituição social, como foi a Igreja no primeiro caso, mas através de vários elementos institucionais criados pelo capitalismo. E é neste sentido que as dificuldades foram ampliadas. Da mesma forma, só que agora recuperando o projeto de Itália desenvolvido por Maquiavel, a *nação nova* deve ser pensada sob a perspectiva do movimento coletivo e não, como na época do florentino, do ponto de vista da figura individual do Príncipe.

Entretanto, a ligação entre nação e popular não se dava de modo imediato e sem mediação. Daí a necessidade de organizar um movimento coletivo amplo em torno do problema. Para melhor visualizar os elementos que os distanciam, pode-se apontar a existência de uma complexa *vida nacional* composta por diversas *questões nacionais*, na qual o seu *tempo-espço* se desdobra em outros *tempos-espços* específicos, que na verdade seria o próprio cotidiano. E para compreender com clareza esse elemento mais empírico da vida cotidiana surge o recurso da *filologia viva da nação*. Reconhecido esse momento de mediação, o nacional pode ser aproximado do popular. Claro que tudo isso se movimenta de modo extremamente dinâmico e muitas vezes incompreensível. Tais mediações são frutos de séculos de separação entre o “nacional” e o “popular” na Itália. E Gramsci propõe como tarefa a junção entre os dois.

Talvez seja por meio desse conjunto de questões que se possa vislumbrar a originalidade de Gramsci sobre o tema da nação, no interior do marxismo. Mesmo tendo fortes influências, principalmente de Lenin, o autor italiano desenvolve algumas reflexões



completamente novas sobre o significado de nação. Sua profunda preocupação com o momento histórico, deu-lhe a possibilidade de perceber os elementos fundamentais da realidade nacional que sem dúvida permeará todo o século XX.

Mesmo diante dessa complexa leitura feita pelo autor italiano sobre o tema da "nação", o período analisado aqui apenas inicia suas reflexões. Não há como afirmar que Gramsci em 1926 já tenha uma idéia "acabada" sobre a "nação". Ao que tudo indica, será nos *Cadernos* o momento na qual Gramsci de fato aprofundará o tema. E neste sentido, a complexidade se torna ainda maior. De qualquer forma, aqui estão as bases para se inserir nos *Cadernos do cárcere*. Até mesmo do ponto de vista de *como se pode inserir no tema da nação* nesta obra inacabada, ou seja, o *procedimento* aqui sugerido pode contribuir.





## Bibliografia

- BARATA, G. *Le Rose e i Quaderni – saggio sul pensiero di Antonio Gramsci*. Ed. Gamberetti, Roma, 2000.
- BAUER, O. *O conceito de nação*, In: Pinsky (Org.) *Questão nacional e marxismo*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1980.
- BEIRED, J. L. B. *A função social dos intelectuais*, In: Aggio (Org.), *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*, São Paulo, Ed. UNESP, 1998.
- BERLIN, I. *Karl Marx*. São Paulo: Siciliano, 1991.
- BIANCHI, L. *Ernst Cassirer interprete del rinascimento*, Annali della Facoltà de Lettere e Filosofia dell'Università degli Studi di Milano, Vol. XXXI, Milano, 1978.
- BONADEO, A. *Appunti sul concetto di conquista e di ambizione nel Machiavelli e sull'Antimachiavellismo*, Istituto Universitario Orientale, Napoli, 1969.
- BUEY, F. F. *Gramsci no mundo de hoje*, In: Coutinho (Org.) *Ler Gramsci, entender a realidade*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2003.
- CORVAGLIA, E. *Mezzogiorno e Stato unitario: Carlo De Cesare*, Annali della Facoltà de Lettere e Filosofia dell'Università di Bari, Vol. XVIII, Bari, 1975.
- COUTINHO, C. N. *Cultura e sociedade in Brasile*,  
acessado em 15 de dezembro de 2003.
- CROCE, B. *Poesia popolare e poesia d'arte – Studi sulla poesia italiana dal Tre al Cinquecento*, Bari, Laterza, 1933.
- DEL ROIO, M. *O raio e o prisma: Gramsci e a fórmula política da frente única (1919-26)*, Trabalho de Livre-Docência apresentado à Faculdade de Filosofia e Ciência da Unesp, Marília, 2003.
- DEUTSCHER, I. *Trotsky – o profeta armado*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- DIAS, E. F. *Gramsci em Turim, a construção do conceito de hegemonia*, São Paulo, Ed. Xamã, 2000.



- DURANTE, L. *Gramsci e i pericoli del cosmopolitismo*, \_\_\_\_\_, acessado em 12 de fevereiro de 1999.
- ENGELS, F. *As guerras camponesas na Alemanha*, Ed. Presença, Lisboa, 1975.
- \_\_\_\_\_. *A questão da autodeterminação*, In: Pinsky (Org.) *Questão nacional e marxismo*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1980.
- FILHO, D. A. R. *Uma revolução perdida - a história do socialismo soviético*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.
- GRAMSCI, A. *Oprimidos y opresores* (1910), *Antologia*, In: Sacristán, M. (Org.), Ed. Siglo XXI, México, 1970.
- \_\_\_\_\_. *Carta a Julia Schucht* (1924), In: *Antologia*. Sacristán, M., Ed. Siglo Veintuno, México, 1970.
- \_\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere*. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2001, V4.
- \_\_\_\_\_. *Lenin, líder revolucionário* (1924), *Escritos Políticos*, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2004, V.2.
- \_\_\_\_\_. *Origens e finalidades da lei sobre as associações secretas* (1925), *Escritos Políticos*, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2004, V.2.
- \_\_\_\_\_. *O sul e a guerra* (1916), In: *A questão meridional*, De Felice, F., Parlato, V., Ed. Paz e Terra, 1987.
- \_\_\_\_\_. *El movimiento torines de los consejos de fabrica* (1920), In: *Antologia*. Sacristán, M., Ed. Siglo Veintuno, México, 1970.
- \_\_\_\_\_. *Operários e camponeses I* (1919), In: *A questão meridional*, De Felice, F., Parlato, V., Ed. Paz e Terra, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Informe sobre o III congresso (Lyon) do partido comunista da Itália* (1926), In: *A questão meridional*, De Felice, F., Parlato, V., Ed. Paz e Terra, 1987.
- \_\_\_\_\_. *A questão meridional* (1926), *Escritos Políticos*, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2004, V2.
- \_\_\_\_\_. *Intervención en la comision política preparatoria del III Congreso del partido comunista d'Italia* (1925), In: *Antologia*. Sacristán, M., Ed. Siglo Veintuno, México, 1970.



- \_\_\_\_\_. *Carta sobre a fundação de L'Unità* (1923) In: *A questão meridional*, De Felice, F., Parlato, V., Ed. Paz e Terra, 1987.
- \_\_\_\_\_. *A crise italiana*. (1924), In: *Escritos Políticos*, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2004, V2.
- \_\_\_\_\_. *Carta a Julia Schucht* (1932), In: *Antologia*. Sacristán, M., Ed. Siglo Veintuno, México, 1970.
- \_\_\_\_\_. *Neutralidad activa y operante* (1914), In: *Antologia*. Sacristán, M., Ed. Siglo Veintuno, México, 1970.
- \_\_\_\_\_. *Socialismo e cultura* (1916), In: *Antologia*. Sacristán, M., Ed. Siglo Veintuno, México, 1970.
- \_\_\_\_\_. *Tres principios, tres ordenes* (1917), In: *Antologia*. Sacristán, M., Ed. Siglo Veintuno, México, 1970.
- \_\_\_\_\_. *La revolución contra "El capital"* (1918), In: *Antologia*. Sacristán, M., Ed. Siglo Veintuno, México, 1970.
- \_\_\_\_\_. *Nuestro Marx* (1918), In: *Antologia*. Sacristán, M., Ed. Siglo Veintuno, México, 1970.
- \_\_\_\_\_. *Carta a Togliatti, Scoccimarro e outros* (1924), *Escritos Políticos*, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2004, V2.
- \_\_\_\_\_. *Utopia* (1918), In: *Antologia*. Sacristán, M., Ed. Siglo Veintuno, México, 1970.
- \_\_\_\_\_. *La obra de Lenin* (1918), In: *Antologia*. Sacristán, M., Ed. Siglo Veintuno, México, 1970.
- \_\_\_\_\_. *Por una renovacion del partido socialista* (1920), In: *Antologia*. Sacristán, M., Ed. Siglo Veintuno, México, 1970.
- \_\_\_\_\_. *El movimiento torines de los consejos de fabrica* (1920), In: *Antologia*. Sacristán, M., Ed. Siglo Veintuno, México, 1970.
- \_\_\_\_\_. *Ao comitê central do partido comunista da URSS* (1926), *Escritos Políticos*, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2004, V2.
- \_\_\_\_\_. *Operários e camponeses III* (1920), In: *A questão meridional*, De Felice, F., Parlato, V., Ed. Paz e Terra, 1987.



- \_\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere*. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1999, V1.
- \_\_\_\_\_. *Los grupos comunistas* (1920), In: *Antologia*. Sacristán, M., Ed. Siglo Veintuno, Mexico, 1970.
- \_\_\_\_\_. *Cultura y lucha de clases* (1918), In: *Antologia*. Sacristán, M., Ed. Siglo Veintuno, México, 1970.
- \_\_\_\_\_. *Democracia obrera* (1919), In: *Antologia*. Sacristán, M., Ed. Siglo Veintuno, México, 1970.
- \_\_\_\_\_. *A los comisarios de seccion de los talleres fiat, centro y patentes* (1919), In: *Antologia*. Sacristán, M., Ed. Siglo Veintuno, México, 1970.
- \_\_\_\_\_. *El instrumento de trabajo* (1920), In: *Antologia*. Sacristán, M., Ed. Siglo Veintuno, México, 1970.
- \_\_\_\_\_. *El consejo de fabrica* (1920), In: *Antologia*. Sacristán, M., Ed. Siglo Veintuno, México, 1970.
- \_\_\_\_\_. *El programa de L'ordine nuovo* (1920), In: *Antologia*. Sacristán, M., Ed. Siglo Veintuno, México, 1970.
- \_\_\_\_\_. *El partido comunista* (1920), In: *Antologia*. Sacristán, M., Ed. Siglo Veintuno, México, 1970.
- \_\_\_\_\_. *Carta a Julia Schucht* (1923), In: *Antologia*. Sacristán, M., Ed. Siglo Veintuno, México, 1970.
- \_\_\_\_\_. *O programa de L'Ordine Nuovo* (1924), *Escritos Políticos*, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2004, V2.
- JAURES, J. *Los origenes del socialismo aleman*. Barcelona: Cultura Popular, 1967.
- JERVOLINO, D. *Croce, Gentile e Gramsci sulla traduzione*, In: \_\_\_\_\_, *acessado em 11 de dezembro de 2003*.
- LASSALLE, F. *Que é constituição?*, Rio de Janeiro, Laemmert, 1969.
- LENIN, V. *Imperialismo fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Tesis sobre la cuestion nacional*. In: *Obras Completas*. Progreso, Moscou, 1984, tomo 23.
- \_\_\_\_\_. *Algô mas sobre el nacionalismo*. In: *Obras Completas*. Progreso, Moscou,



1984, tomo 24.

\_\_\_\_\_. *Es necesaria una lengua oficial obligatoria?* In: *Obras Completas*. Progreso, Moscou, 1984, tomo 24.

\_\_\_\_\_. *La bancarrota de la II Internacional* In: *Obras Completas*. Progreso, Moscou, 1985, tomo 27.

\_\_\_\_\_. *Acerca del programa nacional del POSDR*. In: *Obras Completas*. Progreso, Moscou, 1984, tomo 24.

\_\_\_\_\_. *El derecho de las naciones a la autodeterminacion*. In: *Obras Completas*. Progreso, Moscou, 1984, tomo 25.

LOPES, J. R. B. *A Rússia segundo Deutscher: à procura da revolução perdida*. São Paulo: Revista Novos Estudos, julho de 1982, nº3, v.1, p. 50-3.

LOSURDO, D. *Antonio Gramsci l dal liberalismo al "comunismo critico"*, Ed. Gamberetti, Roma, 1997.

\_\_\_\_\_. *Conflito social, questão nacional e internacionalismo em Gramsci: uma releitura de seu pensamento*. Revista Serviço Social & Movimento Social – Número 1 – Outubro de 1999.

LÖWY, M. *Nacionalismos e Internacionalismos – da época de Marx até nossos dias*. São Paulo: Xamã, 2000.

LÖWY, M, O. *Trótski hoje*, In: Coggiola (Org.) São Paulo: Ensaio, 1994.

LUXEMBURG, R. *A questão nacional e a autonomia*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.

MACKENZIE, N. *Breve história do socialismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARX, K. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. In: *Os pensadores*, Ed. Abril Cultural, São Paulo, 1978.

\_\_\_\_\_. *A questão irlandesa e a Internacional*, In: Pinsky (Org.) *Questão nacional e marxismo*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1980.

\_\_\_\_\_. *Questão irlandesa e o proletariado*, In: Pinsky (Org.) *Questão nacional e marxismo*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1980.

\_\_\_\_\_. *Crítica ao programa de Gotha*. In: URL. São Paulo, 2002. Disponível em:

MEDVEDEV, R. A. O Socialismo num só país. In: HOBBSAWM, E. J. (org.) *História do Marxismo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, v. 7.

MELLO, A. F de. *Mundialização e política em Gramsci*, São Paulo, Ed. Cortez, 1996.

MORAES, D. *O partido e a expressão da vontade coletiva*. In: \_\_\_\_\_, acessado 03 de dezembro de 2003.

PISANO, L. *La diffusione delle conoscenze agrarie in Sardegna: cultura e istituzioni dell'unità al fascismo*, Annali della Facoltà di Magistero dell'Università di Cagliari, Vol. X, Cagliari, 1986.

SCHLESENER, A. H. *Hegemonia e cultura: Gramsci*, Curitiba, Ed. UFPR, 1992.

\_\_\_\_\_. *Revolução e cultura: Gramsci*, Curitiba, Ed. UFPR, 2002.

SIRRI, R. *Rilettura della rivoluzione napoletana del novantanove*, Istituto Universitario Orientale, Napoli, 2000.

STALIN, J. *Obras*. Rio de Janeiro: Vitória, 1952, vol. 2.

\_\_\_\_\_. *Política*. In: NETO, J. P. (Org.) *Grandes cientistas sociais*. São Paulo: Ática, 1982.

SWEEZY, P. M. *Teoria do desenvolvimento capitalista*, Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1967.

TRENTO, A. *Fascismo italiano*, Ed. Ática, São Paulo, 1986.

TROTSKI, L. *Política*. In: MIRANDA, O. (Org.) *Grandes cientistas sociais*. São Paulo: Ática, 1981.

\_\_\_\_\_. *Revolução e contra-revolução*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.

WELLS, H. G. *História universal*. São Paulo: Companhia Nacional, 1939

ZANANTONI, M. *Per una 'biografia' della nazione italiana – spunti sull'identità nazionale dell'Italia moderna nei Quaderni del carcere di Antonio Gramsci*. In: Vol. II Gramsci e il Novicento, 2000.



ZAPPELINI, G. B. *Società antiche e storiografia marxista in Italia agli inizi del novecento: considerazioni sull'indirizzo economico-giuridico*, Annali della Facoltà di Lettere e Filosofia dell'Università degli Studi di Milano, Vol. XXXIV, Milano, 1981.



